



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *CAMPUS* RECIFE

DIRETORIA DE ENSINO

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CULTURA GERAL, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO

**Recife – PE
Março de 2016**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *CAMPUS* RECIFE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *CAMPUS* RECIFE

DIRETORIA DE ENSINO

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CULTURA GERAL, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO

**Recife – PE
Março de 2016**

EQUIPE GESTORA

Reitora

Cláudia da Silva Santos

Pró-Reitora de Ensino

Edilene Rocha Guimarães

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão

Maria José Gonçalves de Melo

Pró-Reitor de Integração e Desenvolvimento Institucional

André Menezes da Silva

Pró-Reitora de Administração

Aurino César Santiago de Souza

Diretor Geral do Campus Recife (*pro tempore*)

Ozias Elias Ferreira

Diretor de Ensino do Campus Recife

José de Arimatea Rocha

Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Campus Recife

Francisco Braga da Paz Júnior

Diretor de Administração Campus Recife

Cicero Carlos Ramos de Brito

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
Diretor de Planejamento Campus Recife

Antônio Marcos Figueiredo Soares

Chefe do Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão

Antônio Ricardo Santiago Nunes

Coordenador do Curso

Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos

Comissão de Reformulação do Curso

(Portaria 328/2015-DGCR)

Aironice Cavalcante Padilha

André Luis José da Silva

Andrea Virgínia Berenguer da Silva

Bruna Galindo Moury Fernandes

Carmen Lúcia da Silva Mendonça

Flávia Viviana Cavalcanti Gonçalves

Hercilene da Silva Santos

Luciana Pereira da Silva

Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos

Sônia Cristina Amorim da Silva

Assessoramento Pedagógico

Elisama Bezerra Cavalcanti

Colaboradores

Antônio Marcos Figueiredo Soares

Ateniense Alves de Mendonça

Denise Silva Barbosa

Iraneide Pereira da Silva

João Paulo de França Ferrão Alves

Márcia Moura dos Santos

Márcio Cavalcanti Alves

Maria Carolina Bello Cavalcanti da Silva

Maria Efigênia de Queiroz de Farias

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Rafaella Cristine da Silva Albuquerque

Rodrigo Bernardo de Andrade

Tereza Cristina de Moraes Oliveira

Revisão Textual

Carmen Lúcia da Silva Mendonça

LISTA DE SIGLAS

CATU	Coordenação de Administração de Turismo
EAFDABV	Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Vilela
MINTER	Mestrado Interinstitucional
BIA	Bolsa de Incentivo Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEG	Coordenação de Estágios e Egressos
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DAFG	Departamento Acadêmico de Cultura Geral , Formação de Professores e Gestão
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Ensino à Distância
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETFPE	Escola Técnica Federal de Pernambuco
FACEPE	Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LABTUR	Laboratório de Turismo
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LGESTUR	Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PIBIC-AF	Programa de Iniciação Científica Ações Afirmativas
PIBITI	Programa de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico
PIC	Plano Institucional de Capacitação dos Servidores
PICTEC	Programa de Iniciação Científica Técnica
PNE	Plano Nacional de Educação
PNExt	Plano Nacional de Extensão Universitária
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

RAC	Região do Agreste Central
RAM	Região do Agreste Meridional
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMS	Região Mata Sul
RSP	Região do Sertão do Pajeú
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificado
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNEDs	Unidades de Ensino Descentralizadas

LISTA DE GRÁFICOS

		Página:
Gráfico 01	Percentual de Docentes por Titulação	77
Gráfico 02	Percentual de Docentes por Regime de Trabalho	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Fluxograma do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	31
------------------	---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Estrutura Curricular do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	30
Quadro 02	Matriz Curricular do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	32
Quadro 03	Componentes Curriculares Eletivos	34
Quadro 04	Dinâmica Curricular	34
Quadro 05	Organização Acadêmica por Módulos	34
Quadro 06	Atividades Complementares	42
Quadro 07	Etapas do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC	44
Quadro 08	Perfil da Coordenadora do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	73
Quadro 09	Perfil do Corpo Docente do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	75
Quadro 10	Colegiado do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	78
Quadro 11	Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	80
Quadro 12	Servidores técnico-administrativos do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	81
Quadro 13	Ambientes Administrativos e Educacionais Disponibilizados para o Curso	82
Quadro 14	Estrutura do DAFG -Departamento de Cultura Geral, Formação de Professor e Gestão	83

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Quadro 15	Estrutura e Funcionamento da Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo – CATU	84
Quadro 16	Estrutura e Funcionamento da Sala dos Professores do <i>Campus Recife</i>	84
Quadro 17	Estrutura do Laboratório de Turismo - LABTUR	85
Quadro 18	Estrutura e Funcionamento do Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo - LABGESTUR	86
Quadro 19	Estrutura e Funcionamento das Salas de Aula do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	89
Quadro 20	Estrutura e Funcionamento da Biblioteca	91
Quadro 21	Acervo Bibliográfico	92

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
SUMÁRIO

1.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	13
1.1. Da Mantenedora.....	13
1.2.Da Instituição Proponente.....	13
1.3. Do Curso.....	13
1.3.1.Indicadores de Qualidade do Curso.....	14
1.3.2. Reformulação Curricular.....	14
1.3.3. Status do Curso.....	14
1.4.Cursos Técnicos em Eixos Tecnológicos Afins.....	15
1.5.Outros Cursos de Educação Superior no Âmbito do Campus Recife.....	15
2.ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
2.1.Histórico da Instituição.....	15
2.1.1.IFPE no Contexto da Criação dos Institutos Federais.....	18
2.1.2.A Graduação e a Pós-graduação no IFPE.....	20
2.2.Histórico do Curso.....	22
2.3.Justificativa.....	22
2.4.Objetivos.....	24
2.4.1.Geral.....	24
2.4.2.Específicos.....	24
2.5.Requisitos e formas de acesso.....	25
2.6.Fundamentação Legal.....	25
2.6.1.Leis Federais.....	25
2.6.2.Decretos.....	26
2.6.3.Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação.....	27
2.6.4.Normas Internas do IFPE.....	28
2.7.Perfil Profissional de Conclusão.....	28
2.7.1.As Competências Profissionais.....	28
2.7.2.O Campo de Atuação.....	29
2.8.Organização Curricular.....	29
2.8.1.Concepções e Princípios Pedagógicos.....	29
2.8.2.Estrutura Curricular.....	30
2.8.3.Sistema Acadêmico, Duração e Número de Vagas – Dimensão das Turmas Teóricas e Práticas.....	30
2.8.4.Fluxograma.....	31
2.8.5.Matriz Curricular.....	32
2.8.6.Componentes Curriculares Eletivos.....	34
2.8.7.Dinâmica Curricular.....	34
2.8.8.Organização Acadêmica por Módulos.....	34
2.8.9.Orientações Metodológicas.....	37

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

2.8.9.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	37
2.8.9.1.1. Visitas Técnicas.....	38
2.8.9.1.2. Monitorias.....	39
2.8.9.1.3. Fala, Gestor!.....	39
2.8.9.1.4. Passaporte.....	40
2.8.9.1.5. Extensão.....	40
2.8.9.1.6. Pesquisa.....	41
2.8.9.2. Atividades Complementares.....	41
2.8.9.3. Prática Profissional.....	43
2.8.9.4. Trabalho de Conclusão de Curso.....	44
2.8.10. Ementário.....	46
2.8.11. Acessibilidade.....	67
2.8.12. Critérios e Procedimentos de Avaliação.....	68
2.8.12.1. Avaliação da Aprendizagem.....	68
2.8.12.2. Avaliação do Curso.....	69
2.8.12.2.1. Avaliação Externa.....	70
2.8.12.2.2. Avaliação Interna.....	71
2.8.13. Acompanhamento dos Egressos.....	72
2.8.14. Diplomas.....	73
3. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	73
3.1. Coordenação do Curso.....	73
3.2. Perfil do Corpo Docente.....	74
Antonio Marcos Figueiredo Soares.....	76
3.3. Colegiado do Curso.....	78
Antonio Marcos Figueiredo Soares.....	78
3.4. Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	79
3.5. Assistentes Técnicos e Administrativos.....	81
3.6. Política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização dos docentes e técnico-administrativos.....	81
4. INFRAESTRUTURA.....	82
4.1. Instalações e Equipamentos.....	82
4.1.1. Distribuição dos Ambientes Administrativos e Educacionais Disponibilizados para o Curso.....	82
4.1.2. Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professor e Gestão – DAFG.....	83
4.1.3. Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo – CATU.....	84
4.1.4. Sala de Professores.....	84
4.1.5. Laboratórios.....	85
4.1.5.1. Laboratório de Turismo - LABTUR.....	85

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

4.1.5.2.Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo – LGESTUR.....	86
4.1.5.3.Auditório, Miniauditório, <i>Hall</i> e Pátio.....	87
4.1.5.4.Ônibus e Vans.....	88
4.1.5.5.Esporte e Lazer.....	88
4.1.6.Salas de Aula.....	89
4.1.7.Biblioteca.....	91
5.REFERÊNCIAS.....	109

APÊNDICES

ANEXOS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Da Mantenedora

Mantenedora	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
Natureza Jurídica	Órgão Público Federal
CNPJ	10.767.239/0001-45
Endereço (rua, nº, bairro)	Avenida Professor Luiz Freire, 500 - Cidade Universitária
Cidade/UF/CEP	Recife / PE / 50740-540
Telefone	(81) 212 51600
E-mail de contato	gabinete@reitoria.ifpe.edu.br
Sítio	http://www.ifpe.edu.br

1.2. Da Instituição Proponente

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
Campus	Recife
CNPJ	10.767.239/0003-07
Categoria Administrativa	Pública Federal
Organização Acadêmica	Instituto Federal
Ato Legal de Criação	Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Endereço	Av. Professor Luiz Freire, 500 – Cidade Universitária
Cidade / UF / CEP	Recife – PE / CEP: 50740-540
Telefone	(81) 2125 1600
E-mail de contato	dgcr@recife.ifpe.edu.br
Site do Campus	www.recife.ifpe.edu.br

1.3. Do Curso

1	Denominação	Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo
2	Área de Conhecimento	Hospitalidade e Lazer
3	Nível	Superior Tecnológico
4	Modalidade	Presencial
5	Titulação	Tecnólogo em Gestão de Turismo
6	Carga horária total h/r	1690,5 horas
7	Carga horária total h/a	2254 horas aula (incluído o TCC e as Atividades Complementares)
8	Duração da hora-aula	45 min
9	Estágio Profissional Supervisionado	O plano do curso não contempla o estágio profissional supervisionado como item obrigatório.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

10	Atividades Complementares	120 horas
12	Período de Integralização mínima	2 anos: 4 semestres
13	Período de Integralização máxima	4 anos: 8 semestres
14	Forma de acesso	Admissão de estudantes mediante processo seletivo (vestibular anual, SISU, transferência, portador de diploma e outras formas previstas nas normas internas do IFPE.)
15	Pré-requisito para ingresso	Ensino Médio concluído
16	Vagas anuais	160 vagas
17	Vagas por turno de oferta	80 vagas
18	Turno	Manhã / Noite
19	Regime de matrícula	Modular
20	Periodicidade letiva	Semestral
21	Número de semanas letivas por semestre	18
22	Início do curso/ Matriz Curricular	2007.2
23	Matriz curricular alterada	2007.2

1.3.1. Indicadores de Qualidade do Curso

1	Conceito do Curso (CC)	4
2	Conceito Preliminar do Curso (CPC)	4
3	Conceito ENADE	5
4	Índice Geral de Cursos (IGC) do IFPE	3

1.3.2. Reformulação Curricular

Trata-se de:	<input type="checkbox"/> Apresentação Inicial do PPC <input type="checkbox"/> Reformulação Integral do PPC <input checked="" type="checkbox"/> Reformulação Parcial do PPC
---------------------	--

1.3.3. Status do Curso

<input type="checkbox"/> Aguardando autorização do Conselho Superior
<input type="checkbox"/> Autorizado pelo Conselho Superior
<input type="checkbox"/> Aguardando reconhecimento do MEC
<input checked="" type="checkbox"/> Reconhecido pelo MEC (Portaria MEC-SESu nº 118, de 27 de junho de 2012, publicada no D.O.U. de 28/06/2012)
<input checked="" type="checkbox"/> Aguardando renovação de reconhecimento

1.4. Cursos Técnicos em Eixos Tecnológicos Afins

Não dispomos de cursos técnicos em eixos tecnológicos afins

1.5. Outros Cursos de Educação Superior no Âmbito do Campus Recife

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
--

Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico
--

Curso Superior de Tecnologia em Radiologia
--

Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Produção Civil

Curso Superior de Licenciatura em Geografia

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Histórico da Instituição

Em 23 de setembro de 1909 o Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, criou, em cada uma das capitais dos Estados do Brasil, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinadas a ministrar o ensino profissional primário e gratuito. As escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. O estudante devia ter idade entre 10 e 13 anos, para ingresso no curso que seria oferecido sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas. A inspeção das Escolas de Aprendizes Artífices ficava a cargo dos Inspectores Agrícolas, uma vez que não existia Ministério da Educação e Cultura.

A Escola de Pernambuco iniciou suas atividades no dia 16 de fevereiro de 1910, estando assim lavrada a ata de inauguração do estabelecimento: "Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e dez, no edifício da Escola de Aprendizes Artífices, sita no Derby, presente o Dr. Manuel Henrique Wanderley, diretor da aludida escola, Deputados Federais, os doutores Estácio Coimbra, Leopoldo Lins, Ulysses de Mello, chefe de Polícia Coronel Peregrino de Farias, representantes de jornais diários, Capitães de Fragata, Capitão do Porto, representantes do Comandante do Distrito Militar e muitas pessoas de nossa melhor sociedade, foi inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices. O Dr. Diretor usou da palavra e, depois de agradecer o comparecimento das pessoas e ter mostrado a necessidade de tão útil instituição, declarou inaugurada a Escola. Ninguém mais querendo usar da palavra foi encerrada a sessão, após o discurso do Dr. Diretor. E, para constar, Manoel Buarque de Macêdo, escriturário da aludida Escola lavrei a presente ata que assino".

No primeiro ano de funcionamento (1910) a Escola teve uma matrícula de setenta (70) estudantes, com uma frequência regular de, apenas, 46 estudantes. O professor Celso Suckow da Fonseca diz que "os estudantes apresentavam-se às escolas com tão baixo nível cultural que se tornou impossível a formação de contramestre incluída no plano inicial de Nilo Peçanha". O pouco preparo e as deficiências na aprendizagem deviam ter como causa principal o tipo de estudantes recrutados que, de acordo com as normas adotadas, deviam ser preferencialmente "os desfavorecidos da

fortuna". Desse modo, as escolas tornaram-se uma espécie de asilo para meninos pobres. Talvez os próprios preconceituosos do país, ainda impregnados da atmosfera escravocrata e com grande preconceito às tarefas manuais, tenham determinado essa exigência.

Numa breve notícia sobre a estrutura e o regime didático das Escolas de Aprendizes Artífices, tal como estabelecia o Decreto nº 9.070, de 25.10.1911, assinado pelo Presidente Hermes da Fonseca, que foi o segundo diploma legal referente às referidas Escolas, encontramos os seguintes dados: Idade para ingresso: 13 anos, no mínimo, e 16 anos, no máximo. Número de estudantes para cada turma: aulas teóricas até 50 estudantes, Oficinas até 30 estudantes. Havia uma caixa de Mutualidade para ajudar os estudantes (espécie de Caixa Escolar) e o ano escolar teria a duração de dez meses. Os trabalhos das aulas e oficinas não poderiam exceder a quatro horas diárias para os estudantes do 1º e 2º anos e de seis horas para os do 3º e 4º anos.

As Escolas de Aprendizes Artífices, conservando o caráter de instituição destinada aos meninos pobres, foram reformuladas em 1918, mediante Decreto nº 13.064, de 12 de junho, conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos de classe menos favorecida e apresentando poucas modificações em relação ao projeto original. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices, pela Lei 378, de 13 de janeiro, passaram a ser denominadas Liceus Industriais. A Lei Orgânica do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de Janeiro de 1942) veio para modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o ensino industrial, abrangendo dois ciclos, o básico e o técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Em 1959, a Lei nº 3.552, ofereceu estruturas mais amplas ao ensino industrial, sinalizando para uma política de valorização desse tipo de ensino. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e, na sequência, a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, ao focalizar na expansão e melhoria do ensino, também contribuíram para a reformulação do ensino industrial.

Durante esse longo período, a Escola de Ensino Industrial do Recife, com as denominações sucessivas de “Escola de Aprendizes Artífices”, “Liceu Industrial de Pernambuco”, “Escola Técnica do Recife” e “Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE)”, serviu à região e ao país, procurando ampliar sua missão de centro de educação profissional. Ao longo da História, funcionou em três locais diversos: no período 1910/1923, teve como sede o antigo Mercado Delmiro Gouveia, onde funciona, atualmente, o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby; a segunda sede da escola localizou-se na parte posterior do antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora; a partir do início do ano letivo de 1933, passou a funcionar na Rua Henrique Dias, 609, mais uma vez no bairro do Derby, sendo a sede oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934.

Uma nova mudança de endereço aconteceu em 17 de janeiro de 1983, quando a ETFPE passou a funcionar na Avenida Professor Luis de Barros Freire, 500, no bairro do Curado, em instalações modernas, projetadas e construídas

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *CAMPUS RECIFE*

com o esforço conjunto de seus servidores e estudantes. Nessa sede, hoje, funciona o *Campus Recife* e a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Em 1999, através do Decreto s/n de 18/01/1999, a ETFPE é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET-PE, ampliando seu *portfólio* de cursos e passando também a atuar na Educação Superior com cursos de formação de tecnólogos. É nesse quadro contínuo de mudanças e transformações, fruto, portanto, de um processo histórico, que se encontra inserido o CEFET-PE, cujo futuro sempre foi determinado, em grande parte, pelos desígnios dos sistemas político e produtivo do Brasil.

É importante ainda, pontuar as principais mudanças ocorridas no âmbito de atuação dos CEFETs, nas últimas três décadas, com a Lei nº 5.692/71, que previa uma educação profissionalizante compulsória; com a Lei nº 7.044/82, que tornou a educação profissionalizante facultativa; e a Lei nº 8.948/94, que criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Através dessas leis, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – as UNEDs.

Nessa direção, foi criado pelo Decreto Presidencial (não numerado), de 26 de novembro de 1999, publicado no DOU nº 227-A, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET Petrolina), a partir da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Vilela (EAFDABV). Esse Centro recebeu, por força do Decreto nº 4.019 de 19 de novembro de 2001, a Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, à época pertencente ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. Posteriormente, a Portaria Ministerial nº 1.533/92, de 19/10/1992, criou a UNED Pesqueira, no Agreste Central, e a Portaria Ministerial nº 851, de 03/09/2007, criou a UNED Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do Estado.

Em 2004, com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do Artigo 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a sede do Então CEFET/PE e suas UNEDs implantaram os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. Já em 2005, o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, instituiu, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Finalmente, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir daí, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco passou a ser constituído por um total de nove *campi*, a saber: os *campi* de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs); os *campi* Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); o *Campus Recife* (antiga sede do CEFET-PE); além dos *campi* Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, em funcionamento desde 2010. A UNED Petrolina, por sua vez, passou a ser sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco.

Cabe aqui destacar um pouco da história das Escolas Agrotécnicas Federais. Foi através do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, que as EAFs receberam a denominação de Colégios Agrícolas e passaram a oferecer os cursos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Ginásio Agrícola e Técnico Agrícola. Em 04 de setembro de 1979, os Colégios Agrícolas passaram a denominar-se Escolas Agrotécnicas Federais. As EAFs foram transformadas em Autarquias Federais instituídas pela Lei nº 8.731, de 16 novembro de 1993, passando a ser dotadas de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar. Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais, Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão passaram a constituir o IFPE.

2.1.1. IFPE no Contexto da Criação dos Institutos Federais

A Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, o Ministério da Educação instituiu a rede federal de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aglutinaram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas e as Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às universidades federais.

Assim, o processo de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) ocorreu no ano de 2008, com a adesão das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão e a construção *dos campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, que se integraram ao antigo CEFET-PE, unidades de Recife, Ipojuca e Pesqueira.

A constituição dos diversos *campi* do IFPE foi realizada a partir da base territorial de atuação e caracterização das regiões de desenvolvimento onde os mesmos estão situados. Os referidos *campi* estão localizados em cinco Regiões de Desenvolvimento do Estado, a saber: na Região Metropolitana do Recife (RMR), na Região da Mata Sul (RMS) e nas Regiões do Agreste Central (RAC), Região do Agreste Meridional (RAM) e Região do Sertão do Pajeú (RSP). Cumprindo a terceira fase de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2014 o IFPE inaugurou mais sete *campi* nas cidades de Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Jaboatão, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu.

É importante ressaltar que a criação do IFPE se deu no contexto das políticas nacionais de expansão da Educação Profissional e Tecnológica implementada pelo Governo Federal a partir da primeira década deste século. A legislação que criou os Institutos Federais de Educação definiu uma nova institucionalidade e ampliou significativamente as finalidades e características, objetivos e estrutura organizacional. Em relação às *finalidades e características* é importante observar o disposto no Art. 6º da referida lei:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Art. 6º da Lei nº 11.892/2008).

Cumprindo as finalidades estabelecidas pela política pública que instituiu a rede federal de educação tecnológica e profissional, o IFPE assumiu a função social e missão institucional de promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidade, com base na indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE/PDI, 2009, p. 20)¹.

Como é possível observar, o IFPE tem por objetivo fundamental contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico do conjunto dos municípios pernambucanos onde está difundindo o conhecimento a um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa e da democratização do conhecimento. Nesses termos, o IFPE se coloca como um instrumento do governo federal para promover a educação pública, gratuita e de qualidade, com vistas a contribuir para o desenvolvimento local, apoiado numa formação profissional e cidadã que promova a autonomia intelectual, a inserção dos seus estudantes no mundo do trabalho e uma melhor qualidade de vida.

¹Incorporado ao Projeto Político Pedagógico (PPPI) do IFPE como função social.

2.1.2. A Graduação e a Pós-graduação no IFPE

Em atendimento à sua Missão e Função Social, o IFPE vem ampliando suas ofertas na Educação Superior. Nesse sentido, além dos cursos técnicos, vem ofertando cursos tecnológicos, bacharelados e licenciaturas (presenciais e à distância). Assim, são ofertados os seguintes cursos superiores: Superior de Tecnologia em Agroecologia e de Licenciatura em Química, no *Campus* Barreiros; Bacharelado em Engenharia Mecânica, no *Campus* Caruaru; Licenciatura em Química, no *Campus* Ipojuca; Licenciatura em Química, no *Campus* Vitória de Santo Antão; Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física, no *Campus* Pesqueira; Licenciatura em Música, com habilitações em Canto e Instrumento, no *Campus* Belo Jardim;

Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Geografia, na modalidade de Educação à Distância.

No que concerne ao *Campus* Recife, são ofertados os Cursos Superiores de Tecnologia em *Design* Gráfico, Gestão Ambiental, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Radiologia e Gestão de Turismo. Oferece, ainda, cursos de Licenciatura em Geografia e o Bacharelado em Engenharia da Produção Civil.

Além dessa experiência na oferta de cursos de graduação, atualmente, o IFPE vem procurando consolidar sua atuação na pós-graduação. Como exemplo deste política de ampliação, os três primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela instituição são os seguintes: Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, concluído em 2010; Especialização em Gestão Pública na modalidade de Ensino à Distância, que se encontra em andamento; Especialização em Gestão Pedagógica em Educação Profissional, resultante de um convênio de cooperação técnica entre o IFPE e o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP); Especialização em Educação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais do Semiárido Brasileiro, ofertado pelo *Campus* Afogados da Ingazeira e Especialização em Desenvolvimento de Sistemas Embarcados, pelo *Campus* Recife.

Há, ainda, os cursos de pós-graduação *strictu sensu* ofertados em parcerias com destacadas instituições públicas brasileiras na forma de Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER), tais como o MINTER IFPE/UFAL, Mestrado em Educação, com 20 estudantes; o MINTER: IFPE/UFCG, Mestrado em Engenharia Agrícola, com 24 estudantes; e finalmente, o MINTER: IFPE/UFCG, Mestrado em Engenharia Elétrica, com 09 (nove) estudantes, concluído em novembro de 2010.

Haverá, também, a oferta de Mestrado em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), o Mestrado em Meio Ambiente, Sociedade e Tecnologia, com 15 vagas, o qual se encontra em fase de avaliação e, portanto, esperando posicionamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES). Já o DINTER IFPE/UFSC, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, com 15 estudantes, foi aprovado pela CAPES e já se encontra em funcionamento, com previsão de término em 2016. Nesse contexto, merece destaque, no *Campus* Recife, a oferta do primeiro Curso de Mestrado da Instituição, o Mestrado Profissional em Gestão Ambiental, implantado

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
em 2013.2, com 20 vagas oferecidas.

No que concerne à pesquisa, atualmente, estão cadastrados no IFPE setenta e nove (79) Grupos de Pesquisa cadastrados e certificados no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, os quais, contam com a participação de servidores e discentes de todos os 09 (nove) *campi* do IFPE, além da Reitoria e da EAD, nas seguintes grandes áreas: Ciências Agrárias (02), Ciências Exatas e da Terra (04), Ciências Humanas (08), Engenharias (14), Ciências Sociais Aplicadas (03), Ciências Biológicas (04), Linguística, Letras e Artes (01) e Ciências da Saúde (01). Com essa oficialização e produção de pesquisa, a Instituição passou a ser reconhecida pela comunidade científica, o que tem possibilitado ampliar parcerias com instituições de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), o Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) entre outras².

No que tange aos Projetos de Pesquisa, em 2013 foram cadastrados 24 (vinte e quatro) novos projetos e, atualmente, o IFPE conta com 93 (noventa e três) projetos de pesquisa cadastrados e em pleno prazo de execução, distribuídos em todos os *Campi*.

No que se refere aos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica, a Instituição mantêm 05 (cinco) programas, todos com concessão de bolsas de iniciação científica: Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA); Programa de Iniciação Científica (PIBIC); Programa de Iniciação Científica Técnica (PICTEC); Programa de Iniciação Científica Ações Afirmativas (PIBIC-AF); e Programa de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI).

No âmbito do *Campus Recife*, a consolidação crescente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental oferecido pelo IFPE *Campus Recife*, com um número expressivo de pesquisas concluídas e em andamento, aliado ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ambos com mais de 10 (dez) anos de existência, além da implantação do Mestrado Profissional em Gestão Ambiental, sinalizam para a crescente maturidade da Educação Superior na Instituição, particularmente no que se refere à tríade ensino-pesquisa-extensão.

Em relação à Extensão, o IFPE pauta sua ação no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNExt), aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, e que se configura como o principal documento sobre a Extensão Universitária Brasileira, na vigência do PNE 2011-2020.

A atual Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco fundamenta-se no conceito de Extensão como atividade acadêmica articulada ao Ensino e à Pesquisa, e visa atender às demandas sociais existentes, buscando intercâmbio e parcerias, nas diversas áreas temáticas que atualmente se constituem como

² As informações sobre pesquisa e iniciação científica tiveram como fonte dados da PROPESQ que deverão constar no Relatório CPA do IFPE 2014.

prioridades estratégicas nacionais, regionais e locais para a Extensão e, assim, contribuir para a qualificação de suas atividades, para a formação cidadã e para o Desenvolvimento Social do Nordeste do Brasil.

A fim de estimular o desenvolvimento da Extensão no IFPE, anualmente é lançado o edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão, que tem por objetivo contribuir para a implementação e o fortalecimento de Programas e Projetos, os quais, além de influírem na formação do estudante nos diferentes níveis de ensino do IFPE, promovem melhorias nas diferentes esferas sociais, oportunizando o desenvolvimento de sua função social.

Para este ano estavam previstas em edital 230 bolsas divididas em duas categorias (cursos de graduação e cursos técnicos), das quais 25 foram direcionadas ao *Campus* Recife e destas, 15 para os discentes de cursos superiores.

2.2. Histórico do Curso

A partir da experiência na formação técnica na área de turismo iniciada em 1991 na então Escola Técnica Federal de Pernambuco – ETFPE e considerando o retorno dado pelo mercado no que se refere às necessidades de níveis de formação diferenciados, percebeu-se a necessidade de ampliar os conhecimentos e a formação profissionais deste curso.

Ainda denominado Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET o curso ofertado era o de 'Técnico em Serviços Turísticos', de nível médio. Em 2005 foi idealizado o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo cujo objetivo era atender ao mercado local que exigia um profissional para atuar nas atividades de gestão turística e planejamento na esfera mais tática e estratégica do que operacional.

Em 2006, a Direção geral do CEFET homologou a Comissão Responsável por formatar o projeto pedagógico do Curso Superior Tecnológico da área. Esta Comissão foi constituída por professores da área do Turismo, Relações Públicas, Geografia, História, Línguas, Arte e também contou com a participação da Assessoria Pedagógica.

O processo de estruturação deu-se através de reuniões pedagógicas sistemáticas (com a colaboração de professores de outras áreas de formação pertencentes ao curso). Com este novo formato o curso passou a ser oferecido na Instituição desde o ano de 2007. Em 2009 o corpo discente curso passou pela avaliação do ENADE e obteve o conceito 5.

Em 2011, o curso superior tecnológico passou pelo processo de reconhecimento obtendo o conceito 4 (quatro), conforme Portaria MEC-SESu nº 118, de 27 de junho de 2012, publicada no D.O.U. de 28/06/2012.

2.3. Justificativa

A atividade turística tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos tanto no Brasil como no mundo, não só por meio do fluxo de pessoas que se deslocam mas também por meio do número de empregos e ocupações neste setor. Dentre os efeitos da atividade turística destacam-se, sobretudo, os benefícios econômicos já que no turismo ocorrem atividades de consumo, originam-se rendas e criam-se mercados. Para o funcionamento desse mercado interagem o poder

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
público, a iniciativa privada e a população local, que atuam de maneiras distintas.

Considerando o fluxo turístico mundial, os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) informam que a atividade representou em 2013, 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e movimentou 1.087.000 pessoas pelo mundo e a previsão até 2030 é de um fluxo turístico de 1.800.000 turistas. Quanto aos empregos gerados, de cada 11 empregos, 1 está ligado ao turismo (OMT, 2014).

A competição entre as regiões mundiais para atrair visitantes tem se intensificado em vários países, regiões e cidades que precisam se adaptar às condições que o mercado oferece para se consolidar como destino turístico, sendo necessário planejar e gerir as atividades. O planejamento turístico é um processo amplo. Segundo Ruschmann e Widmer (2004), trata-se de um processo cuja finalidade é ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística e direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar a sua atratividade. Trata-se de um importante instrumento para a determinação e seleção das prioridades da atividade turística, sendo capaz de determinar suas dimensões ideais para estimular, regular ou restringir sua evolução.

O turismo também faz parte da indústria do entretenimento e lazer estando ligado a vários setores da chamada Economia Criativa como: patrimônio (material, imaterial, arquivos e museus); expressões culturais (artesanato, culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, artes visuais); artes e espetáculos (dança, música, circo e teatro); audiovisual e livro, leitura e literatura (cinema e vídeo, publicações e mídias impressas); além do campo das criações funcionais (moda, design, arquitetura e arte digital) aliando cultura à economia. (BRASIL, 2011).

Destaca-se que o cenário mercadológico exige uma postura profissional e estratégica da gestão responsável do turismo, que promova um equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais e que impulse as organizações a investir em análises mais aprofundadas dos ambientes mercadológicos, buscando o conhecimento do produto turístico e formas sólidas que facilitem e canalizem o desenvolvimento integrado e sustentável.

O turismo enquanto atividade sócioeconômico, cultural e ambiental apresenta a transversalidade como uma peculiaridade do setor, pressupondo a necessidade de gestão compartilhada e pró-ativa objetivando harmonizar os setores que influenciam o seu desempenho com a conservação dos atrativos visitados. Torna-se, portanto, fundamental para o fomento de atividade turística a existência de profissionais capacitados para atuar na administração pública e privada, no âmbito planejamento tático, estratégico e operacional através da concepção e implementação de novas políticas, negócios e ações para atender às demandas do mercado turístico.

A economia do estado de Pernambuco está entre as que lideram as taxas de crescimento do Nordeste, região que mantém uma taxa de expansão acima do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. São 7,9 milhões de habitantes, distribuídos em 184 municípios e no arquipélago de Fernando de Noronha.

Pernambuco como um todo apresenta-se em boa colocação no *ranking* dos destinos turísticos brasileiros. Ao longo

do ano, turistas nacionais e internacionais lotam os hotéis e cidades do Estado para participar de eventos e para usufruir das férias e/ou feriados prolongados. O setor de eventos destaca-se entre os de maior taxa de crescimento. A causa desse crescimento deve-se a sua localização privilegiada e a sua eficiente infra-estrutura receptiva que dispõe de hotéis e restaurantes, centros de convenções e diversos pólos de animação noturna, aeroportos internacionais, porto, terminal rodoviário integrado, shopping centers e uma série de outros equipamentos e serviços.

Tais equipamentos e serviços turísticos ao se instalarem na localidade requerem profissionais qualificados nos diversos níveis dessas organizações. Neste sentido, a opção pelo perfil tecnológico do curso, além de cumprir a responsabilidade social do IFPE na formação superior, atende à necessidade do mercado turístico de Pernambuco e mais especificamente de Recife. Trata-se da única instituição pública que oferece o curso nesta modalidade atendendo a uma demanda crescente de profissionais para atuação no mercado local.

No curso superior tecnológico em Gestão de Turismo há preocupação com a formação holística e cidadã do profissional gestor de turismo por meio da inserção de temas transversais que contemplem questões relacionados à ética, social e profissional, relações étnico-raciais, Direitos Humanos, meio ambiente, direito dos idosos, acessibilidade, entre outros.

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife tem como proposta a formação de profissionais éticos, dotados de compromisso social e responsabilidade ambiental. A idéia do curso é formar cidadãos aptos a trabalhar na atividade turística através da gestão integrada de processos, fortalecendo as dimensões do planejamento, da administração, do marketing, da gestão pública, dos negócios e da gestão ambiental de produtos e regiões turísticas.

2.4. Objetivos

2.4.1. Geral

Formar profissionais em Gestão de Turismo, com visão sistêmica à luz do desenvolvimento local e regional do Turismo. Formar cidadãos comprometidos e capazes de contribuir com desenvolvimento do turismo do estado e do Brasil à luz das premissas de sustentabilidade e erradicação da pobreza.

2.4.2. Específicos

- Formar profissionais aptos para atuação no planejamento e gestão da atividade turística em distintos contextos;
- Possibilitar uma formação que desenvolva a capacidade empreendedora e proativa nos diferentes âmbitos da atividade turística;

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

- Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos, ambientais, culturais e político-institucionais resultantes da atividade turística, e também na gestão e incorporação de novas tecnologias na atividade.

2.5. Requisitos e formas de acesso.

A forma de acesso aos Cursos Superiores do IFPE é por processo seletivo, obedecendo ao disposto na Constituição Federal, em seu Artigo 44: “A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”.

O processo seletivo será anual e regulamentado por edital próprio, seguindo o que estabelece a Organização Acadêmica:

A admissão aos Cursos Superiores do IFPE poderá ser feita mediante processos seletivos de:

- I - exame Vestibular aberto aos candidatos egressos do Ensino Médio ou similar;
- II - adesão ao Sistema de Seleção Unificado – SiSU;
- III - aproveitamento da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- IV – ingresso extra Vestibular, conforme Edital específico.

2.6. Fundamentação Legal

2.6.1. Leis Federais

- a) Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.
- b) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- c) Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- d) Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências.
- e) Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- f) Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

- g) Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- h) Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- i) Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- j) Lei nº 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

2.6.2. Decretos

- a) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- b) Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- c) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- d) Decreto Nº 5.773, de 9 De Maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.
- a) Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.
- b) Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- c) Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

2.6.3. Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação

- a) Parecer CNE/CES Nº 436/2001. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.
- b) Resolução CNE/CP 3, De 18 De Dezembro De 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- c) PARECER CNE/CP Nº 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo
- d) Parecer CNE/CES n.º 288, de 6 de novembro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.
- e) Portaria MEC nº 4059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a oferta de carga horária à distância em componentes curriculares presenciais.
- f) Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- g) Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- h) Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- i) Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.
- j) Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- k) Parecer CNE/CES nº 08, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- l) Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- m) Resolução do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso nº 16, de 20 de junho de 2008. Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos nos diversos níveis de ensino formal, de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.
- n) Parecer CNE/CES Nº 239 /2008, de 06 de novembro de 2008. Institui a carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia
- o) Parecer CNE/CP nº 08 de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- p) Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

- q) Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- r) Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

2.6.4. Normas Internas do IFPE

- a) Resolução IFPE/CONSUP nº 68 de 2001. Regulamento do Programa de Monitoria do IFPE.
- b) Resolução IFPE/CONSUP nº 50, de 23 de novembro de 2010. Aprova *ad referendum* o Regimento do Colegiado dos Cursos Superiores do IFPE.
- c) Resolução IFPE/CONSUP nº 81, de 15 de dezembro de 2011. Aprova o Regulamento de Trabalhos de Conclusão dos Cursos Superiores do IFPE.
- d) Resolução IFPE/CONSUP nº 62, de 19 de setembro de 2012. Dispõe sobre o regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).
- e) Resolução IFPE/CONSUP nº 080, de 12 de novembro de 2012. Regulamenta e estabelece critérios para a avaliação das Atividades Complementares desenvolvidas pelos estudantes dos Cursos Superiores do IFPE.
- f) Resolução IFPE/CONSUP nº 22, de 02 de abril de 2014. Aprova a Organização Acadêmica do Instituto Federal de Pernambuco.
- g) Resolução Nº 20/2015. Aprova a Normatização do Trabalho Docente do IFPE.

2.7. Perfil Profissional de Conclusão

2.7.1. As Competências Profissionais

O tecnólogo em Gestão de Turismo será um profissional capaz de:

1. Atuar como agente multiplicador do conhecimento turístico;
2. Atuar como gestor de operações turísticas e das atividades de planejamento de empresas turísticas e organização do turismo.
3. Coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos dos setores turísticos em órgãos públicos ou iniciativa privada;
4. Participar na elaboração e análise de planos e projetos para o desenvolvimento do turismo, considerando fatores e influências externas e internas, tendo presente a legislação brasileira pertinente a esta área e os preceitos da

5. Desenvolver ações no patrimônio nas suas distintas manifestações, potencializando e identificando cenários para o desenvolvimento da atividade turística;
6. Empreender nos diversos segmentos da atividade turística.

2.7.2. O Campo de Atuação

Assessoria, Administração e consultoria em órgãos públicos (planos municipais e estaduais de turismo) ou privados nas áreas de planejamento e gestão de:

- Empresas Turísticas
- Eventos
- Agenciamento
- Lazer e Recreação
- Hotelaria
- Transportes
- Marketing
- Alimentação

2.8. Organização Curricular

2.8.1. Concepções e Princípios Pedagógicos

A concepção de ensino que o curso contempla, é a de um ensino globalizador, na qual a formação integral, a partir da reunião articulada das competências humanas (que consiste de valores e, dos comportamentos éticos e estéticos); e da técnica (dos domínios científicos, e de habilidades específicas da área), é uma meta.

Os princípios pedagógicos que devem reger a dinâmica deste curso são, a Interdisciplinaridade e a Contextualização; no primeiro, espera-se que os componentes curriculares dialoguem entre si de forma sistemática através da complementação, explicação e argumentação; no segundo, propõe-se a veiculação contextualizada dos conteúdos, a partir de vivências capazes de reunir o conhecimento formal e as experiências dos estudantes durante o decorrer do curso. Assim os módulos sequenciais se constituirão em um processo cumulativo de aprendizado, para o futuro profissional.

2.8.2. Estrutura Curricular

O currículo do curso está organizado segundo a referência pedagógica de currículo por competências, estruturado em 04 (quatro) módulos totalizando uma carga horária de 2254 h/a.

Estrutura Curricular	
Descrição	Horas
Módulo I	486 h/a
Módulo II	486 h/a
Módulo III	504 h/a
Módulo IV	450 h/a
TCC*	126 h/r*
Atividades Complementares*	120 h/r*
TOTAL EM h/a	2254

Quadro 01 – Estrutura Curricular do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

O processo de ensino aprendizagem prevê as seguintes práticas pedagógicas:

- a) No Módulo I, todas as ações serão direcionadas para a fundamentação e preparação da área profissional.
- b) No Módulo II, o estudante cursista adquirirá mais conhecimentos de natureza instrumental como suporte para as vivências posteriores dos módulos III e IV.
- c) No Módulo III, compreende o início de orientação do TCC e a certificação de Planejador Turístico, através de componentes curriculares técnico-instrumentais para o planejamento turístico.
- d) No Módulo IV, O estudante deverá concluir o seu trabalho de conclusão de curso (TCC).

2.8.3. Sistema Acadêmico, Duração e Número de Vagas – Dimensão das Turmas Teóricas e Práticas

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo adota o sistema acadêmico modular, cursados semestralmente. Está estruturado em 4 (quatro) módulos de um semestre letivo. O tempo de integralização mínima é de 02 (dois) anos ou 04 semestres letivos, e a duração máxima para a integralização do curso é de 04 (anos) anos, ou 8 (oito) semestres letivos, em conformidade com a Organização Acadêmica do IFPE, aprovada pela Resolução IFPE/CONSUP nº 22/2014.

O Curso oferece 160 (cento e sessenta) vagas por ano, sendo 40 para a primeira entrada no turno da manhã, 40 para primeira entrada no turno da noite, 40 para segunda entrada no turno da manhã, e 40 para segunda entrada no turno da noite.

A carga horária do curso está distribuída da seguinte forma: 364,5 h/r (Módulo Básico ou Módulo I); 364,5 h/r (Módulo Instrumental ou Módulo II); 378 h/r (Módulo de Planejamento ou Modulo III); e 337,5 (Módulo de Organizações

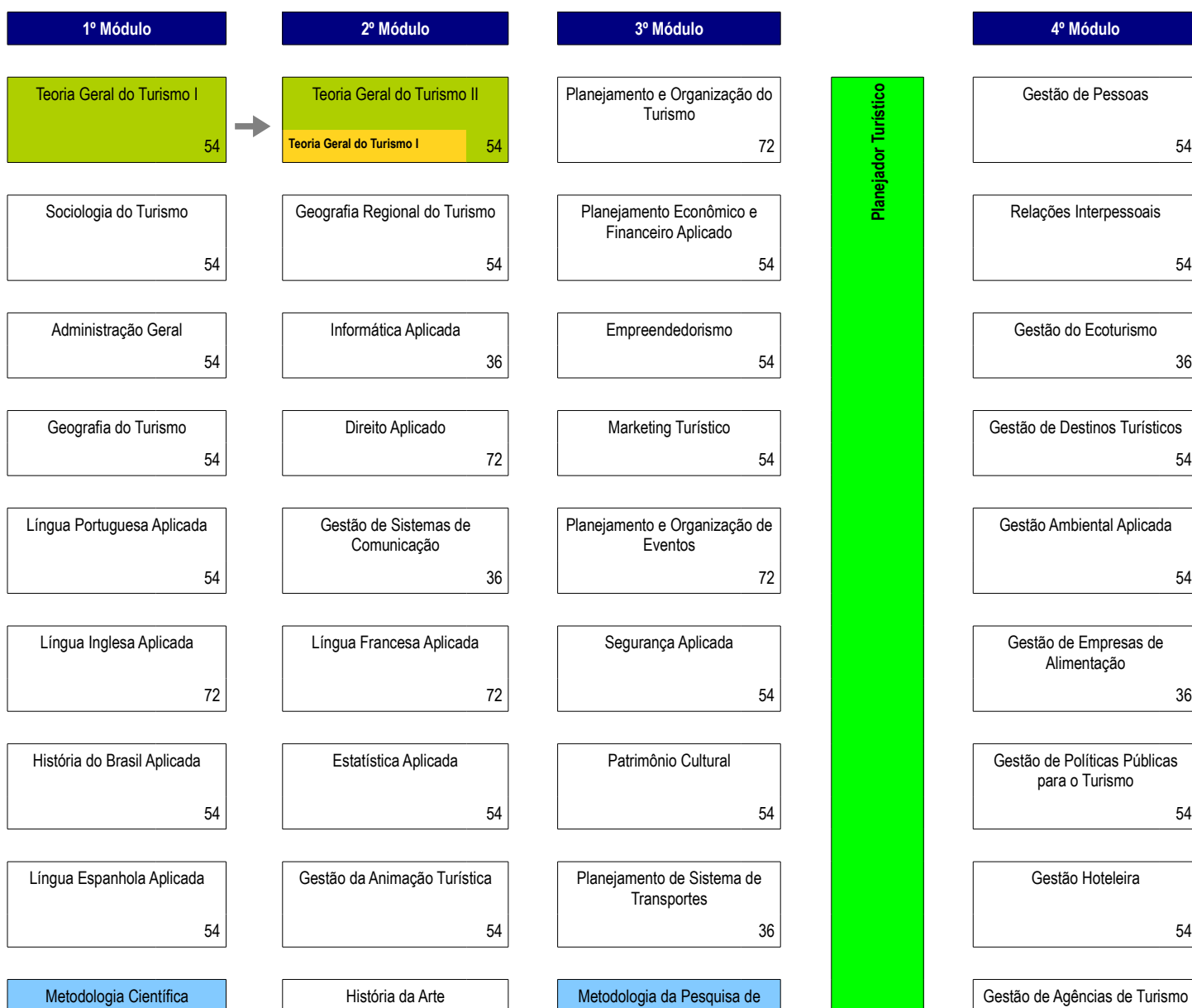
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Turísticas ou Módulo IV); além de 126 h/r destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e 120 h/r destinadas às Atividades Complementares, sendo 30 h/r internas e 90 h/r externas.

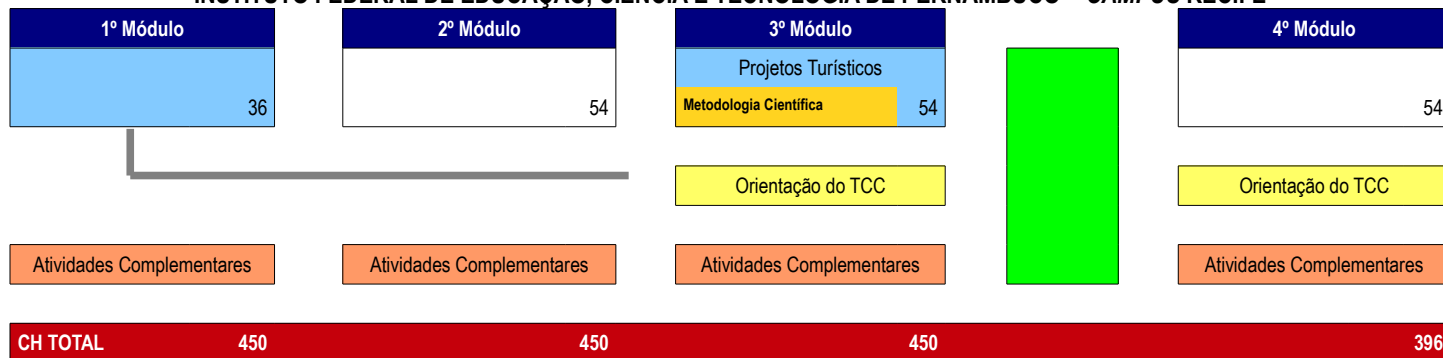
Ao concluir os Módulos I, II e III o discente poderá solicitar a certificação de Planejador Turístico; e após a conclusão de todos os módulos, além da aprovação no TCC e do cumprimento das Atividades Complementares, será conferido o diploma de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

2.8.4. Fluxograma

O fluxograma a seguir, o itinerário formativo, desde o cumprimento dos módulos iniciais, passando pela obtenção da certificação parcial de Planejador Turístico, pela realização das atividades complementares e do Trabalho de Conclusão de Curso, até a finalização dos módulos e a obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE



ELETIVAS

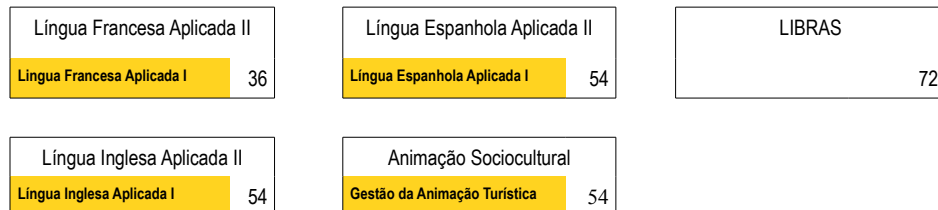


Figura 01 – Fluxograma do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

2.8.5. Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
ÁREA PROFISSIONAL: HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO

Fundamentação: LDB 9394/96

Pareceres nºs CNE/CES 436/01, 29/02, 277/06.

Resolução nº CNE/CES 03/02.

Ano de Implementação 2007.2

Semanas Letivas: 18

Carga Horária: hora/relógio 1690,5 - hora/aula 2254

MATRIZ CURRICULAR						
TÍTULO	COMPONENTES CURRICULARES	CRÉDITOS COMPONENTE/ MÓDULO				CHT H/A
		I	II	III	IV	
Módulo Básico	Teoria Geral do Turismo I	3				54
	Sociologia do Turismo	2				36
	Administração Geral	3				54
	Geografia do Turismo	3				54
	Língua Portuguesa Aplicada	3				54
	Língua Inglesa Aplicada	4				72
	História do Brasil Aplicada	3				54

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	Língua Espanhola Aplicada	4				72
	Metodologia Científica	2				36
Módulo Instrumental	Teoria Geral do Turismo II		3			54
	Geografia Regional do Turismo		3			54
	Informática Aplicada		2			36
	Direito Aplicado		4			72
	Gestão de Sistema de Comunicação		2			36
	Língua Francesa Aplicada		4			72
	Estatística Aplicada		3			54
	Gestão de Animação Turística		3			54
	História da Arte		3			54
Módulo de Planejamento	Empreendedorismo			3		54
	Planejamento Econômico e Financeiro Aplicado			3		54
	Planejamento e Organização do Turismo			4		72
	Planejamento e Organização de Eventos			4		72
	Marketing Turístico			3		54
	Segurança Aplicada			3		54
	Patrimônio Cultural			3		54
	Planejamento de Sistema de Transportes			2		36
	Metodologia da Pesquisa de Projetos Turísticos			3		54
Módulo de Organizações Turísticas	Gestão de Pessoas				3	54
	Relações Interpessoais				3	54
	Gestão do Ecoturismo				2	36
	Gestão Ambiental Aplicada				3	54
	Gestão de Destinos Turísticos				3	54
	Gestão de Empresas de Alimentação				2	36
	Gestão de Políticas Públicas para o Turismo				3	54
	Gestão Hoteleira				3	54
	Gestão de Agências de Turismo				3	54
Total: Créditos CH h/a						27 27 28 25 1926
TCC (Projetos Turísticos) – h/r						126
Atividades Complementares – h/r						120
Eletivas	Língua Inglesa Aplicada II		3			54
	Língua Francesa Aplicada II			3		36
	Animação Sociocultural			3		54

LIBRAS				4	72
Observações: - Teoria Geral do Turismo I é pré-requisito de Teoria Geral do Turismo II - Metodologia Científica é pré-requisito de Metodologia da Pesquisa de Projetos Turísticos					

Quadro 02 – Matriz Curricular do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

2.8.6. Componentes Curriculares Eletivos

ELETIVOS					
Componentes Curriculares	Módulo	Créditos	Total de Horas		Pré-requisito
			h/a	h/r	
LIBRAS	IV	4	72	54	-
Animação Sociocultural	III	2	54	40,5	Gestão da Animação Turística
Língua Francesa Aplicada II	III	2	36	27	Língua Francesa Aplicada
Língua Inglesa Aplicada II	II	3	54	40,5	Língua Inglesa Aplicada

Quadro 03 – Componentes Curriculares Eletivos

2.8.7. Dinâmica Curricular

COMPONENTES CURRICULARES		
Componentes Curriculares	Módulo	Pré-requisitos
Teoria Geral do Turismo II	II	Teoria Geral do Turismo I
Metodologia da Pesquisa de Projetos Turísticos	III	Metodologia Científica

Quadro 04 – Dinâmica Curricular

2.8.8. Organização Acadêmica por Módulos

Do ponto de vista da distribuição dos componentes curriculares por módulo, o quadro a seguir, apresenta carga horária total, carga horária teórica e prática, bem como os créditos e pré-requisitos.

Módulo I (Básico)						
Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária				Pré-requisitos
		Téorica	Prática	Total	Total	
		h/a	h/a	h/a	h/r	
Teoria Geral do Turismo I	3	39	15	54	40,5	
Sociologia do Turismo	2	26	10	36	27	
Administração Geral	3	39	15	54	40,5	
Geografia do Turismo	3	39	15	54	40,5	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Língua Portuguesa Aplicada	3	39	15	54	40,5	
Língua Inglesa Aplicada	4	52	20	72	54	
História do Brasil Aplicada	3	39	15	54	40,5	
Língua Espanhola Aplicada	4	52	20	72	54	
Metodologia Científica	2	26	10	36	27	
Total Modulo I	27	351	135	486	364,5	

Módulo II (Instrumental)

Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária				Pré-requisitos
		Téorica h/a	Prática h/a	Total h/a	Total h/r	
Teoria Geral do Turismo II	3	39	15	54	40,5	Teoria Geral do Turismo I
Geografia Regional do Turismo	3	39	15	54	40,5	
Informática Aplicada	2	26	10	36	27	
Direito Aplicado	4	52	20	72	54	
Gestão de Sistema de Comunicação	2	26	10	36	27	
Língua Francesa Aplicada	4	52	20	72	54	
Estatística Aplicada	3	39	15	54	40,5	
Gestão de Animação Turística	3	39	15	54	40,5	
História da Arte	3	39	15	54	40,5	
Total Modulo II	27	351	135	486	364,5	
Língua Inglesa Aplicada II (Eletiva)	3	39	15	54	40,5	Língua Inglesa Aplicada

Módulo III (Planejamento)

Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária				Pré-requisitos
		Téorica h/a	Prática h/a	Total h/a	Total h/r	
Empreendedorismo	3	39	15	54	40,5	
Planejamento Econômico e Financeiro Aplicado	3	39	15	54	40,5	
Planejamento e Organização do Turismo	4	52	20	72	54	
Planejamento e Organização de Eventos	4	52	20	72	54	
Marketing Turístico	3	39	15	54	40,5	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Segurança Aplicada	3	39	15	54	40,5	
Patrimônio Cultural	3	39	15	54	40,5	
Planejamento de Sistema de Transportes	2	26	10	36	27	
Metodologia da Pesquisa de Projetos Turísticos	3	39	15	54	40,5	Metodologia Científica
Total Módulo III	28	364	140	504	378	
Língua Francesa Aplicada II (Eletiva)	2	26	10	36	27	Língua Francesa Aplicada
Animação Sociocultural (Eletiva)	3	39	15	54	40,5	Gestão da Animação Turística
Módulo IV (Organizações Turísticas)						
Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária				Pré-requisitos
		Téorica h/a	Prática h/a	Total h/a	Total h/r	
Gestão de Pessoas	3	39	15	54	40,5	
Relações Interpessoais	3	39	15	54	40,5	
Gestão do Ecoturismo	2	26	10	36	27	
Gestão Ambiental Aplicada	3	39	15	54	40,5	
Gestão de Destinos Turísticos	3	39	15	54	40,5	
Gestão de Empresas de Alimentação	2	26	10	36	27	
Gestão de Políticas Públicas para o Turismo	3	39	15	54	40,5	
Gestão Hoteleira	3	39	15	54	40,5	
Gestão de Agências de Turismo	3	39	15	54	40,5	
Total Módulo IV	25	325	125	450	337,5	
LIBRAS	4	52	20	72	54	
TOTAL DOS MÓDULOS (sem as eletivas)	107	1391	535	1926	1444,5	
TCC				168	126	
Atividades Complementares				160	120	
TOTAL GERAL	107	1391	535	2254	1690,5	

Quadro 05 – Organização Acadêmica por Módulos

2.8.9. Orientações Metodológicas

A linha metodológica proposta para o curso explora processos que articulam aspectos teóricos e práticos. O objetivo é oportunizar, mediante o uso de práticas pedagógicas diversas, um processo de ensino aprendizagem consistente, que promova a construção dos conhecimentos que tornem possíveis as competências profissionais previstas no perfil de conclusão do profissional que se pretende formar.

Assim, o desenvolvimento das práticas pedagógicas no decorrer do curso privilegiará a pesquisa como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, na sua forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações–problema propostas e encaminhadas. A perspectiva é de consolidação da cultura de pesquisa, individual e coletiva, como parte integrante da construção do ensino-aprendizagem.

Visando à plena realização dessa abordagem metodológica, a prática docente buscará desenvolver os componentes curriculares de forma inovadora, para além da tradicional exposição de conteúdo, apoiada por materiais didáticos e equipamentos adequados à formação pretendida. As atividades, conforme sua natureza poderão ser desenvolvidas em ambientes pedagógicos distintos.

Para além das atividades de ensino, o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo também pretende privilegiar outras práticas pedagógicas referentes às atividades de extensão, iniciação científica e monitoria, como forma de materializar a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, conforme previsto na função social e na missão institucional do IFPE. Com isso, também pretende contribuir para a integração entre os saberes, para a produção do conhecimento e para a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

2.8.9.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Considerando os princípios preconizados no Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI, ou seja, a interdisciplinaridade, a contextualização e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2012), estas atividades visam ao fortalecimento de tais princípios no curso.

Nesse sentido, o incentivo à pesquisa visa a conduzir a uma autonomia progressiva do estudante na busca do conhecimento, fazendo da investigação um elemento integrante do processo de ensino-aprendizagem já que no contexto atual não se concebe aprendizagem como um ato de repetição de certezas, daí a necessidade de sensibilização dos educandos e educadores para a busca da dúvida intelectual produtora de pesquisa, pois o homem é por natureza capaz de investigar, simplesmente porque pensa, tem dúvidas e vive (CUNHA, 1998).

Na questão do ensino, há a necessidade de se valorizar as habilidades sócio-intelectuais e os conteúdos, de perceber o conhecimento de forma interdisciplinar, propondo pontes de relações entre eles e atribuindo significados

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
próprios, ou seja, procurando construir aprendizagem com significado.

Quanto à extensão, ela deve ser vista como ponto de partida e de chegada da apreensão da realidade. Nesta perspectiva esta deve ser o “laboratório” que auxilia na formação profissional dos educandos, levando-os a participar, na medida do possível, como agentes de sua mudança..

Desta forma, as atividades ora enumeradas nos subitens abaixo, buscam oportunizar a integração acadêmico-pedagógica referentes ao ensino, pesquisa e extensão, visando à formação holística do profissional gestor em turismo.

2.8.9.1.1. Visitas Técnicas

Durante o processo ensino-aprendizagem do curso a visita técnica será desenvolvida em duas dimensões: a de base tecnológica e/ou prática pedagógica, e como atividade complementar considerando que toda visita técnica tem como finalidade a ampliação ou complementação e/ou o confronto com o conteúdo teórico do conhecimento específico e tem como foco a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares.

No Instituto Federal de Pernambuco, as visitas técnicas estão regulamentadas na Seção VII, do Capítulo VII, da Organização Acadêmica 2014, e sistematizada pela Resolução Nº 06/2015 do CONSUP. Com base nelas, a visita técnica como previsto na ementa do componente curricular (seja como base tecnológica ou como prática pedagógica) deverá observar os seguintes critérios:

- O professor titular e/ou outro professor da mesma área deverá acompanhar a turma;
- Ser realizada, preferencialmente, no final da semana;
- O projeto deverá ser entregue para análise e aprovação prévia da coordenação;
- Sua estrutura organizacional deve especificar objetivos, população alvo quantitativo, programação detalhada, recursos materiais e/ou humanos, hospedagem (se houver), horários de saída e retorno, destino, apresentação dos resultados obtidos (em relatório), especificações das áreas desenvolvidas, tipo de transporte.
- O professor deve registrá-la devidamente no diário de classes e especificar apenas as horas de trabalho.
- O professor deverá entregar o relatório final da visita-técnica, conforme normativa deste Instituto.

Todo o detalhamento dos procedimentos e regras vigentes para proposta, execução e registro das visitas técnicas estão dispostos nos documentos supracitados.

O departamento e/ou a Coordenação do Curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por esclarecer eventuais dúvidas dos docentes quanto as etapas de planejamento, execução e registro das vivistas técnicas, e pela construção de um memorial das atividades realizadas para consultas acadêmicas e para fins de comprovações nos processos de avaliação interna e externa para registro e memória do curso.

2.8.9.1.2. Monitorias

A Atividade de Monitoria teve seu regulamento aprovado pela Resolução nº 68/2011 – CONSUP, o qual aponta que esta prática objetiva incentivar o corpo discente, com vistas à ampliação do espaço de aprendizagem e o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do Ensino. Além disso, nos termos do Edital 03/2014, a monitoria objetiva também, intensificar e assegurar a cooperação entre estudantes e professores nas atividades acadêmicas, relativas as do Ensino e subsidiar trabalhos acadêmicos, orientados por professores, por meio de ações multiplicadoras e de esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo e à realização das atividades propostas. Deste modo, procura-se possibilitar um aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação profissional.

Atualmente no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, são ofertadas 8 (oito) vagas para monitores, sendo 4 (quatro) bolsistas e 4 (quatro) voluntarios, contemplando assim 4 (quatro) componentes curriculares; e alunos contemplados devem cumprir uma carga horária semanal de 12h. A decisão de quais componentes serão contemplados no semestre letivo fica a cargo do Colegiado do Curso que busca diversificar a oferta afim de oportunizar esta experiência para diversos docentes e discentes, assim como há também uma preocupação para que a cada semestre essas vagas sejam distribuídas em componentes de módulos diferentes, para assim permitir que alunos em variados estágios da formação possam submeter-se a ela.

O edital de monitoria, assim como o controle de todo processo avaliativo e de registro, é realizado por uma Comissão Institucional, na qual o Curso de Gestão de Turismo é representado por uma docente. O professor responsável, após aplicar a prova de seleção e informar à comissão quais os alunos que serão contemplados, apresenta um plano de trabalho aos alunos que mensalmente entregam à Diretoria de Ensino um formulario de atividades. Ao final do período de monitoria, os discentes redigem um relatório final sintetizando as ações desenvolvidas e o professor responsável emite um parecer sobre o desempenho dos alunos.

O departamento e/ou coordenação do curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, irá compor a Comissão de Monitoria do Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Recife, que ficará também responsável por elaborar um memorial das monitorias para consultas acadêmicas e para fins de comprovações em processos de avaliação interna e externa.

2.8.9.1.3. Fala, Gestor!

O “FALA, GESTOR!” é um evento, organizado pela Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, com o auxílio do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que objetiva a criação de um espaço permanente para reflexões, debates e apresentação de cases, por gestores públicos e privados os quais suas práticas se relacionem direta ou indiretamente com o mercado do turismo.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Trata-se de um evento voltado para docentes, discentes e egressos do Curso de Gestão de Turismo, que ocorrerá ao menos 1 (uma) vez por semestre letivo, com a presença de convidados externos ao IFPE que atuem ou que tenham tido experiências relevantes enquanto Gestores. O evento não possui uma tipologia pré-determinada, podendo então sofrer variações a cada edição, buscando sempre atender as demandas identificadas.

O propósito é de que a formação não se restrinja unicamente ao espaço da sala de aula e que os estudantes tenham a oportunidade de se inteirar das vivências do mercado, refletindo sobre o seu papel enquanto profissional. Para além da dimensão do Ensino, essas reflexões também podem promover novas possibilidades de Pesquisa por parte dos estudantes, quer diretamente vinculados aos programas institucionais de iniciação científica do IFPE, quer para fins de realização do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Vale frisar que essa atividade ainda pode servir como um campo de possibilidade para o desenvolvimento de alguma atividade de Extensão, além de configurar-se como um canal para o estabelecimento de parcerias e oportunidade de estágio/emprego.

2.8.9.1.4. Passaporte

O PASSAPORTE é um evento organizado pelos Docentes de Língua Estrangeira (Inglês, Francês e Espanhol) do Curso Superior em Gestão de Turismo, que objetiva dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, oportunizando um ambiente dinâmico onde os alunos possam interagir criativamente com o idioma, além de possibilitar vivências culturais diversificadas.

Este evento é voltado para os docentes, discentes e egressos do Curso de Gestão de Turismo, além de toda a comunidade acadêmica (servidores e alunos dos demais cursos da Instituição), que ocorrerá ao menos 1 (uma) vez por semestre letivo, e contará também com a presença de convidados externos ao IFPE. Assim como o Fala, Gestor!, o evento não possui uma tipologia pré-determinada, podendo então sofrer variações a cada edição, buscando sempre atender as demandas identificadas.

2.8.9.1.5. Extensão

A atual Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco se fundamenta no conceito de Extensão como atividade acadêmica articulada ao Ensino e à Pesquisa e visa atender às demandas sociais existentes, buscando intercâmbio e parcerias, nas diversas áreas temáticas que atualmente se constituem como prioridades estratégicas nacionais, regionais e locais para a Extensão e, assim, contribuir com a qualificação de suas atividades para a formação cidadã e para o Desenvolvimento Social do Nordeste do Brasil.

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo desenvolve atividades de extensão em seus mais variados formatos, desde seminários, cursos e palestras, até intervenções *in loco* nas áreas de lazer, patrimônio, planejamento e tantas outras que compõem sua estrutura curricular. Estas práticas buscam prioritariamente atender ao pressuposto da

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
interdisciplinaridade, contribuindo assim com o processo de formação integral e sistêmico dos discentes.

O registro de atividades de extensão no *Campus Recife* obedece ao sistema de fluxo contínuo, sendo assessorado por uma Diretoria específica. O mesmo procedimento acontece no âmbito da Reitoria, sob gestão da Pró-Reitoria de Extensão que também, publica anualmente um edital de concessão de bolsas de extensão – PROEXT, incentivando e viabilizando a participação dos discentes nos programas e projetos.

O departamento e/ou a Coordenação do Curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por esclarecer eventuais dúvidas dos docentes quanto à construção e registro de projetos de extensão, e quanto à participação em editais de bolsas de extensão; assim como, pela construção de um memorial das atividades em andamento, concluídas e publicadas, para consultas acadêmicas e para fins de comprovações para os processos de avaliação interna e externa para registro e memória do curso.

2.8.9.1.6. Pesquisa

A Pesquisa constitui um meio de grande importância no processo de formação dos estudantes do IFPE, seja no âmbito do Educação Superior, seja no Ensino Médio. Desta forma, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQ) tem fomentado a constituição de Grupos de Pesquisa pertencentes aos seus nove *campi* e à Educação à Distância, certificados junto ao CNPq. Dado o expressivo contingente de docentes e estudantes vinculados a esta atividade, o *Campus Recife* representa atualmente cerca de 60% (sessenta por cento) do quantitativo da Pesquisa em todo o IFPE.

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo possui atualmente 1 (um) Grupo de Pesquisa cadastrado “Políticas Públicas do Turismo”, com duas linhas de pesquisas, sendo elas: “Políticas Públicas de Entretenimento e Lazer” e “Planejamento de Localidades Turísticas”. O grupo de pesquisa conta com docentes e discentes do Curso de Gestão de Turismo, além de profissionais externos cadastrados, e vem articulando parcerias com instituições públicas para o desenvolvimento de projetos em conjunto.

O departamento e/ou a Coordenação do Curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por esclarecer eventuais dúvidas dos docentes quanto à construção e registro de projetos de pesquisa, e quanto à participação em editais de bolsas de pesquisa; assim como, pela construção de um memorial das pesquisas em andamento, concluídas e publicadas, para consultas acadêmicas e para fins de comprovações para os processos de avaliação interna e externa para registro e memória do curso.

2.8.9.2. Atividades Complementares

A matriz do curso contempla 120 (cento e vinte) horas de atividades complementares obrigatórias, que serão desenvolvidas por meio de:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

- 1- Participação em congressos, seminários, conferências, palestras e afins;
- 2- Participação em cursos, minicursos, oficinas e similares (presencial ou a distância) na área do Curso ou áreas afins;
- 3- Cursos de Idiomas (somente 20% da carga horária total do curso);
- 4- Realização de monitoria na área do Curso;
- 5- Publicação de trabalhos em revistas científicas;
- 6- Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- 7- Participação em atividades de extensão;
- 8- Participação em Programas de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, BIA e outras;
- 9- Organização de eventos na área do Curso ou áreas afins;
- 10- Participação no Programa de Bolsa de Iniciação à Extensão – PIBEX;
- 11- Visitas técnicas (exceto as realizadas por cumprimento às demandas de um componente curricular em que o discente esteja matriculado ou atuando como monitor);
- 12- Estágio profissional na área do curso;

Estabelece-se também que 25% (vinte cinco por cento) da carga horária total das atividades complementares (30 horas), serão computadas com a participação nas atividades internas; e os 75% (setenta cinco por cento) restante (90 horas), o aluno escolherá a melhor forma de complementar. Ressalta-se ainda que qualquer das formas supracitadas deverá ter estreita relação com o perfil da conclusão do curso e submeter-se a uma análise da instituição via procedimentos da coordenação do curso e/ou instância competente.

O departamento e/ou coordenação do curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por analisar e deferir ou indeferir a validade das atividades complementares, para que, a posteriori, a coordenação possa solicitar ao registro escolar o lançamento das horas e arquivamento dos documentos na pasta individual de cada discente.

Para o registro, acompanhamento e validação das atividades complementares, o estudante deverá preencher formulário próprio, conforme disposto na Resolução IFPE/CONSUP nº 080/2012, e entregar na Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, junto com os documentos comprobatórios para fins de autenticação.

CATEGORIAS	ATIVIDADES	CARGA-HORÁRIA SEMESTRAL H/R	CARGA-HORÁRIA DURANTE O CURSO H/R
I	Participação em congressos, seminários, conferências,	Ilimitada	Ilimitada

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	palestras e afins		
II	Participação em cursos, minicursos, oficinas e similares (presencial ou a distância) na área do Curso ou áreas afins, com carga-horária até 60h.	Ilimitada	Ilimitada
III	Participação em cursos, minicursos, oficinas e similares (presencial ou a distância) na área do Curso ou áreas afins, com carga-horária acima de 60h.	Ilimitada Máximo de 60h por certificado.	Ilimitada Máximo de 60h por certificado.
IV	Cursos de Idiomas	20% da carga horária cursada	20% da carga horária cursada
V	Realização de monitoria na área do Curso	Ilimitada (10 por monitoria concluída)	Ilimitada
VI	Publicação de trabalhos em revistas científicas.	Ilimitada (20 por trabalho aceito para publicação)	Ilimitada
VII	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Ilimitada (10 por trabalho apresentado)	limitada
VIII	Participação em atividades de extensão.	Ilimitada	Ilimitada
IX	Participação em Programas de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC ou BIA	Ilimitada (15 por trabalho concluído)	Ilimitada
X	Organização de eventos na área do Curso ou áreas afins.	Ilimitada	Ilimitada
XI	Participação no Programa de Bolsa de Iniciação à Extensão – PIBEX	Ilimitada (15 por projeto concluído)	Ilimitada
XII	Estágio profissional na área do curso	20% da carga horária trabalhada	20% da carga horária trabalhada
XIII	Visitas Técnicas Oficiais do Curso (exceto as realizadas por cumprimento às demandas de um componente curricular em que o discente esteja matriculado ou atuando como monitor)	Ilimitada (5 por visita realizada)	Ilimitada
XIV	Participação em atividades não previstas, mas que se relacionem com o curso.	Ilimitada	Ilimitada

Quadro 06 – Atividades Complementares

As situações adversas que possam eventualmente surgir e que possam vir a comprometer o ciclo formativo e profissional do discente deverão ser analisadas pelo Colegiado do Curso.

2.8.9.3. Prática Profissional

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo tem sua prática profissional contemplada no cumprimento das Atividades Complementares, acrescido da aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso que caracteriza-se por ser um

projeto exequível. Ele possibilita um contato direto com a realidade de mercado durante o processo de investigação e desenvolvimento das idéias a serem apresentadas.

Mesmo o estágio não sendo configurado como obrigatório, os alunos são estimulados a buscarem estas práticas e têm as atividades registradas e arquivadas a partir dos planos de estágios. O IFPE – *Campus* Recife possui uma Coordenação de Estágios e Egressos – CEEG que auxilia no processo de assinatura de contrato e convênios.

O Departamento e/ou a Coordenação do Curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por analisar e deferir ou indeferir os planos de estágios; assim como, providenciar, junto à coordenação, o arquivamento dos documentos, e construção de um memorial para consultas acadêmicas e para fins de comprovações para os processos de avaliação interna e externa para registro e memória do curso.

2.8.9.4. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, com carga horária total de 126 (cento e vinte e seis) horas, no curso tecnológico de Gestão em Turismo é obrigatório iniciar-se no módulo III com a orientação e tem como objetivo apresentação de um projeto turístico que deverá ser realizado através das seguintes etapas:

ETAPAS	C/H	MÓDULO
ETAPA DE ORIENTAÇÃO	36	III
ETAPA DE DESENVOLVIMENTO	54	IV
ETAPA DE APRESENTAÇÃO	36	IV

Quadro 07 – Etapas do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

A realização do TCC observará o previsto no regulamento específico aprovado pela Resolução IFPE/CONSUP nº 81/2011 e a Organização Acadêmica Institucional vigente. De acordo com essa Resolução, são objetivos do TCC:

- I – desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias trabalhadas e vivenciadas durante o curso, de forma integrada, através da execução do TCC;
- II – desenvolver a capacidade de planejamento e pesquisa para resolver problemas nas áreas de formação específica;
- III – garantir ao estudante o aprofundamento de seus estudos em uma temática relacionada ao perfil de formação do seu curso.

Orientações metodológicas e operacionalização do TCC:

- As etapas de orientação desenvolvimento e apresentação serão vivenciadas por grupos de até 3 alunos;
- Inicia-se a etapa de orientação do componente curricular metodologia da pesquisa de projetos turísticos, onde 36

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
horas serão destinadas a sua orientação com atividades específicas;

- O Acompanhamento do desenvolvimento e apresentação deve ser realizado por professores que tenham ministrado componentes curriculares no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.
- Cada professor só poderá acompanhar no máximo três projetos. Ficará a cargo do Departamento, no qual o curso esteja diretamente vinculado, o controle da distribuição desses professores. A sua carga de trabalho deverá ser computada no esforço acadêmico do professor orientador.
- O professor-orientador deverá preencher devidamente as fichas de acompanhamento do desenvolvimento do TCC, e apresentá-las à coordenação do curso, para assinatura de concordância.
- O projeto turístico deve ter estreita relação com o perfil de conclusão do curso e com enfoques em planejamento e gestão.
- Após a conclusão do processo de orientação, o Professor responsável pelo TCC deverá pessoalmente agendar a defesa, com uma antecedência mínima de 15 dias, obedecendo ao calendário de apresentações divulgado pela Coordenação do Curso no início de cada semestre; é de responsabilidade também do Orientador, o convite aos componentes da banca, e a entrega das versões impressas que os mesmos deverão corrigir. Esta etapa de entrega das versões finais poderá ser desempenhada pelos discentes envolvidos, mas sob supervisão do orientador.
- A Coordenação do Curso ficará responsável pela divulgação da apresentação com uma antecedência mínima de 7 dias, pela reserva do local, e por lavrar e fazer a leitura final da ata de TCC, além do arquivamento de todos os documentos comprobatórios do processo de orientação e apresentação.
- O aluno só poderá apresentar o TCC após ser aprovado em todos os componentes curriculares do curso.

A nota final do TCC deverá ser a média aritmética das notas atribuídas ao(s) estudante(s) pelos membros da Banca Examinadora, composta por um examinador externo e por um examinador interno, com a presença do Professor Orientador, observando uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Serão aprovados os alunos que, após a apresentação pública do TCC, a nota final conferida pela banca examinadora for igual ou superior a 7,0 (sete)

O departamento e/ou coordenação do curso poderá designar um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por coordenar o recebimento e a distribuição dos pré-projetos aos orientadores, e a construção de um memorial para consultas acadêmicas e para fins de comprovações para os processos de avaliação in loco.

2.8.10. Ementário

1º Módulo

Componente Curricular: Teoria Geral do Turismo I	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: O perfil do tecnólogo em turismo. Conceituação do turismo. Evolução histórica do fenômeno turístico. Condicionantes do turismo. Tipologia do turismo. Impactos gerados pelo turismo . O mercado turístico e seus componentes.	
Referências Básicas: MONTANER, M. J. Estrutura do mercado turístico . Brasil: Roca, 2001 BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo . Papirus Editora: 2012. ANSARAH, Marília Gomes dos Reis; PANOSSO NETTO, Alexandre. Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas . 1ª Edição. Manole: 2015. E-book	
Referências Complementares: RUSCHMANN, D. V. M; SOLHA, K. T. Planejamento Turístico . 1ª Edição. Manole: 2015. E-book. RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente . 1ª Edição. Papirus: 2015. E-book. LOHMANN, Guilherme; PANOSSO, Alexandre Netto. Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas . São Paulo: Aleph, 2012. PETROCCHI, M. Turismo: planejamento e gestão . 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. DE STEFANI, C; OLIVEIRA, L. C. F. M. Compreendendo o Turismo: um panorama da atividade . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.	

Componente Curricular: Metodologia Científica	Créditos: 2
Carga horária: Total (36) AT (26) AP (10)	
Ementa: Abordagem científica da produção do conhecimento acadêmico no campo do Turismo. Legislação e Normas da ABNT. Estrutura de trabalhos acadêmicos.	
Referências Básicas: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6ª ed; São Paulo: Atlas, 2006. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
Referências Complementares: CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica . 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2002 – Documentação – Referências. Rio de Janeiro, 2002 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520:2002 – Documentação – citação em documentos. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724:2011 – Trabalho acadêmico – apresentação. Rio de Janeiro, 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287:2011 – o projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2011.	

Componente Curricular: Geografia do Turismo	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Os conceitos-chaves e categorias de análise da Geografia e a sua aplicabilidade ao turismo. Turismo e espaço urbano. Turismo e espaço rural. Turismo e patrimônio histórico. Turismo e meio ambiente. Turismo e desenvolvimento local. Turismo - apropriação e reorganização do território. Cartografia do turismo. Panorama do Turismo no cenário mundial.	
Referências Básicas: CRUZ, Rita de Cássia A. da. Introdução à Geografia do Turismo . São Paulo: Rocca, 2001. PEARCE, Douglas G. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens . 1ª Ed. São Paulo: ALEPH, 2003. TELES, Reinaldo M. de Sá. Fundamentos Geográficos do Turismo . São Paulo: Ed. Elsevier, 2009.	
Referências Complementares: BRUHNS, Heloisa Turini. A busca pela natureza: turismo e aventura . Barueri, SP: Manole, 2009. FABRICIO, Ana Carolina Baggio. Turismo, meio ambiente e sustentabilidade . (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2015 RABINOVICI, Andrea; ZYSMAN, Neiman (orgs). Turismo e meio ambiente no Brasil . Barueri, SP: Manole, 2009. RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Desenvolvimento Local . 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. RUSCHMANN, Dóris. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente . Campinas, SP: Papyrus, 2015.	

Componente Curricular: Língua Espanhola Aplicada	Créditos: 4
Carga horária: Total (72) AT (58) AP (14)	
Ementa: Introdução e desenvolvimento de habilidades linguísticas referentes a textos e/ou contextos específicos da área de Turismo enfatizando o reconhecimento da língua oral e escrita.	
Referências Básicas: WILDNER, Ana Kaciara; OLIVEIRA, Leandra Cristina de; SOBOTTKA, Mary Anne Warken. Espanhol para o turismo . Florianópolis: Publicação do IFSC, 2014. ZIPMAN, Suzana. Espanhol para hotelaria . São Paulo: Disal Editora, 2013.	
Referências Complementares: BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Cartilhas: o Brasil que você procura - 2013. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/cartilhas_o_brasil_que_voce_procura.html >. Acesso em: 10 jun. 2015. CALVI, Maria Vittoria. Los géneros discursivos en la lengua del turismo: una propuesta de clasificación . Disponível em: http://www.aelfe.org/documents/01_19_Calvi.pdf . Acessado em 10 de jun de 2015. LUCAS, Lucía-Clara Serrano. El lenguaje turístico y los modelos básicos de la práctica turística . Disponível em: http://ocw.um.es/humanidades/traduccion-para-el-turismo-y-el-ocio/material-de-clase-1/turismo-i-tema-2-el-lenguaje-del-turismo-y-los-modelos-textuales-basicos.pdf . Acessado em 10 de jun de 2015. MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol Para Brasileiros - 4ª Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española . Madrid, Espasa-Calpe, 1997.	

Componente Curricular: Sociologia do Turismo	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: O aporte da sociologia na compreensão do turismo tanto em um campo mais subjetivo e global quanto na prática profissional. Conceitos sociológicos básicos: cultura e sociedade, controle, desigualdade e mudança social. Aborda o turismo nas sociedades tendo por foco nos impactos gerados no ambiente social. Aproximação da trajetória histórica do turismo na sua contextualização enquanto inserido na conjuntura ocidental capitalista contemporânea. Análise das relações entre sociologia, turismo e lazer.</p>	
<p>Referências Básicas: KIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Zahar, 2012. MARTINS, Carlos B. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.</p>	
<p>Referências Complementares: BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001. DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia São Paulo: Atlas, 2003 GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e etnicidade. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 141-159, out. 2003. ISSN 1806-9983. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008. SANTOS, Rafael José dos. Antropologia, sociologia e estudos do Turismo: contribuições para um diálogo interdisciplinar Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 23-46, 2. sem. 2005. URRY, J. e CROWSHAW. "Turismo e Consumo Visual". Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa .43. 1995. http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pwQKjcpA6k4J:www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php%3Fid%3D570+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br</p>	

Componente Curricular: Administração Geral	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: A administração e as organizações. Ambiente organizacional. Processo de tomada de decisões. Conceitos e funções básicas do processo de administração aplicada ao turismo: planejamento, organização, direção e controle. Áreas funcionais.</p>	
<p>Referências Básicas: ACERENZA, Miguel Angel. Administração do turismo. vol. 2. Bauru – SP: Edusc, 2001. CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. Rio de Janeiro: Elsevier,. 2006. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores. 2ª Ed. SÃO PAULO SP: Pearson Prentice Hall, 2013</p>	
<p>Referências Complementares: CHIAVENATO, Idalberto. Administração para não administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2011. DIAS, Reynaldo; PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de Hotelaria e Turismo (orgs.). São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>	

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. Ed. São Paulo: Futura, 1998.

RUSCHUMANN, Doris: SOLHA, Karina Toledo (orgs). **Turismo**: uma visão empresarial. Barueri, SP: Manole, 2004.

Componente Curricular: História do Brasil Aplicada	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Análise crítica da História do Brasil, e suas interfaces culturais. Elucidar os processos históricos que contribuíram com a formação da cultura brasileira. Pensar caminhos e alternativas de manifestações culturais que possam contribuir para uma sociedade mais justa e humana, respeitando e valorizando nossa plural composição étnico cultural.	
Referências Básicas: VICENTINO, Cláudio. História do Brasil . São Paulo: SCIPIONE, 1997 COSTA, Luis. História do Brasil . São Paulo: SCIPIONE, 1999 TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. Turismo e Civilização : mergulhando no berço da humanidade. São Paulo: Contexto, 2002.	
Referências Complementares: BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo . Papyrus Editora: 2012. BARBOSA, Ycarim Melgaço. Historia das viagens e do turismo . São Paulo: ALEPH, 2002 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988 . Ministério da Educação, 1988. NELI, Neto. Breve história do turismo . Disponível em: < http://www.lunaeamigos.com.br/meioambiente/brevehistoriadoturismo.htm > Acesso em: 24 jun. 2009. GRAND-TOUR. História do turismo . Disponível em: < http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo/grand_tour.asp >. Acesso em: 24 jun. 2009.	

Componente Curricular: Língua Inglesa Aplicada	Créditos: 4
Carga horária: Total (72) AT (58) AP (14)	
Ementa: Emprego da língua inglesa em diferentes situações voltadas para o Turismo e Hotelaria. Desenvolvimento das habilidades linguísticas. Aprofundamento das quatro habilidades: ouvir, falar, ler e escrever.	
Referências Básicas: AMOS, Eduardo & PRESCHER, Elizabeth. The Richmond Simplified Grammar of English . Ed. Richmond, 2010. OXEDEN, C. LATHAN-KOENIG, SELIGSON, P. New English File Elementary : Oxford University Press, 2004.	
Referências Complementares: HOLDEN, Susan. Encounters . English here and now. Beginner. Macmillan, 2012. OXFORD UNIVERSITY PRESS . Disponível em: < http://elt.oup.com/student/englishfile/elementary/?cc=br&sellanguage=ptl >. Acesso em: 07 mar. 2015. POHL, Alison & STOTT, Trish. Welcome to Brazil volume 1 ed. Oxford, 2010. DICTIONARY.COM . Disponível em: < http://dictionary.reference.com/ >. Acesso em: 07 mar. 2015.	

Componente Curricular: Língua Portuguesa Aplicada	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Leitura e análise de textos de gêneros diversos, com verificação, entre outros aspectos, de: tema, idéia global e tópico; as relações sociais entre interlocutores; o contexto discursivo; a coerência e a coesão textual; interdiscursividade e intertextualidade; recursos lexicais e efeitos de ironia, ênfase, atenuação e humor. Leitura, análise, planejamento e produção de textos das esferas geral e profissional.Revisão de tópicos da norma padrão.	
Referências Básicas: MOURA, Maria Helena. Texto e Gramática . São Paulo: Contexto, 2006. INFANTE, Ulisses; CIPRO NETO, Pasquale . Gramática da língua portuguesa . São Paulo: SCIPIONE, 2008. SILVA, Maurício. O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.	
Referências Complementares: FARACO, Carlos Emílio. Gramática . São Paulo: ÁTICA, 1999 GRANATIC, Branca. Técnicas Básicas de redação . São Paulo: Scipione, 1995. DISCINI, Norma. A comunicação nos textos FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação . 17ª Ed. São Paulo: ÁTICA, 2007 MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação Empresarial sem complicação . 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2009.	

2º Módulo

Componente Curricular: Teoria Geral do Turismo II	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Organismos do turismo; empresas turísticas e suas características; a estrutura pública do turismo no Brasil; o papel do Estado no desenvolvimento do Turismo; o sistema turístico.	
Referências Básicas: BENI, Mário Carlos (org). Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produções e clusters . Barueri, SP: Manole, 2012. LOHMANN, Guilherme; PANOSSO, Alexandre Netto. Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas . São Paulo: Aleph, 2012. STEFANI, Cláudia de; OLIVEIRA, Luana Cássia F. Mendes de. Compreendendo o Turismo: um panorama da atividade . Curitiba: InterSaberes, 2015.	
Referências Complementares: BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo . 12 Ed. São Paulo: SENAC, 2007. BARRETTO, Margarita. Turismo e Cultura: discussões contemporâneas . [livro eletrônico] Campinas, SP: Papyrus, 2015 TOMAZZONI, Edegar Luis. Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores . Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. ONTELES, J. O. Turismo e impactos socioambientais . São Paulo: Aleph, 2004. IGNARRA, L.R. Fundamentos do turismo . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.	

Componente Curricular: Gestão da Animação Turística	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: Conceitos e caracterizações do lazer, recreação e animação. As relações entre necessidades humanas, trabalho, lazer e as dinâmicas psicossociais. Os espaços e sua relação com o lazer e o turismo. Caracterização da demanda (crianças, jovens, adultos e idosos) a partir dos aspectos biopsicossociais. Elaboração de programas de lazer, recreação e animação. Técnicas de recreação. O mercado de trabalho e o perfil profissional do animador. Cuidados específicos em lazer, recreação e animação com idosos.</p>	
<p>Referências Básicas: MELO Victor Andrade de; ALVES JR. Edmundo de Drummond. Introdução ao Lazer. 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2012. PADILHA, Valquíria (org.). Dialética do Lazer. São Paulo: Cortez, 2006. PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhaes (org.). Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução avaliação. Campinas, SP: Papyrus, 2014.</p>	
<p>Referências Complementares: DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Perspectiva SESC, 2014. DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva SESC, 2008. IUBEL, Simone Cristina. Lazer, entretenimento e recreação. Curitiba: Inter Saberes, 2014. MARCELLINO, Nelson Carvalho de (org.). Lazer, Formação e Atuação Profissional. Campinas, SP: Papyrus, 2013. MARCELLINO, Nelson Carvalho de (org.). Repertório de Atividades por Ambientes - Vol. I. Campinas, SP: Papyrus, 2013.</p>	

Componente Curricular: Estatística Aplicada	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: Tipos de escalas variáveis (nominal, ordinal, intervalar e de razão, variáveis qualitativas e quantitativas). Fontes de estatísticas nacionais úteis ao Planejamento Turístico. Análise de dados e séries estatísticas de acordo com as normas técnicas da ABNT. Principais formas de séries estatísticas necessárias ao Planejamento Turístico. Teoria das probabilidades nas atividades turísticas.</p>	
<p>Referências Básicas: COSTA, Sérgio Francisco. Estatística Aplicada ao Turismo. São Paulo: Aleph, 2003 LARSON, Ron. Estatística Aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística Aplicada a Todos os Níveis. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2012.</p>	
<p>Referências Complementares: FONSECA, Jairo Simon da. Estatística Aplicada. São Paulo: Atlas, 1985 DOWING, de Clark J. Estatística Aplicada. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002 MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. TURISMO. Ministério do. Anuário Estatístico 2015. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_Turismo_2015_Ano_base_2014_Divulgacao_2.pdf>. Acesso em 07 mar 2016. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Métodos quantitativos. Curitiba: InterSaberes, 2013.</p>	

Componente Curricular: História da Arte	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: A Arte como manifestação cultural; o significado e a interpretação da arte e do belo; a estética; abordagens históricas da arte; os diversos estilos, tendências estéticas e escolas artísticas no Ocidente; o quadro evolutivo das artes plásticas no Brasil, desde as sociedades indígenas até as sociedades contemporâneas; a Arte Africana e Indígena , fruto das relações étnicas-raciais.</p>	
<p>Referências Básicas: WENDY,Becket. HISTÓRIA DA PINTURA. São Paulo: Ática, 2002. GOMBRICH, E.H. HISTÓRIA DA ARTE. 16ª Ed. Rio de Janeiro; LTC, 2000. ARGAN, Giulio. Arte Moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1992.</p>	
<p>Referências Complementares: PROENÇA, Graça. Descobrimo a história da arte. São Paulo: Ática, 2000 DANA, Arnold. Introdução à história da arte. São Paulo: Ática, 2009 BAUMGART, Fritz. Breve História da Arte. Martins Fontes, 1999. PEREIRA, Katia Helena. Como usar Artes Visuais na sala de aula. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2009. CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.</p>	

Componente Curricular: Gestão de Sistemas de Comunicação	Créditos: 2
Carga horária: Total (36) AT (30) AP (6)	
<p>Ementa: Fundamentos da comunicação para conversação e apresentação em público; técnicas de atendimento e relacionamento com os públicos organizacionais; Técnicas e estratégias de comunicação oral e escrita; etiqueta social e empresarial para eventos.</p>	
<p>Referências Básicas: MEDEIROS, João Bosco. Redação empresarial. São Paulo: Atlas, 2007. VASQUES, Enzo Fiorelli (Org.). Técnicas de negociação e comunicação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. WERNER, Adriane. Etiqueta social e empresarial (livro eletrônico). 2ª Ed. São Paulo: InterSaberes, 2014.</p>	
<p>Referências Complementares: BLIKSTEIN, Izidoro. Como falar em público: técnicas de comunicação para apresentações. São Paulo: Ática, 2006. _____. Falar em público e convencer: técnicas e habilidades. São Paulo: Contexto, 2016. BRASIL. Manual de redação da presidência da república. 2ª ed. Brasília/DF: Senado. 2002. LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015. MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5ªEd. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.</p>	

Componente Curricular: Geografia Regional do Turismo	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Turismo litorâneo no Brasil. O turismo em cidades e áreas naturais do Brasil. Os polos emissores e receptores do turismo no Brasil. Políticas públicas para o turismo no Brasil. Aspectos geográficos e turísticos das macrorregiões brasileiras. Potencialidades turísticas do estado de Pernambuco.	
Referências Básicas: CRUZ, Rita de Cássia A. da. Introdução à Geografia do Turismo . São Paulo: Rocca, 2001. RIBEIRO, Miguel Ângelo. (1997). Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a avenida atlântica e a procura do prazer. Revista Território . http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_7_ribeiro.pdf . RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Desenvolvimento Local . 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.	
Referências Complementares: CORIOLANO, Luiza Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. P. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada 8(2):259-275 (2008) CORIOLANO, Luzia Neide; MENDES, Eluziane Gonzaga. As Interfaces do Turismo nas Praias de Jericoacoara e Tatajuba: políticas, conflitos e gestões. Revista Turismo em Análise , v.20, n.1, abril 2009 FABRICIO, Ana Carolina Baggio. Turismo, meio ambiente e sustentabilidade . (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2015 RODRIGUES, A. A. B. Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação. Boletim Paulista de Geografia . São Paulo: AGB, n. 67, p. 16-25, 1989. SANTOS, Márcia Moura. A virada da Canoa: as implicações ambientais do turismo na dinâmica espacial de Canoa Quebrada . (Dissertação, Mestrado em Geografia) CFCH – UFPE, Recife, 2000	

Componente Curricular: Informática Aplicada	Créditos: 2
Carga horária: Total (36) AT (30) AP (6)	
Ementa: A importância da informática no mundo contemporâneo como elemento integrante das relações sociais e profissionais do indivíduo. Inclusão digital e acessibilidade. Ética na informática. Informática e sustentabilidade. Componentes, configurações e funcionalidades do computador. Hardware e Software. Aplicações das ferramentas de informática (software) e da internet com aplicação nas atividades profissionais de Gestão de Turismo.	
Referências Básicas: ALVES, William Pereira. Informática: Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Office Excel 2010 . 1ª Ed. Tatuapé-SP: Érica, 2011. DIAS Claudia. Usabilidade na web . 2º Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007. KRUG, Steve. Não me faça pensar: uma abordagem de bom senso a usabilidade na web . 2º Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.	
Referências Complementares: MANZANO, André Luiz N.G, MANZANO, Maria Izabel. Estudo dirigido de Informática Básica . 7ª Ed. Tatuapé-SP: Érica, 2011. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos básicos . 8ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. BRAGA, Pérola Melissa Vianna. Direitos do idoso de acordo com o Estatuto do Idoso . São Paulo: Quartier Latin,	

2005.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Descubra, 2008.

MANZANO, André Luiz N.G, MANZANO, Maria Izabel. **Internet: Guia de Orientação**. 1ª Ed. São Paulo: Érica, 2010.

Componente Curricular: Direito Aplicado

Créditos: 4

Carga horária: Total (72) AT (58) AP (14)

Ementa:

Introdução aos Institutos do Direito. Codificações jurídicas e leis extravagantes e sua aplicação no turismo. Legislação turística. Análise de casos jurídicos que afetam ao turismo

Referências Básicas:

PAIVA, Rafael Augusto de Moura. **Direito, turismo e consumo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

PINTO NIETO, Marcos. **Manual de direito aplicado ao turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2004

ATHENIENSE, Luciana Rodrigues. **A responsabilidade jurídica das agências de viagem: jurisprudência nacional, legislação do Brasil e da comunidade europeia**. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2004.

Referências Complementares:

ALVES, Ronaldo Alves de. **Curso de direito do consumidor**. Barueri, SP: Manole, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Ministério da Educação, 1988.

LONGANESE, Luiz André. **Direito aplicado à Hotelaria**. Campinas, SP: Papyrus, 2004

MAMEDE, Gladston. **Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções**. Barueri, SP: Manole, 2003

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo, SP: ALEPH, 2004.

Componente Curricular: Língua Francesa Aplicada

Créditos: 4

Carga horária: Total (72) AT (58) AP (14)

Ementa:

Estudo da Língua Francesa como instrumento de comunicação incluindo o domínio das estruturas complexas. Utilização dos atos de fala relativos à comunicação oral e escrita nas relações de serviços ligados ao turismo. Produção de textos do tipo mensagem, bilhetes e pequenos recados em Língua Francesa, voltados para o turismo.

Referências Básicas:

MENDONÇA, Carmen Lúcia da Silva. **Francês para o Turismo**. Recife, (Apostila).

TV5MONDE. **Traducteur multilingue**. Disponível em: <<http://www.tv5monde.com/cms/chaine-francophone/outils/p-7550-Traducteur-Alexandria.htm?terme=donc&sl=fr&tl=fr>>. Acesso em 07 mar 2016.

PHONETIQUE. **Mode d'emploi étudiant**. Disponível em: <<http://phonetique.free.fr/index.htm>>. Acesso em 07 mar 2016.

LE FIGARD.FR. **Conjugaison**. Disponível em: <<http://leconjugueur.lefigaro.fr/>>. Acesso em 07 mar 2016.

Referências Complementares:

LE POINT DU FLE. Apprendre et enseigner le français. Disponível em: <<http://www.lepointdufle.net/>>. Acesso em 07 mar 2016.

LES CHIFFRES ET LES NOMBRES DE 1 A 20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UsEz58BblMY>>. Acesso em 07 mar 2016.

Componente Curricular: Língua Inglesa Aplicada II (ELETIVA)	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Emprego da língua inglesa em diferentes situações voltadas para o Turismo. Desenvolvimento das habilidades linguísticas. Aprofundamento das quatro habilidades: ouvir, falar, ler e escrever.	
Referências Básicas: POHL, Alison & STOTT, Trish. Welcome to Brazil . volume 2 ed. Oxford, 2011. AMOS, Eduardo & PRESCHER, Elizabeth. The Richmond Simplified Grammar of English . Ed. Richmond, 2010. OXEDEN, C. LATHAN-KOENIG, SELIGSON, P. New English File Elementary : Oxford University Press, 2004.	
Referências Complementares: HOLDEN, Susan. Encounters . English here and now. Beginner. Macmillan, 2012. OXFORD UNIVERSITY PRESS . Disponível em: < http://elt.oup.com/student/englishfile/elementary/?cc=br&sellanguage=ptl >. Acesso em: 07 mar. 2015. DICTIONARY.COM . Disponível em: < http://dictionary.reference.com/ >. Acesso em: 07 mar. 2015.	

3º Módulo

Componente Curricular: Planejamento e Organização do Turismo	Créditos: 4
Carga horária: Total (72) AT (50) AP (20)	
Ementa: Planejamento turístico: níveis, tipos e abrangências; Planejamento turístico aplicado: planos, programas e projetos; O Sistema Integrado de Planejamento Turístico; Técnicas de Elaboração de Projetos Turísticos; capacidade de carga.	
Referências Básicas: BENI, Mário Carlos (org). Turismo : planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produções e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012. LOHMANN, Guilherme; PANOSSO, Alexandre Netto. Teoria do turismo : conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2012. DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo : Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. 1ª Ed. Atlas, 2011	
Referências Complementares: RUSCHMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. Planejamento Turístico . Barueri, SP: Manole, 2006 PETROCCHI, Mário. Turismo : Planejamento e Gestão. 2 de. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009 RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e Planejamento Sustentavel - A Protecao do Meio Ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 2015 HALL, Colin Michael.SCIULLI, Edite (Tradutor). Planejamento Turístico . Editora Contexto: 2001. SETUR/PE. Pernambuco para o mundo - Planejamento Estratégico 2008 a 2020. Recife, 2008	

Componente Curricular: Marketing Turístico	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Marketing: conceitos e composto. Ambiente de marketing. Marketing em serviços turísticos. Motivações do consumidor-turista. Comportamento de compra do turista: fundamentos, variáveis e processo decisório. Pesquisa mercadológica: noções e etapas. Plano de marketing.	
Referências Básicas: DIAS, R. Fundamentos do Marketing Turístico . Brasil: Prentice Hall, 2004 KOTLER, Philip [et. al]. Marketing de Lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. São Paulo: Prentice Hall, 2006 AMBRÓSIO, Vicente. Plano de Marketing: um roteiro para a ação. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012	
Referências Complementares: BAHAL, Miguel. Mercado Turístico: Areas de Atuacao. Roca: 2003. ANSARAH, Marília Gomes dos Reis; PANOSSO NETTO, Alexandre. Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. 1ª Edição. Manole: 2015. E-book. VAZ, Gil Nuno. Marketing Turístico . 1ª Edição. Editora Cengage: 1999. OGDEN, James R. Comunicação Integrada de Marketing: conceitos, técnicas e práticas. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007 SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. Comportamento do Consumidor: conceitos e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005	

Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa de Projetos Turísticos	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Técnicas de pesquisa utilizadas em turismo; Etapas da pesquisa qualitativa e quantitativa em turismo; Coleta de dados: entrevista e questionário; Análise e interpretação; Tipos, Características e Etapas de Projeto turístico (Trabalho de Conclusão de Curso); normatização de trabalhos acadêmicos.	
Referências Básicas: VEAL, A. j. Metodologia da pesquisa em lazer e turismo . São Paulo: Aleph, 2011 DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e Técnicas. 1ª Edição. Futura: 2007. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
Referências Complementares: APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2ª ed. São Paulo; Cengage Learning, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2002 – Documentação – Referências. Rio de Janeiro, 2002 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520:2002 – Documentação – citação em documentos. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724:2011 – Trabalho acadêmico – apresentação. Rio de Janeiro, 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287:2011 – o projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2011.	

Componente Curricular: Planejamento e Organização de Eventos	Créditos: 4
Carga horária: Total (72) AT (50) AP (20)	
<p>Ementa: Conhecimentos sistêmicos de Eventos e sua relação com o mercado de trabalho; eventos e sua relação com o meio ambiente; conceituação e classificação dos eventos; planejamento e organização de eventos; administração financeira de Eventos; Cerimonial, protocolo público e etiqueta (social e no trabalho); execução prática de um evento acadêmico.</p>	
<p>Referências Básicas: CESCO, Creuza G. Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. 11ª ed. São Paulo: Summus, 2008. MARTINEZ, Marina. Cerimonial para executivos: guia para execução e supervisão de eventos empresariais. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2001. MATIAS, Marlene. Organização de Eventos: procedimentos e técnicas. 6ª ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p>	
<p>Referências Complementares: BRASIL. Decreto 70274/72. Dispõe sobre a Ordem Geral de Precedência e Ordem de Precedência nos Estados. Senado: Brasília, 1972. BRENOL, Andrade Renato. Manual de Eventos. 3ª Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. MELO NETO, Francisco Paulo de. Criatividade em eventos. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012. MALEN, Cheryl. Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos: dimensões teóricas e práticas. Barueri, SP: Manole, 2013. LUKOWER, Ana. Cerimonial e Protocolo. São Paulo: Contexto, 2015.</p>	

Componente Curricular: Planejamento de Sistema de Transportes	Créditos: 2
Carga horária: (36) AT (30) AP (6)	
<p>Ementa: Transportes e turismo: histórico e relações. Modais de transportes e turismo caracterização e interrelações. Tipos de transportes: aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário. Diferenciação de tarifas. Voos charters e regulares. O mercado de cruzeiros no Brasil. Infraestrutura dos terminais de passageiros no transporte. Ferrovias e trens turísticos. <i>Trailers</i>. Infra-estrutura de transportes: rodovias, sinalização e nomenclaturas das estradas brasileiras. O transporte no planejamento turístico.</p>	
<p>Referências Básicas: PAGE, Stephen J. Transporte e turismo: perspectivas globais. São Paulo: Bookman, 2008. PALHARES, Guilherme Lohmann. Transportes turísticos. São Paulo: Aleph, 2003. DE LA TORRE, Francisco. Sistemas de transporte turístico. São Paulo: Roca, 2002.</p>	
<p>Referências Complementares: DE LA TORRE, Francisco. Agência de viagens e transportes. São Paulo: Roca, 2003. RAZOLINI FILHO, Edelvino. Transportes e modais: com suporte de TI e SI. Curitiba: Intersaberes, 2012. RONA, Ronaldo Di. Transportes no turismo. Barueri-SP: Manole, 2002. SANTOS JÚNIOR, Oswaldo Dias dos. Transportes turísticos. Curitiba: Intersaberes, 2014. SCHÜTLER, Mauro Roberto. Sistemas logísticos de transportes. Curitiba: Intersaberes, 2013.</p>	

Componente Curricular: Empreendedorismo	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Noções sobre o Empreendedorismo. O Empreendedor. Noções de Negócios. Plano de Negócios. Etapas para abertura e regularização de empresas.	
Referências Básicas: DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor . São Paulo: Cultura editores associados. 1999. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo . São Paulo: Saraiva, 2015.	
Referências Complementares: MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013. ARANTES, Elaine Cristina. Empreendedorismo e responsabilidade social . Curitiba: InterSaberes, 2014. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . 4ªed. Barueri, SP: Manole, 2012. DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira . São Paulo: Pearson Pretence Hall, 2009. DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial . São Paulo: Makron Books, 1989.	

Componente Curricular: Planejamento Econômico e Financeiro Aplicado	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Noções sobre Planejamento. Noções de Contabilidade. Noções de Administração Financeira. Escopo de planejamento econômico-financeiro para empresa turística	
Referências Básicas: PADOVEZE, Clóvis Luís. Orçamento Empresarial: novos conceitos e técnicas . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. LUZ, Adão Eleutério da. Introdução à administração financeira e orçamentária . Curitiba: InterSaberes, 2015. FILHO, Valter Pereira Francisco. Planejamento e controladoria financeira . Pearson Education do Brasil, 2015.	
Referências Complementares: SANVICENTE, Antonio Zorato. Administração Financeira .3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013. SOUSA, Antonio de. Gerência financeira para micro e pequenas empresas: um manual simplificado . Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2007 FERREIRA, José Antônio Stark. Finanças corporativas: conceitos e aplicações . Pearson Prentice Hall, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão Financeira: uma abordagem introdutória . 3ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2014. MEGLIORINI, Evandir. Administração financeira: uma abordagem brasileira . São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2009.	

Componente Curricular: Segurança Aplicada	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: Análise e estatística dos acidentes na atividade turística A teoria do risco de acidentes. Distinção entre risco de acidente e perigo de acidente. Conceito de prevenção de acidentes. Riscos de acidentes (causas e prevenções). Legislação e normas técnicas para a prevenção de acidentes. Noções de prevenção e combate a incêndio. Noções para prestação de primeiros socorros (porcedimentos). Atendimento a acidentes em estabelecimentos de hospedagem, trajetos turísticos e similares. Classificação do acidente de trabalho no turismo. Causas e custos dos acidentes no setor produtivo do turismo</p>	
<p>Referências Básicas: EDITORA INTERSABERES (Orgs.). Saúde e Segurança. (livro eletrônico). Curitiba, InterSaber, 2014. OLIVEIRA, Celso Luiz; MINICUCCI, Agostinho. Prática da Qualidade da Segurança do Trabalho: uma experiência brasileira. 1 ed. São Paulo: LTR, 2001. WACHOWICZ, Marta Cristina. Segurança, saúde e ergonomia. (livro eletrônico). Curitiba, InterSaber, 2012.</p>	
<p>Referências Complementares: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira de Regulação 9050/2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf EDITORA INTERSABERES (Orgs.). Gestão e prevenção. (livro eletrônico). Curitiba, InterSaber, 2014. ISO 31.000:2009. Gestão de Riscos: Princípios e diretrizes. 2009. http://www.iso31000qsp.org/2010/09/visualize-nova-nbr-iso-31000-de-gestao.html MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Segurança e saúde no trabalho. Coleção cadernos de EJA. Disponível em: http://portalme.gov.br/secad/arquivos/pdf/10_cd_al.pdf OLIVEIRA, João Cândido. Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. São Paulo. Revista Perspectiva. Vol. 17, nº 02 , ano 2003. http:// dx.doi.org/10.1590/SO10288392003000200002</p>	

Componente Curricular: Patrimônio Cultural	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
<p>Ementa: Principais bens de patrimônio cultural : os materiais e os imateriais. Breve história da preservação cultural no Brasil. Cartas patrimoniais e legislações específicas para preservar o patrimônio cultural. Elaboração de um plano interpretativo para o turismo sustentável. O que é Patrimônio Cultural? Turismo e herança cultural. Turismo e política de desenvolvimento. Monumento Histórico : conceitos, definições e categorias. Preservação do Patrimônio Cultural: Transformações séculos XVIII e XIX; Movimento Preservacionista. Preservação do Patrimônio cultural em cidades (Ouro Preto, Recife, Salvador, Parati, Olinda entre outras). Situação atual dos núcleos urbanos; Políticas públicas um plano de revitalização. O que é interpretação de um bem cultural?</p>	
<p>Referências Básicas: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Turismo e Patrimônio Cultural. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2012. PORTO, Alúcio Finazzi. Patrimônio Turístico do Brasil. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaber, 2015. BARRETTO, Margarita. Turismo e Cultura: discussões contemporâneas. [livro eletrônico] Campinas, SP: Papyrus, 2015.</p>	

Referências Complementares:

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, memória e patrimônio cultural.**

São Paulo: ROCA, 2004.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

CUREAU, Sandra. **Olhar multidisciplinar sobre efetividade da proteção do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: FÓRUM, 2011.

PELEGRINI,, Sandra C.A.**Patrimônio Cultural: consciência e preservação.**

São Paulo: BRASILIENSE, 2009.

MIRANDA, Marcos Paulo Souza. **Patrimônio Cultural.** Belo Horizonte: EDITORA DEYREY, 2013.

Componente Curricular: Animação Sociocultural (ELETIVA)

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

Animação cultural; técnicas de dinâmica de grupo; o lúdico nas fases da vida (infância, juventude, idade adulta, idosos); espaços de intervenção; construção de projetos de lazer; ação comunitária como estratégia de animação; construção e execução de projetos.

Referências Básicas:

RIBEIRO, Olívia Cirstina Ferreira. **Lazer e recreação.** SÃO PAULO SP: ÉRICA, 2014

C. Raul. **Recreação na terceira idade.** 5 ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 2009

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhaes (org.). **Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução avaliação.** Campinas, SP: Papyrus, 2014.

Referências Complementares:

MIRANDA, Simão de. **101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo.** 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução.** 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao Lazer.** 2 ed. Barueri, SP: MANOLE, 2012

DUMAZEDIER, Joffre; MACHADO, Maria de Lourdes Santos. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: PERSPECTIVA, 2014

MARCELLINO, Nelson Carvalho de (org.). **Repertório de Atividades por Ambientes - Vol. I.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.

IUBEL, Simone Cristina. **Lazer, entretenimento e recreação.** Curitiba: Inter Saberes, 2014.

Componente Curricular: Língua Francesa Aplicada II (ELETIVA)

Créditos: 2

Carga horária: Total (36) AT (30) AP (6)

Ementa:

Estudo da Língua Francesa como instrumento de comunicação incluindo o domínio das estruturas complexas. Utilização dos atos de fala relativos à comunicação oral e escrita nas relações de serviços ligados às necessidades do dia-à-dia. Produção de textos do tipo mensagem, bilhetes e pequenos recados em Língua Francesa, voltados para a vida cotidiana.

Referências Básicas:

MENDONÇA, Carmen Lúcia da Silva. **Francês para o Turismo.** Recife, (Apostila).

TV5MONDE. **Traducteur multilingue.** Disponível em: <<http://www.tv5monde.com/cms/chaine-francophone/outils/p-7550-Traducteur-Alexandria.htm?terme=donc&sl=fr&tl=fr>>. Acesso em 07 mar 2016.

PHONETIQUE. **Mode d'emploi etudiant.** Disponível em: <<http://phonetique.free.fr/index.htm>>. Acesso em 07 mar 2016.

LE FIGARD.FR. **Conjugaison**. Disponível em: <<http://leconjugueur.lefigaro.fr/>>. Acesso em 07 mar 2016.

Referências Complementares:

LE POINT DU FLE. **Apprendre et enseigner le français**. Disponível em: <<http://www.lepointdufle.net/>>. Acesso em 07 mar 2016.

LES CHIFFRES ET LES NOMBRES DE 1 A 20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UsEz58BbIMY>>. Acesso em 07 mar 2016.

4º Módulo

Componente Curricular: Gestão Hoteleira

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

Histórico da hotelaria: presente e passado. Hotelaria como parte da indústria turística; Tipos de meios de hospedagem. Classificação hoteleira; Organização Hoteleira; Unidade Habitacional; Front office; Estrutura tarifária; Sistema de gestão hoteleira; Reservas e previsão de ocupação; Termos técnicos da hotelaria. Reserva, recepção e governança: estrutura, técnicas e procedimentos operacionais. Qualidade na prestação de serviços nos meios de hospedagem.

Referências Básicas:

DIAS, Reinaldo. PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de hotelaria e turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005
 PETROCCHI, Mário. **Hotelaria: planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: Futura, 2005.
 COIMBRA, Ricardo. **Assassinatos na hotelaria: ou como perder seu hóspede em oito capítulos**. Brasil: Casa da Qualidade, 1998.

Referências Complementares:

CANDIDO, Índio. **Governança da hotelaria**. Caxias do Sul: EDUCS. 2001.
 GODOI, Adalto Felix de. **Hotelaria hospitalar e humanização no atendimento em hospitais: pensando e fazendo**. São Paulo: Icone, 2008.
 VAN DER WAGEN, Lynn. **Supervisão e liderança em turismo e hotelaria**. São Paulo: Contexto, 2001.
 YÁZIGI, Eduardo. **A pequena hotelaria e o entorno municipal: guia de montagem e administração**. São Paulo: Contexto, 2000.
 LONGANESE, Luiz André. **Direito aplicado à Hotelaria**. Campinas, SP: Papyrus, 2004

Componente Curricular: Gestão de Agência de Turismo

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

Antecedentes históricos e conceitos sobre agenciamento turístico internacional e nacional. Gestão e estrutura organizacional de agências de viagens e turismo. Procedimentos de abertura de agências de viagens e turismo, requisitos de caráter obrigatório e não-obrigatório de funcionamento no Brasil. E-commerce. Elaboração e comercialização de roteiros turísticos. Precificação de serviços de agências de turismo. Gerenciamento contábil em agências.

Referências Básicas:

PAZINI, R. **Agências de Turismo: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.
 DE STEFANI, Cláudia. **Elaboração de roteiros turísticos: do planejamento à precificação de viagens**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

PAZINI, R. **Gestão de Agências de Viagem**: orientações para você abrir e administrar o seu negócio. Curitiba: Intersaberes, 2014

Referências Complementares:

MAMEDE, G. **Agências, Viagens e Excursões**: Regras Jurídicas, Problemas e Soluções. Brasil: Manole, 2014

TORRE, F. L. **Agências de viagens e transportes**. São Paulo: Roca, 2003

PETROCCHI, M. **Agências de Turismo** - Planejamento e Gestão. Brasil: Futura, 2003

TURBAN, E; KING, D. **Comércio Eletrônico**: estratégia e gestão. São Paulo: Prentice Hall, 2004

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

Componente Curricular: Gestão de Destinos Turísticos

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

Destino turístico. Competitividade do destino turístico. Modelos de Gestão de Destinos Turísticos. Cadeia produtiva do turismo: cenários e perspectivas. Gestão de destinos e sustentabilidade aplicados ao Estado de Pernambuco.

Referências Básicas:

VALLS, J. **Gestão integral dos destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006

KOTLER, Philip [et. al]. **Marketing de Lugares**: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. São Paulo: Prentice Hall, 2006

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. Brasil: Futura, 2001

Referências Complementares:

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: Planejamento e Gestão. 2 de. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável** - A Proteção do Meio Ambiente. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2015

BENI, Mário Carlos (org). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produções e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

CESAR, P.A.B. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. 1ºed. Brasil: Portal Educação, 2010

SETUR/PE. **Pernambuco para o mundo** - Planejamento Estratégico 2008 a 2020. Recife, 2008

Componente Curricular: Gestão de Políticas Públicas para o Turismo

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

Políticas públicas e Gestão; Fatores condicionantes do Turismo; Políticas públicas para o Sistema público de turismo, Políticas públicas e planejamento turístico, Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O papel das políticas públicas na definição do espaço turístico; Métodos e Técnicas para acompanhamento e avaliação de Políticas Públicas; Turismo e cidadania

Referências Básicas:

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. 1ª Ed. Atlas, 2011

BENI, Mário Carlos (org). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produções e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

Referências Complementares:

BURGOS; Raúl; FRENKEL, David; BARRETTO, Margarita. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

SCHINDLER, Andressa Alves Watanabe. **Políticas públicas aplicadas ao turismo** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014.

PANOSSO NETO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Produtos Turísticos e novos segmentos de mercado**: planejamento, criação e comercialização. Barueri, SP: Manole, 2015.

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. 2. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. 1ª Edição. Manole: 2015. E-book

Componente Curricular: Gestão de Empresas de Alimentação	Créditos:
Carga horária: Total (36) AT (30) AP (6)	
Ementa: História da alimentação e gastronomia. O processo de alimentos e bebidas. Tipos de empresas de restauração. O restaurante – princípios de gestão, estrutura. Serviços, rotinas e operações de empresas de alimentação. Utensílios, móveis e equipamentos voltados para os serviços de Alimentos e bebidas. Empresas de Catering. Empresas de buffets. Casas noturnas. Fast-food. Rotisseries. Casas de chá. Pubs. Lojas de conveniência. Métodos gerenciais. Cardápio. Legislação de alimentos e bebidas.	
Referências Básicas: MEZOMO, Iracema de Barros. Os serviços de alimentação: planejamento e administração . Barueri - SP: Manole, 2015. PAYNE-PALACIO, June. THEIS, Monica. Gestão de negócio em alimentação : princípios e práticas. Barueri - SP: Manole, 2015. POSSAMAI, Ana Maria de Paris. PECCINE, Rosana. Turismo, história e gastronomia : uma viagem pelos sabores. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2011.	
Referências Complementares: DE LA TORRE, Francisco. Administração hoteleira - parte II : alimentos e bebidas. São Paulo: Roca, 2003. FARROW, Joanna. Escola de Chefs : técnicas passo a passo para culinária sem segredos. Barueri - SP: Manole, 2009. GERMANO, Pedro Manuel Leal. GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos . Barueri - SP: Manole, McWILLIANS, Margaret. Preparo de alimentos : um guia prático para profissionais. Barueri - SP: Manole, 2013. RUSCHMANN, Doris. SOLHA, Karina Toledo. Turismo : uma visão empresarial. Barueri - SP: Manole, 2004.	

Componente Curricular: Gestão de Pessoas	Créditos: 3
Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)	
Ementa: Introdução à gestão de pessoas. Subsistemas de gestão de pessoas: provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração de pessoas.	
Referências Básicas: DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014 PIMENTA, M. A. Gestão de pessoas em turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação . Campinas, SP :	

Alínea, 2006.

FLEURY, M. T. L. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

Referências Complementares:

BOHLANDER, G & SNELL, S. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Cengage Learning , 2009

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri, SP: Manole, 2014

CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à Administração de Recursos Humanos . Barueri, SP: Manole, 2010

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. Interação humana e gestão: a construção do psicossocial das organizações e do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010

Componente Curricular: Gestão de Ecoturismo

Créditos: 2

Carga horária: Total (36) AT (30) AP (6)

Ementa:

Turismo de Aventura, Conservação e preservação do meio ambiente. Turismo e Patrimônio Natural e Cultural. Patrimônio e Interpretação. A Diversidade Natural e Cultural do Brasil e o Turismo.

Referências Básicas:

LINDBERG, K. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2002.

PINTO, A. C. B. **Turismo e meio ambiente**: aspectos jurídicos. Campinas: Papyrus, 2004.

RUSCHMANN, D.V. **Turismo e planejamento sustentável** – a proteção do meio ambiente. 5 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

Referências Complementares:

ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J.M. & RIEDL, M. (org). **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa maria. UFSM, 2000

UVINHA, R.R (org). **Turismo de Aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005

HALL, R. E. **Planejamento turístico**: políticas e processos. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000

Componente Curricular: Relações Interpessoais

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

A sociedade, o mundo do trabalho, o homem e as relações no sistema produtivo; O comportamento humano e as diferenças individuais; As relações humanas; a necessidade de compreensão do outro (Empatia); Feedback; As relações grupais (consenso, conflito, coesão, etc); trabalho em equipe (Comunicação e liderança); Motivação no trabalho da atividade turística; Ética profissional de turismo.

Referências Básicas:

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência social**: o poder das relações humanas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PRETTE, Almir; PRETTE, Zilda. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. 4ª ed. Rio

de Janeiro: Vozes, 2001.

ROSS, Gleen F. **Psicologia do turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

Referências Complementares:

BRASIL. Ministério de Turismo. **Cartilha Turismo acessível**. Brasília, DF, 2009. Vol 1-4

VASQUES, Enzo Fiorelli (Org.). **Técnicas de negociação e comunicação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROBBINS, Stephen; JUDGE, Timothy; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

Componente Curricular: Gestão Ambiental Aplicada

Créditos: 3

Carga horária: Total (54) AT (39) AP (15)

Ementa:

Turismo Sustentável. Planejamento Ambiental: inventário de recursos turísticos (naturais, culturais, sociais e econômicos). Capacidade de carga do local. Zoneamento ambiental. Licenciamento Ambiental de atividades turísticas: licenças prévia, de instalação e de operação, autorização, ou exigência de Estudo de Impacto Ambiental-EIA, Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, Audiência Pública. Noções de Diagnóstico Ambiental: aspectos positivos e negativos decorrentes dos empreendimentos turísticos, medidas mitigadoras, estudos de casos. Noções de Sistema de Gestão Ambiental – SGA – Normas ABNT ISO 14000: elaboração de SGA para empreendimentos turísticos, estudos de casos.

Referências Básicas:

PHILIPPI JR, Arlindo. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: MANOLE, 2010.

ZYSMAN, Neiman; RABINOVICI, Andréa. **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

FABRÍCO, Ana Carolina Baggio. **Turismo Meio ambiente e sustentabilidade**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

Referências Complementares:

ZYSMAN, Neiman; MENDONÇA, Rita. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

CURI, Denise. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pretence Hall, 2012

BERTÉ, Rodrigo; MAZZAROTTO, Ângelo Augusto Vales de Sá. **Gestão ambiental e mercado empresarial**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

REVISTA DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. Disponível em:

<<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas>>. Acesso em 7 mar 2016.

Componente Curricular: LIBRAS (ELETIVA)

Créditos: 4

Carga horária: Total (72) AT (50) AP (20)

Ementa:

Políticas de educação especial: abordagem geral e contextualização. Reflexões sobre os aspectos históricos da inclusão das pessoas deficientes e, particularmente, surdas na sociedade em geral e na escola. Aspectos clínicos, educacionais e

sócio-antropológicos da surdez. A LIBRAS como língua de comunicação social em contexto de comunicação entre pessoas surdas e como segunda língua. A Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS: características básicas da fonologia; estrutura lingüística e gramatical da LIBRAS; noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; noções de variação. Praticar LIBRAS: desenvolver a expressão visual-espacial. Especificidades da escrita do aluno surdo, na produção de texto em Língua Portuguesa. O intérprete e a interpretação como fator de inclusão e acesso educacional para os alunos surdos ou com baixa audição.

Referências Básicas:

- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.
- BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais**. (Série Atualidades Pedagógica, n.4). BRITO, L.F. et.al.(Org.) V.3. Brasília:SEESP, 1998.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Ano: 1995.
- COUTINHO, Denise. **LIBRAS e língua portuguesa: Semelhanças e diferenças**. João Pessoa: Arpoador, Ano:2000.
- FELIPE, T. A. **Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista**. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.
- GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.
- MOURA, M. C.; VERGAMINI, S.A.A.; CAMPOS, S.R.L. **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos Editora, 2008.
- QUADROS, R. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, R. de, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüístico**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, R. de; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- QUADROS, R. de; CRUZ, C. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Referências Complementares

- BRITO, L.F. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro-UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.
- FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto**. 7ª edição. Brasília: Editor: MEC/SEESPA, 2007.
- FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FERNANDES, E. (org) **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.
- LABORIT, Emanuelle. **O vôo da gaivota**. Paris: Editor Copyright, 1994.
- LACERDA, C.B.F. de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação / FAPESP, 2009.
- LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P e CAMPOS, S.R.L de (Orgs.) **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P e CAMPOS, S.R.L. de.(Orgs.)**Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P e CAMPOS, S.R.L. de.(Orgs.) **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- QUADROS, R. de **Estudos Surdos I, II,III e IV**. Série Pesquisas. Petrópolis. Ed. Arara Azul, 2008. (3 livros).
- SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUZA, R. M; SILVESTRE, N. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**.
- ARANTES, V. A. São Paulo: Summus, 2007.
- Sites
- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Engenharia de Software**. Disponível em: www.ines.org.br. Acesso em: 15 de março de 2016.
- FENEIS**. Disponível em: www.feneis.org.br Acesso em: 15 de março de 2016.
- Associação de Surdos de Pernambuco**. Disponível em: www.asspe.com.br Acesso em: 15 de março de 2016.
- SURDOSOL**. Disponível em: www.surdosol.com.br Acesso em: 15 de março de 2016.

Ministério de Educação. Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acesso em: 15 de março de 2016.

Dicionário da Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: www.acessobrasil.org.br/libras Acesso em: 15 de março de 2016.

2.8.11. Acessibilidade

A concepção de acessibilidade contempla, além da acessibilidade arquitetônica e urbanística, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, a acessibilidade pedagógica, referente ao acesso aos conteúdos, informações, comunicações e materiais didático-pedagógicos. Em todos os casos, trata-se de assegurar os direitos das pessoas com deficiência o acesso aos direitos sociais básicos, inclusive o direito a uma educação de qualidade.

Nesse sentido, é importante prever recursos que possibilitem a acessibilidade de conteúdo, o que supõe, além de profissionais qualificados, mobiliário e materiais didáticos e tecnológicos, adequados e adaptados, que viabilizem o acesso aos conhecimentos e o atendimento a esse público. Para isso, o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo conta, sempre que necessário, com o apoio conta com o apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNE) e da Assessoria Pedagógica (ASPE).

Outro aspecto a ser considerado refere-se à concepção de acessibilidade atitudinal, que exige o preparo dos profissionais de educação para interagirem com essa parcela da população. Focada nesta direção, a Instituição tem realizado Curso de LIBRAS para docentes e demais funcionários e envidado esforços para o desenvolvimento do sentido e significado da cultura em Direitos Humanos, buscando estimular atitudes e comportamentos compatíveis com a formação de uma mentalidade coletiva fundamentada no exercício da solidariedade, da tolerância e do respeito às diversidades.

Além destes, a propósito da formação do futuro Gestor em Turismo, a acessibilidade e demais temáticas transversais estão presentes no currículo, fazendo parte de diversos componentes curriculares ao longo de todo o curso.

No que se refere às instalações físicas, as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida apresentadas pela Instituição, a Instituição (Campus Recife) dispõe de rampas e de um elevador de uso exclusivo para esse público, localizado no Bloco A, em observância ao Decreto nº 5.296/2004. Tais estratégias visam à eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares, de comunicação e sinalização, entre outras, de modo a assegurar a inclusão educacional das pessoas com necessidades especiais, ou seja, a “não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência”, além de atendimento pedagógico adequado (Decreto nº 7.611/2011, Art. 1º, Inciso I a VIII).

2.8.12. Critérios e Procedimentos de Avaliação

2.8.12.1. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento do aluno, a partir de uma observação integral e da avaliação das aprendizagens, visando também ao aperfeiçoamento do processo pedagógico e das estratégias didáticas.

O processo de avaliação da aprendizagem será contínuo e cumulativo, com a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e possibilitará a verificação:

- a) da adequação do currículo ou da necessidade de sua reformulação;
- b) da eficácia dos recursos didáticos adotados;
- c) da necessidade de serem adotadas medidas para a recuperação paralela da aprendizagem;
- d) da necessidade de intervenção por parte do professor no processo de ensino e aprendizagem;
- e) do ajustamento psicossocial do estudante.

Os instrumentos a serem utilizados para a avaliação do desempenho da aprendizagem será efetivada em cada componente curricular através de atividades de pesquisa, exercícios escritos e orais, testes, atividades práticas, elaboração de relatórios, estudos de casos, relato de experiências, produção de textos, execução de projetos, monografias, dentre outros.

Poderão ser aplicados quantos instrumentos de avaliação forem necessários ao processo de aprendizagem, para compor as notas que obrigatoriamente serão registradas no Sistema de Controle Acadêmico. No entanto para registro das avaliações serão considerados a cada semestre letivo no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos, gerando os dois registros de notas obrigatórios, por componente curricular.

Os resultados da avaliação da aprendizagem escolar de cada componente curricular deverão exprimir o grau de desempenho acadêmico dos estudantes, expressas por nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando até a primeira casa decimal e serão calculados através da média aritmética das notas lançadas no Sistema de Controle Acadêmico, pelo professor, a cada período letivo.

Para ser considerado aprovado, o estudante deverá obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nos componentes curriculares, e média igual ou superior a 7,0 (sete), em cada componente curricular que componha a matriz do curso.

O estudante que obtiver menos de 50% (cinquenta por cento) de frequência, independente da média alcançada, estará reprovado, sem direito ao exame final.

A recuperação será aplicada, obrigatoriamente, de modo paralelo aos estudos, a fim de superar as dificuldades de aprendizagem do estudante logo que as mesmas forem observadas. Para efeito de registro da nota de cada

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
semestre/bimestre, após serem aplicados os instrumentos de avaliação durante os estudos de recuperação, prevalecerá a maior nota.

O estudante terá direito aos estudos de recuperação paralela nos componentes curriculares em que obtiver notas inferiores a média do curso no decorrer do semestre/ano letivo.

O estudante será submetido a Exame Final, caso, durante o semestre/ano letivo, não obtenha a média mínima de 7,0 (sete). Terá direito a realizar o exame final o estudante que obtiver, no mínimo, média 2,0 (dois) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Será considerado aprovado, após os exames finais, o estudante cuja média aritmética final for igual ou superior a 6,0 (seis), conforme expressa na equação abaixo:

$$MF = \frac{MAR+NF}{2} \geq 6,0$$

2

onde:

MF = Media Final

MAR = Media das Avaliações Realizadas

NF = Nota Final

2.8.12.2. Avaliação do Curso

A avaliação do Curso terá como finalidade garantir à qualidade da formação docente proposta no PPC e sua reestruturação quando for o caso. Ela ocorrerá periódica e sistematicamente, incluindo-se procedimentos e processos diversificados – institucionais, de resultados – e incidirá sobre todos os aspectos relevantes – conteúdos trabalhados, matriz curricular em vigor, com definição dos parâmetros de adequação à legislação, ao mundo do trabalho e ao grau de desenvolvimento da área do conhecimento a que se referem os conteúdos; modelo de organização, desempenho do quadro de formadores, detalhamento da evasão e da alteração de perspectiva institucional e qualidade da vinculação com as escolas de Educação Básica; além da análise da perspectiva física (biblioteca, laboratórios, salas de aula, coordenação entre outros) e das políticas acadêmicas que viabilizam a concretização do processo de ensino-aprendizagem englobando os três eixos fundamentais (ensino, pesquisa e extensão).

A avaliação do Curso deverá favorecer o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

2.8.12.2.1. Avaliação Externa

O Art. 4º da Lei Federal 1.086/2004 estabelece que a avaliação dos cursos de graduação tenha por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, sobretudo no que se refere ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Nesses termos, o Curso será avaliado externamente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), considerando os seguintes aspectos:

- a) Organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição, bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos estudantes;
- b) O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) do Instituto Federal de Pernambuco;
- c) As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas nos Projetos de Curso e sua coerência com as propostas elencadas no PDI e PPPI do IFPE.

Em relação ao processo de avaliação externa do rendimento dos estudantes, será tomada como base a Lei Federal 1.086/2004, que estabelece a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Por meio deste exame, o MEC aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do Curso de Gestão de Turismo, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

Também serão acompanhados os índices de qualidade calculados e divulgados pelo Ministério da Educação, tais como o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC). O IGC, divulgado anualmente pelo INEP/MEC, é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

No que se refere à graduação, é utilizado o CPC que tem como base o Conceito ENADE (40%), o Conceito IDD (30%) e as variáveis de insumo (30%). Os dados variáveis de insumo, que considera o corpo docente, a infraestrutura e o programa pedagógico, é formado com informações do Censo da Educação Superior e de respostas ao questionário socioeconômico do ENADE. É importante considerar que os CPCs dos cursos constituem índices que definem as visitas *in loco* para efetivação de processos de renovação de reconhecimento do curso.

No ano de 2011 o Curso Superior Tecnológico passou pelo processo de reconhecimento, recebendo então a Comissão de Avaliadores designados pelo MEC que, após análise minuciosa de documentos, visita às instalações e reuniões com o corpo discente, o docente, os gestores (coordenação, direção e reitoria), os técnicos administrativos e

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

representantes da CPA, lhe atribuiu a nota 4 (quatro). Este processo de reconhecimento foi posterior a participação dos discentes no ENADE, que ocorreu no ano de 2009, sendo atribuída o conceito 5 (cinco) a este curso.

Desde então, não houve uma nova convocação para participação dos discentes dos Cursos Superiores Tecnológicos em Gestão de Turismo na prova do ENADE, ficando então defasado este indicador em virtude do intervalo de tempo excessivo passado desde a primeira avaliação.

Passados quatro anos do reconhecimento do curso, e em não existido novas convocações para participação no ENADE, o Curso aguarda a visita dos Avaliadores do MEC para o processo de renovação de reconhecimento.

2.8.12.2.2. Avaliação Interna

Internamente, o acompanhamento e a avaliação do Curso Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do *Campus Recife* será realizado de forma permanente pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, e pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA.

A CPA do IFPE é composta por docentes eleitos, técnicos administrativos e discentes indicados, além de representantes da sociedade civil organizada. A constituição da CPA dar-se-á através de Portaria do Gabinete da Reitoria, que desempenharão atividades na forma do regulamento do IFPE e do SINAIS.

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) tem a incumbência de elaborar os instrumentos de avaliação e acompanhamento, bem como disponibilizar os resultados das avaliações de forma que permitam o planejamento de ações futuras com vistas ao permanente processo de melhoria do curso. Com isso, a CPA do IFPE aponta como seu objetivo principal “Promover um processo de autoavaliação que propicie a melhoria e o desenvolvimento da qualidade acadêmica e social de todas as suas áreas de conhecimento e atuação e, por conseguinte, a ampliação do compromisso social, disposto na sua Missão, enquanto ente público a serviço da sociedade”.

Tendo como ações prioritárias para o cumprimento do seu objetivo:

- Conduzir e monitorar o processo de autoavaliação, construído coletivamente, subsidiando de modo pleno a gestão institucional em suas dimensões políticas, acadêmicas e administrativas, rumo à potencialização e desenvolvimento do seu desempenho.
- Desencadear um processo de ação institucional nas diferentes instâncias e pessoas que deles participam, através de seções periódicas de discussões, a fim de sensibilizar a comunidade para práticas de avaliação continuada.
- Verificar como se desenvolvem, na Educação Superior, as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nos *Campi* do Instituto, para repensar objetivos, modos de atuação e resultados alcançados, a partir do desenvolvimento do que foi planejado anteriormente, intensificando as relações entre o IFPE e a comunidade acadêmica e a externa.
- Sugerir ações preventivas, a fim de fortalecer os macroprocessos finalísticos institucionais.

- Prestar conta de suas ações inerentes aos macroprocessos finalísticos e de apoio à comunidade acadêmica e a sociedade, estabelecendo processos sistemáticos de participação e avaliação com ampla divulgação de seus resultados.

Para isso, realiza reuniões ordinárias mensais e cursos de capacitação para os seus membros, além de estudos sistemáticos para a preparação dos instrumentos e das metodologias que serão utilizados no processo de avaliação que consiste em visita *in loco* para observar as estruturas disponibilizadas, questionários online e rodas de conversa com os segmentos envolvidos, além de análises documentais e estatísticas, possibilitando uma análise global e sistêmica do Curso e sua relação com a Instituição.

Os dados levantados pela CPA, juntamente com as informações captadas pelos membros do NDE em seu processo cotidiano de observação e avaliação, resultam em informações aprofundadas sobre a realidade do curso, sua relação com o mercado, o envolvimento dos docentes, docentes e técnicos, e o envolvimento da Instituição, as quais são processadas e servem como base para ações de melhoramento, garantindo assim a qualidade dos serviços ofertados, do ambiente de trabalho, do ambiente de estudo, e do processo formativo dos discentes.

2.8.13. Acompanhamento dos Egressos

O acompanhamento dos egressos constitui um instrumento fundamental para que a Instituição observe, de forma efetiva e contínua, as experiências profissionais dos seus egressos e busque criar novas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, bem como fomentar um processo de formação continuada, além de apontar oportunidades de atuação em outros campos de sua competência profissional.

Nessa perspectiva, o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo pretende, através do seu NDE, desenvolver uma estratégia de acompanhamento sistemático dos egressos, que parta de um banco de dados com informações atualizadas no momento do término do vínculo acadêmico, e que se desenvolva a partir de ações, que sejam divulgadas periodicamente aos ex alunos, capazes de estimulá-los a manter o contato e a atualização dos seus dados junto à Instituição.

Essas ações serão pensadas e estruturadas coletivamente pelos membros do NDE e Colegiado do Curso, versarão sobre oportunidades de capacitações, ofertas de vagas de emprego, divulgação de eventos Institucionais, convites para participar ativamente de eventos que busquem aproximar os discentes à realidade do mercado, entre outros.

Para a sistematização deste acompanhamento, a Coordenação do Curso deverá contar com o suporte técnico dos profissionais da área de sistemas informatizados desta Instituição; e designará um professor que, por ato de portaria emitida pela Direção do *Campus*, ficará responsável por divulgar as ações e oportunidades no banco de dados dos egressos e atualizar os dados e indicadores estruturados pelo NDE do Curso.

2.8.14. Diplomas

Após o cumprimento de todos os créditos e etapas requeridos pela proposta do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, inclusive no que diz respeito às Atividades Complementares (120h) e à apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para uma banca examinadora, será conferido ao egresso o Diploma de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

3. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

3.1. Coordenação do Curso

Curso	Superior Tecnológico em Gestão de Turismo
Nome do professor	Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva (DE)
CH semanal dedicada à coordenação	25 h
Tempo de exercício na IES	5 anos e 6 meses
Tempo de exercício na coordenação do curso	4 meses. Atuando nos últimos 2 anos como suporte técnico-pedagógico desta coordenação; e desde 25 de maio de 2015 como coordenador substituto nos afastamentos oficiais da Coordenadora durante este período.
Qualificação	Bacharel em Turismo – Faculdade Integrada do Recife Bacharel em Psicologia – Faculdade Integrada do Recife / Estácio
Titulação	Especialista
(nome do curso/ área de concentração/ IES/ano, conceito capes)	Especialização em Lazer, Recreação e Atividade Física para Qualidade de Vida – Pontifícia Universidade Católica do Paraná / PUCPR - 2005
Experiência docente	Docente no Curso de Bacharelado em Turismo nas Instituições: Faculdade Integrada do Recife, Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Faculdade Metropolitana, Faculdade Pernambucana. Docente no Curso de Gestão de Marketing na Faculdade Boa Viagem. Docente do Curso Técnico em Hospedagem / Programa Meu Primeiro Emprego, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Docente em Cursos de Capacitação na área de Lazer e Recreação em diversas instituições e eventos em Pernambuco, Sergipe e Paraná.

Experiência profissional na área	Organização de Eventos de Lazer. Consultoria para requalificação da sinalização turística do Vale do São Francisco / PRODETUR. Desenvolvimento de Programas de Lazer e Qualidade de Vida em ambientes corporativos. Estruturação do setor de lazer e recreação de hotéis. Recrutamento e seleção de profissionais de lazer e recreação.
EXPERIÊNCIA EM GESTÃO	Sócio-diretor da Rumo Certo Entretenimento LTDA – Empresa especializada em Lazer e Qualidade de Vida, desenvolvendo programas corporativos, atividades esportivas e de lazer, além de eventos recreativos. Sócio-diretor do IDEATUR – Consultoria especializada em soluções para o mercado turístico. Desenvolvimento e Coordenação de eventos e programas de lazer. Gestor do Programa Mulheres Mil no IFPE/Campus Recife no ano de 2013.
CONTATO	rodrigoataide@recife.ifpe.edu.br

Quadro 08 – Perfil da Coordenadora do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

A Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo é ocupada por docentes, com regime de trabalho de 40h com Dedicção Exclusiva, e uma experiência mínima de 5 anos de docência.

A coordenadora assume o papel de conduzir as atividades, com a finalidade de responder junto às instâncias competentes questões diretamente relacionadas à natureza pedagógica e administrativa, além de viabilizar e concretizar necessidades internas do corpo docente e discente do curso. As atividades executadas no âmbito da Coordenação devem estar em consonância com as decisões tomadas pelo Colegiado do Curso e com as normas internas da Instituição.

A atuação da Coordenação é pautada pelo diálogo e respeito aos profissionais e estudantes, na busca constante de construção de um curso de qualidade, mediante o compartilhamento das responsabilidades, tendo em vista o cumprimento dos objetivos de formação propostos no curso.

3.2. Perfil do Corpo Docente

O corpo docente do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo é composto por 29 (vinte e nove) professores, sendo 03 (três) doutores, 16 (dezesesseis) Mestres e 10 (dez) especialistas; destes, 20 (vinte) trabalham em regime de Dedicção exclusiva, 8 (oito) em regime de 40h e 1 (um) em regime de 20h.

Nº	NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE	COMPONENTES	TEMPO
----	------	-----------	-----------	-----------	-------------	-------

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

				TRABALHO	CURRICULARES	DE ENSINO
1	Adelmo Antônio Pessoa	Administração	Mestre	DE	Administração Geral	27 anos
					Empreendedorismo	
					Planejamento Econômico e Financeiro Aplicado	
2	Aironice Cavalcante Padilha	Turismo	Especialista	DE	Gestão de Agências de Turismo	19 anos
					Marketing Turístico	
3	Amaro Simiao Dornelas Filho	Letras	Especialista	40h	Língua Espanhola Aplicada	41 anos
4	Andre Luis Jose Da Silva	Administração Hoteleira	Mestre	40h	Planejamento de Sistemas de Transporte	11 anos
					Gestão de Empresas de Alimentação	
					Gestão Hoteleira	
5	Andrea Virginia Berenguer De Silva	Turismo	Mestre	DE	Teoria Geral do Turismo I	20 anos
		Relações Públicas				
		Direito				
6	Ateniense Alves De Mendonca	Licenciatura em História	Mestre	DE	História do Brasil Aplicada	9 anos
					História da Arte	
7	Carmen Lucia Da Silva Mendonca	Letras	Mestre	DE	Língua Francesa Aplicada	26 anos
8	Denise Silva Barbosa	Letras	Mestre	DE	Língua Inglesa Aplicada	29 anos
		Psicologia				
9	Eduardo Aleixo Pereira Filho	Administração	Especialista	20h	Gestão de Pessoas	1
10	Flavia Viviana Cavalcanti Goncalves	Turismo	Mestre	DE	Planejamento e Organização do Turismo	20 anos
					Gestão de Destinos Turísticos	
					Gestão de Políticas Públicas do Turismo	
11	Edvânea Maria da Silva	Letras	Doutor	DE	Língua Portuguesa Aplicada	25 anos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

12	Antonio Marcos Figueiredo Soares	Eng. Química	Mestre	DE	Segurança Aplicada	6 anos
13	João Paulo De França Ferrão Alves	Ciências Sociais	Mestre	40h	Sociologia do Turismo	5 anos
14	Wagner Ramos da Costa	Matemática	Especialista	DE	Estatística Aplicada	20 anos
15	Jose Rogerio Arruda Da Silva	Geografia	Doutor	DE	Geografia do Turismo	32 anos
					Geografia Regional do Turismo	
					Gestão de Ecoturismo	
16	Luciana Pereira Da Silva	Comunicação Social	Mestre	40h	Metodologia Científica	9 anos
17	Marcia Moura Dos Santos	Geografia	Mestre	40h	Geografia do Turismo	15 anos
					Geografia Regional do Turismo	
18	Maria Carolina Bello Cavalcanti da Silva	Letras	Especialista	40h	Língua Espanhola Aplicada	12 anos
19	Maria Efigênia de Queiroz de Farias	Engenharia de Pesca	Mestre	DE	Gestão de Ecoturismo	20 anos
20	Marnix Carlos de Vocht	Administração	Mestre	40h	Administração Geral	15 anos
21	Rodrigo Jose De Albuquerque Marinho Ataide Dos Santos	Turismo	Especialista	DE	Gestão de Animação Turística	10 anos
					Teoria Geral do Turismo II	
		Psicologia			Relações Interpessoais	
					Metodologia de Pesquisa de Projetos Turísticos	
22	Sonia Cristina Amorim Da Silva	Comunicação Social	Especialista	DE	Gestão de Sistema de Comunicação	21 anos
					Planejamento e Organização de Eventos	
23	Tereza Cristina De Moraes Oliveira	Ciência da Computação	Especialista	DE	Informática Aplicada	32 anos
24	Thales Ramon De Queiroz Bezerra	Engenharia de Pesca	Doutor	DE	Gestão Ambiental Aplicada	6 anos
25	Erick Viana da Silva	Administração	Mestre	40h	Gestão de Pessoas	11 anos
26	Iraneide Pereira da Silva	Turismo	Mestre	DE	Teoria Geral do	15 anos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

		Administração			Turismo II	
27	Ivon José Guimarães da Costa	Ciências Sociais	Mestre	DE	Sociologia do Turismo	21 anos
		Licenciatura em História				
28	Jairo Xavier de Britto	Ciência da Computação	Mestre	40h	Informática Aplicada	23 anos
29	Robson Pedrosa Costa	História	Doutor	DE	Patrimônio Cultural	14 anos
30	Thayse Carolina Ferreira Paraíso	Letras	Especialista	DE	Língua Portuguesa Aplicada	3 anos
31	Felipe Machado Duarte	Estatística	Mestre	DE	Estatística Aplicada	2 anos

Quadro 09 – Perfil do Corpo Docente do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

Como é possível observar no Gráfico 1 abaixo, 71% dos docentes (22 do total de 31 docentes) possuem titulação de mestre e doutor, fazendo com que este seja um importante indicador de qualidade do curso.

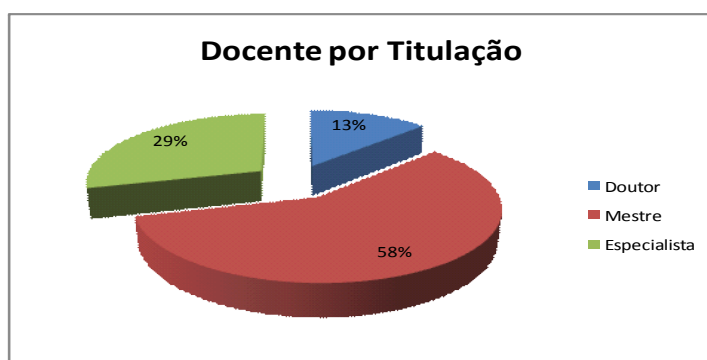


Gráfico 01 – Percentual de Docentes por Titulação

De acordo com Gráfico 2, 68% dos docentes efetivos são contratados pela Instituição em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, outros 29% com contratos de 40h, e apenas 1 professor possui contrato de 20h, o que também faz deste indicador uma importante referência para o curso.

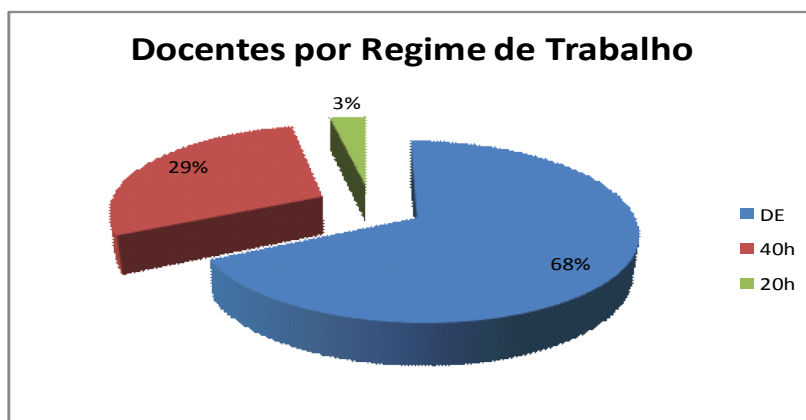


Gráfico 02 – Percentual de Docentes por Regime de Trabalho

3.3. Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso constitui a instância decisória interna ao Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo e sua composição, atribuições e funcionamento é definido de acordo com o Regimento do Colegiado dos Cursos Superiores do IFPE, aprovado pela Resolução IFPE/CONSUP nº 50/2010.

O referido regimento institui que os Colegiados dos Cursos Superiores do IFPE devem ser compostos por:

I - Chefia de Departamento/Coordenação Geral de Ensino ou instância equivalente no *Campus*;

II - Coordenador (a) do curso de nível superior;

III – 1 (um) representante da equipe técnico-administrativa;

IV - Pedagogo (a) responsável pelo Curso de Nível Superior;

V - Todo o corpo docente do Curso de Nível Superior;

VI - 1 (um) representante do corpo discente do Curso de Nível Superior;

O Presidente do Colegiado será o Coordenador do Curso e o Secretário será o representante da equipe técnico-administrativa. O representante do corpo discente deve ser escolhido pelos seus pares. Devido a rotatividade de professores que compõem a área de formação geral, a cada semestre, em havendo necessidade, é solicitada uma nova portaria para atualização da composição deste colegiado.

Colegiado do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo	
Nome	Representação
Antônio Ricardo Santiago Nunes	Chefe do Departamento - DAFG
Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos	Docente / Coordenador do Curso
Adelmo Antônio Pessoa	Docente
Aironice Cavalcante Padilha	Docente
Amaro Simiao Dornelas Filho	Docente
Andre Luis Jose Da Silva	Docente
Andrea Virginia Berenguer De Silva	Docente
Antonio Marcos Figueiredo Soares	Docente
Ateniense Alves De Mendonca	Docente
Carmen Lucia Da Silva Mendonca	Docente
Denise Silva Barbosa	Docente
Eduardo Aleixo Pereira Filho	Docente
Edvânea Maria da Silva	Docente
Erick Viana da Silva	Docente
Flavia Viviana Cavalcanti Goncalves	Docente
Iraneide Pereira da Silva	Docente
Ivon José Guimarães da Costa	Docente
Jairo Xavier de Britto	Docente
João Paulo De França Ferrão Alves	Docente

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Felipe Machado Duarte	Docente
Jose Rogerio Arruda Da Silva	Docente
Luciana Pereira Da Silva	Docente
Marcia Moura Dos Santos	Docente
Maria Carolina Bello Cavalcanti da Silva	Docente
Maria Efigênia de Queiroz de Farias	Docente
Marnix Carlos de Vocht	Docente
Robson Pedrosa Costa	Docente
Sonia Cristina Amorim Da Silva	Docente
Tereza Cristina De Moraes Oliveira	Docente
Thales Ramon De Queiroz Bezerra	Docente
Thayse Carolina Ferreira Paraíso	Docente
Wagner Ramos da Costa	Docente
Elisama Bezerra Cavalcanti	Pedagoga
Marcício Nóbrega Lisboa	Discente (Titular)
Adriele Luiza Santos do Nascimento	Discente (Suplente)
Marcos Gilcelio Lucas	Técnico Administrativo (Titular)
Edson Souza Pereira De Brito	Técnico Administrativo (Suplente)

Quadro 10 – Colegiado do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

O Colegiado do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo é um órgão democrático e participativo de função propositiva, consultiva, deliberativa e de planejamento acadêmico, tendo seu funcionamento normatizado por reuniões ordinárias, realizadas duas vezes a cada semestre letivo, e reuniões extraordinárias, realizadas por convocação do Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver assunto urgente a tratar. Essas reuniões deverão funcionar em primeira convocação com a participação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de membros do Colegiado do Curso (quórum mínimo) e, em segunda convocação, com o total de docentes presentes. Todas as decisões deverão ser registradas em ata, sendo lavrada em livro próprio pelo(a) pedagogo(a) ou secretário(a) do Curso e assinada pelos membros presentes. O Colegiado tem regimento próprio, que regulamenta seu funcionamento e as atribuições.

3.4. Núcleo Docente Estruturante – NDE

Em observância à Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, e Portaria MEC nº 147/2007, foi instituído o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo. Responsável pela concepção, implementação, desenvolvimento, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, o NDE atuará considerando, além do marco legal supracitado, o disposto na Resolução IFPE/CONSUP nº 62/ 2012.

O NDE deve ser instituído por Portaria do Diretor Geral do *Campus*, sendo constituído de um mínimo de 5 (cinco) membros do corpo docente permanente do curso que exercem liderança acadêmica, observando a seguinte estrutura:

a) Um(a) Presidente, eleito(a) entre seus pares;

b) Um(a) Secretário(a), indicado(a) pelos seus pares.

Os docentes deverão ter, preferencialmente, titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* ou pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com esta formação, contratados em regime de trabalho de tempo integral de 40 (quarenta) horas ou 40 (quarenta) horas com Dedicção Exclusiva e com experiência docente.

A indicação dos membros do NDE será feita pelo Colegiado do Curso para um mandato de, no mínimo, 3 (três) anos, adotada estratégia de renovações parciais, de modo a preservar a continuidade no pensar do curso, sendo que o coordenador e os docentes que participarem da construção do Projeto Pedagógico do Curso serão considerados membros natos do NDE. A escolha dos novos membros deverá ocorrer 60 (sessenta) dias antes do término do mandato.

De acordo com a Resolução IFPE/CONSUP nº 62/ 2012, são atribuições do NDE:

- a) Adotar estratégia de renovação parcial dos membros do NDE de modo a haver a continuidade no processo de acompanhamento do curso;
- b) Atuar no processo de concepção e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso;
- c) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso e no Conselho Superior do IFPE;
- d) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- e) Contribuir para atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as demandas sociais e os arranjos produtivos locais e regionais;
- f) Implantar as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso.

Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo				
Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	DEPARTAMENTO
1	Aironice Cavalcante Padilha	Especialista	DE	DAFG/CATU
2	André Luis José da Silva	Mestre	40h	DAFG/CATU
3	Andrea Virgínia Berenguer da Silva	Mestre	DE	DAFG/CATU
4	Bruna Galindo Moury Fernandes	Mestre	DE	DAFG/CATU
5	Carmen Lúcia da Silva Mendonça	Mestre	DE	DAFG/CATU
6	Flávia Viviana Cavalcanti Gonçalves	Mestre	DE	DAFG/CATU
7	Iraneide Pereira da Silva	Mestre	DE	REITORIA
8	José Rogério Arruda da Silva	Doutor	DE	DASS
9	Luciana Pereira da Silva	Mestre	DE	DAFG/CATU

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

10	Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos	Especialista	DE	DAFG/CATU
11	Sônia Cristina Amorim da Silva	Especialista	DE	DAFG/CATU
12	Thales Ramon de Queiroz Bezerra	Doutor	DE	DASS

Quadro 11 – Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

O NDE realizará, no mínimo, 02 (duas) reuniões semestrais e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros. As reuniões ordinárias serão realizadas em dias e horários estabelecidos no calendário de reuniões do NDE, a ser planejado semestralmente.

As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

3.5. Assistentes Técnicos e Administrativos

Servidores técnico-administrativos do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo		
Nº	Nome	Formação Profissional
1	Hercilene da Silva Santos	Pedagoga
2	Joaquim de Holanda Rodrigues	Direito
3	Edson Souza Pereira de Brito	Direito
4	Marcos Gilcelio Lucas	Matemática

Quadro 12 – Servidores técnico-administrativos do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

Além do quadro específico, há também os servidores que atuam na Biblioteca, atendendo a todo o *Campus Recife*.

3.6. Política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização dos docentes e técnico-administrativos

O IFPE possui um Plano Institucional de Capacitação do Servidores (PIC) que regulamenta a “política de desenvolvimento de recursos humanos, através da orientação das ações de capacitação e estímulo ao crescimento constante dos servidores por meio do desenvolvimento de competências técnicas, humanas e conceituais, conjugando objetivos individuais e organizacionais” (PIC, Art.1º). Com isso, vem contribuindo, incentivando e apoiando o corpo docente e demais servidores a participarem de programas de capacitação acadêmica, tendo em vista a promoção da melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

O PIC prevê Programas de Capacitação que objetivam a integração, a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores do IFPE para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania. Nessa perspectiva, podem ser ofertados Programas de Integração Institucional que fornecem informações pedagógicas básicas; Programas de Desenvolvimento Profissional que visam atualizar métodos de trabalho e de atividades administrativas e pedagógicas

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
desenvolvidas pelos servidores, através da proposição de cursos, seminários, palestras, encontros, congressos, conferências; Programa de Formação Continuada dos servidores docentes e administrativos; e Programas de Qualificação Profissional que compreende os cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização) e *Stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

Ainda de acordo com o PIC, o estímulo à Pós-Graduação ocorre mediante concessão de horários especiais de trabalho, conforme dispõem as normas e legislação específicas, bem como de pagamento de cursos ou participação nos Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER/DINTER).

4. INFRAESTRUTURA

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo funciona no Bloco F do IFPE, *Campus Recife*, e dispõe de sala de coordenação, laboratórios, salas de aula, sala de informática, além de outros espaços compartilhados com demais cursos como biblioteca, auditório entre outros, descritos nos subitens a seguir.

4.1. Instalações e Equipamentos

4.1.1. Distribuição dos Ambientes Administrativos e Educacionais Disponibilizados para o Curso

ITEM	DEPENDÊNCIAS	QUANTITATIVO	ÁREA m ²
ÁREAS COMUNS			
1	Gabinete da Direção	1	9
2	Direção de Pesquisa e Pós-Graduação	1	9
3	Diretoria de Extensão	1	22,5
4	Direção de Ensino	1	9
5	Divisão de Assistência ao Estudante e de Apoio ao Ensino	1	22,5
6	Assessoria Pedagógica	1	22,5
7	Serviço de Psicologia	1	22,5
8	Serviço Social	1	22,5
9	Núcleo de Apoio a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	1	22,5
10	Coordenação Geral de Controle Acadêmico e Diplomação	1	38,25
11	Coordenação de Estágio	1	18
12	Biblioteca / Sala de leitura / Estudos	1	520
13	Auditório	1	460,00
14	Mini-Auditório	1	120,00
15	Ambulatório	1	67,5
16	Gabinete Médico	1	33,5
17	Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	11	141
18	Restaurante	1	9

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

19	Praça de Alimentação	1	13,5
ÁREAS DO DEPARTAMENTO/ CURSO			
20	Sala do Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professor e Gestão	1	64
21	Coordenação do Curso	1	33,2
22	Sala de Professores	1	48
23	Salas de Aulas (F - 24)	1	64
24	Salas de Aula (F - 25)	1	64
25	Salas de Aula (F - 26)	1	64
26	Salas de Aula (F - 29)	1	64
27	Laboratório de Informática - aula (F - 32)	1	64
28	LABTUR	1	25,2
29	LGESTUR	1	25,2
30	Sanitários femininos	1	9
31	Sanitários femininos p/ deficiente	1	2,75
32	Sanitários masculinos	1	9
33	Sanitários masculinos p/ deficiente	1	2,75

Quadro 13 – Ambientes Administrativos e Educacionais Disponibilizados para o Curso

4.1.2. Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professor e Gestão – DAFG

Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professor e Gestão – DAFG - Área física (m²): 70m2		
ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
1	Micro computadores	8
3	Impressora laser P&B Multifuncional	2
4	Aparelho de ar condicionado	2
5	Ramais telefônicos	2
6	Bebedouro geláguas	1
7	Mesa	8
8	Mesa de reunião	1
9	Cadeira	16
10	Armário	10
11	Armário de ferro	1
Horário de Funcionamento da Coordenação do Curso Horário Integral – 07h00min / 22h15min *Com a presença da coordenadora e/ou administrativos		

Quadro 14 – Estrutura do Departamento de Cultura Geral, Formação de Professor e Gestão – DAFG

4.1.3. Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo – CATU

COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO - Área física (m ²): 33,20		
ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
1	Micro computadores	3
2	Impressora laser P&B	1
3	Impressora laser P&B Multifuncional	1
4	Aparelho de ar condicionado	1
5	Ramais telefônicos	1
6	Bebedouro gelágu	1
7	Estação de trabalho	3
8	Mesa	3
9	Cadeira	6
10	Armário de ferro	3
11	Armário de madeira	4

Horário de Funcionamento da Coordenação do Curso
 Horário Integral – 07h00min / 22h15min *Com a presença da coordenadora e/ou administrativos

Quadro 15 – Estrutura e Funcionamento da Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo – CATU

4.1.4. Sala de Professores

A Sala de Professores está localizada no Bloco A. Climatizada, essa sala possui armários individuais para os docentes e 07 (sete) estações de trabalho com computadores conectados à *internet*, conforme especificado a seguir.

SALA DE PROFESSORES - Área física (m ²): 80,00		
ITEM	Equipamentos	Quantidade
1	Micro computador	07
2	Televisão	01
3	Bebedouro de água	01
4	Ar condicionado	02
5	Ramal telefônico	01
6	Mesa	07
7	Cadeiras	28
8	Bureau	01

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

9	Armários individuais para professores	140
10	Sofás	02
11	Quadro de avisos	01
12	Revisteiro	01

Horário de Funcionamento da Sala de Professores

Horário Integral – 07h00min / 22h15min

Quadro 16 – Estrutura e Funcionamento Sala dos Professores do *Campus Recife*

4.1.5. Laboratórios

O Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, por sua natureza prática-profissional, além dos laboratórios especificamente criados para atender ao curso, utiliza algumas estruturas e equipamentos de uso comum da Instituição como instrumentos de práticas específicas. Este é o caso do auditório, das quadras, do pátio e dos transportes.

4.1.5.1. Laboratório de Turismo - LABTUR

O Laboratório de Turismo – LABTUR é um espaço multidisciplinar destinado ao uso individual e coletivo dos docentes e discentes do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, além de servir como suporte para o desenvolvimento de práticas pedagógicas dos componentes curriculares e para ações vinculadas a projetos de pesquisa e extensão.

Trata-se de um espaço organizado e equipado com mesas, cadeiras e computadores com acesso à internet, e a dinâmica de utilização é organizada mediante um cronograma de horários acordado no início de cada semestre. Dias e horários para o uso indiscriminado dos alunos e professores, dias reservados para práticas pedagógicas vinculadas a componentes curriculares específicos, e dias e horários reservados para apoio a projetos de pesquisa e/ou extensão.

Dentre outras práticas, o LABTUR viabiliza o acesso facilitado ao acervo disponível na biblioteca virtual do IFPE e aos portais dos periódicos da área de turismo; possibilita a pesquisa de atrativos e equipamentos turísticos para a estruturação de roteiros; serve como base para análise de inventários, de mapas, de fotos e dados estatísticos que viabilizam o planejamento turístico; e oportuniza o acesso facilitado às normas da ABNT para a estruturação dos trabalhos e projetos.

Laboratório de Turismo - LABTUR		
ITEM	DESCRIÇÃO EQUIPAMENTOS	Quantidade
1	Computador: CPU+Monitor+teclado+mouse+estabilizador com acesso à internet	10

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

2	Aparelho de ar condicionado	1
3	Mesa para computador	10
4	Cadeiras (para mesa de computador)	10

Quadro 17 – Estrutura do Laboratório de Turismo - LABTUR**4.1.5.2. Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo – LGESTUR**

O Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo - LGESTUR é um espaço multifuncional, que visa propiciar práticas pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão, aos alunos do curso.

Com a finalidade de maximizar a utilidade do espaço físico e dos equipamentos disponíveis, o LGESTUR agrega três áreas funcionais, entre elas: Planejamento e Organização do Turismo/Gestão de Destinos Turísticos; Planejamento e Organização de Eventos e Gestão de Animação Turística.

Com relação às atividades de Pesquisa, o LGESTUR propicia espaço de armazenamento de equipamentos e materiais específicos para os projetos de pesquisa, extensão e de atividades vinculadas aos componentes curriculares que dialogam com a dinâmica deste espaço.

O propósito desses espaços, dentro do LGESTUR, é de fomentar atividades de pesquisa e extensão, desde a geração de dados primários sobre o contexto local e regional como projetos mais específicos e/ou práticos a partir dos professores que atuam como pesquisadores.

Ademais, todas as atividades realizadas em qualquer uma das três áreas funcionais estão sujeitas à supervisão e à orientação dos professores do curso de Tecnologia em Gestão do Turismo do IFPE- Campus Recife e regido por regulamento próprio.

A cada semestre, os professores com projeto de pesquisa, de extensão e/ou com práticas específicas vinculadas aos componentes curriculares do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, interessados em utilizar a estrutura do laboratório, deverão fazer o agendamento semestral ou para ações pontuais, gerando assim um quadro de horário que ficará fixado no quadro de avisos e na porta do LGESTUR.

O LGESTUR, está localizado no primeiro andar do BLOCO F do Campus Recife, com elevador, porta larga e próximo aos banheiros feminino e masculino comuns e adaptados o que possibilita condições de acessibilidade.

Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo - LGESTUR		
ITEM	DESCRIÇÃO EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
1	Computador: CPU+Monitor+teclado+mouse+estabilizador com acesso à internet	2
2	Impressora laser P&B HP Laserjet	1
3	Aparelho de ar condicionado split	1

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

4	Bebedouro de água: Coluna, refrigerado por compressor inox	1
5	Aparelho de TV	1
6	Aparelho de DVD	1
7	Minibiblioteca para consulta (com livros doados por professores, alunos e instituições)	-
8	Armário de madeira com duas portas	3
9	Mesa para computador	2
10	Mesa retangular para reunião	1
11	Cadeiras (para mesa de reunião e para mesas de computador)	10
12	Mesa de suporte para impressora	1
13	Quadro branco	1
Horário de Funcionamento do LGESTUR		
Horário Integral – 07h00min / 22h15min		

Quadro 18 – Estrutura e Funcionamento do Laboratório Multidisciplinar de Gestão de Turismo - LABGESTUR**4.1.5.3. Auditório, Miniauditório, Hall e Pátio**

A Organização de Eventos é uma das áreas de formação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo e com isso, o Auditório, o Miniauditório e o Pátio, mesmo não sendo espaços exclusivos do curso, funcionam como laboratorios específicos, para a realização de aulas e para o desenvolvimento de práticas profissionais.

Esses espaços são geridos por uma coordenação vinculada à Direção do *Campus* e o Curso, a partir do seu planejamento semestral e/ou anual, pode efetuar as reservas para que suas práticas sejam desenvolvidas sem impedimentos.

O Auditório é climatizado, possui palco com cochas e cortina, além de sistema de iluminação e de som; conta também com 250 lugares, sala de apoio/camarim, espaço externo para montar estrutura de credenciamento e banheiros. Encontram-se também disponíveis púpitros, bandeiras, microfones, mesas, cadeiras, piano e recursos audiovisuais.

O Miniauditório possui 50 lugares, é climatizado, dispõe de mesa principal, cadeiras, mesa de apoio para computador e datashow, sistema de som, microfones, lousa digital, além de um espaço externo com uma mesa de apoio para coffe-break.

O *Hall* de entrada do IFPE - *Campus* Recife, é um espaço climatizado, com aproximadamente 120m², com paredes e portas de vidro tendo acesso ao estacionamento e ao corredor do Bloco A e sistema de iluminação. Além disto conta com um Painel do artista Francisco Brennand. O espaço é bastante usado como apoio durante os eventos (credenciamento, sala para *coffe break* etc), além de servir para eventos de menor porte como exposições de arte, mostras fotográficas e pequenas apresentações.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

O Pátio tem uma área coberta de 141m² com acesso facilitado por um corredor que o conecta com o hall principal do *Campus Recife*, cercado por bancos de concreto, com acesso direto ao Auditório, e sem muitos impedimentos arquitetônicos (paredes, degraus, batentes etc) o que o torna flexível para a montagem de estruturas diversas para eventos como: *stands*, passarelas, mini-palcos, painéis, arenas gastronômicas, entre outras.

Além dos equipamentos e estruturas disponíveis em cada espaço citado, o IFPE dispõe de equipamentos de som, microfones, *datashow*, telas, TVs, vídeos, púlpitos, bandeiras, bebedouros, mesas, toalhas, painéis entre outros, que podem ser disponibilizados para que os espaços sejam adaptados e eventos possam ser estruturados. Todos esses equipamentos não são exclusivos do Curso de Turismo, mas podem ser solicitados para atender às demandas que surgem a cada semestre letivo.

4.1.5.4. Ônibus e Vans

O Instituto Federal de Pernambuco, *Campus Recife*, conta com uma ampla frota de ônibus, microônibus, vans e carros de passeio os quais, além de servir às demandas administrativas da Instituição, estão disponíveis para que os cursos possam utilizá-los no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas.

Pela própria natureza do curso, estes meios de transportes são bastante utilizados pelos docentes e discentes de Gestão de Turismo, com os quais são viabilizadas as visitas técnicas, os deslocamentos para pesquisas de campo, os projetos de extensão nas comunidades, o apoio para os eventos (levando e trazendo alunos, convidados e os próprios materiais de montagem). Além disto o próprio transporte serve como laboratório para análises das disciplinas de Planejamento de Sistema de Transporte, Gestão de Agências de Turismo e Gestão da Animação Turística.

Os transportes são de uso coletivo de toda a Instituição, mas os professores e a coordenação, em seu planejamento semestral, fazem a solicitação ao setor responsável que, a partir da disponibilidade, efetiva o agendamento. Em geral, não há dificuldades para o agendamento das ações planejadas, já que atualmente o número de transportes supre as demandas existentes.

4.1.5.5. Esporte e Lazer

O *Campus Recife* possui uma ampla estrutura para esporte e lazer, com piscina, campo de futebol, ginásio poliesportivo, quadra poliesportiva coberta, arena para vôlei de Praia, pista de atletismo, sala de dança e quadras poliesportivas abertas, além da estrutura de apoio como banheiros, vestiários e alojamentos.

Toda esta estrutura, que serve prioritariamente às aulas de Educação Física dos cursos integrados, aos treinamentos desportivos e ao núcleo de arte e cultura, também funciona como laboratório para as aulas práticas do componente curricular Gestão da Animação Turística.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

A gestão destes espaços é do Departamento de Esporte e Lazer, com exceção da sala de dança, que é gerida pelo Núcleo de Arte e Cultura, no entanto a Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo solicita o seu uso, sempre que necessário para o desenvolvimento das aulas, e se for o caso, organização de eventos.

A exploração desses espaços e equipamentos varia em diversidade e intensidade a partir do planejamento da disciplina e das ações do LGESTUR , a cada semestre, mas não há impeditivos que limitem ou anulem a utilização, salvo restrições de segurança (em caso de reforma ou manutenção).

4.1.6. Salas de Aula

SALAS DE AULA			
SALAS	Área física (m²)	DESCRIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Quantidade
F - 24	64	Micro computadores, Pentium III, 1 GHz, 512 MB de memória RAM, monitor de 17" com mesa em madeira	1
		Projektor multimídia 1200 lumens resolução real de imagem projetada padrão svga (800x600) marca: Hitach- fixo ao teto	1
		Lousa digital	1
		Quadro revestido em vidro	1
		Cadeiras escolares	40
		Bureaux com cadeira	1
		Ar condicionado 30.000 Split	2
F - 25	64	Micro computadores, Pentium III, 1 GHz, 512 MB de memória RAM, monitor de 17" com mesa em madeira	1
		Projektor multimídia 1200 lumens resolução real de imagem projetada padrão svga (800x600) marca: Hitach- fixo ao teto	1

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

		Lousa digital	1
		Quadro revestido em vidro	1
		Cadeiras escolares	40
		TV	1
		Bureaux com cadeira	1
		Ar condicionado 30.000 Split	2
F-26	64	Micro computadores, Pentium III, 1 GHz, 512 MB de memória RAM, monitor de 17" com mesa em madeira	1
		Projektor multimídia 1200 lumens resolução real de imagem projetada padrão svga (800x600) marca: Hitach- fixo ao teto	1
		Lousa digital	1
		Quadro revestido em vidro	1
		Cadeiras escolares	40
		Bureaux com cadeira	1
		Ar condicionado 30.000 Split	2
F-29	64	Micro computadores, Pentium III, 1 GHz, 512 MB de memória RAM, monitor de 17" com mesa em madeira	1
		Projektor multimídia 1200 lumens resolução real de imagem projetada padrão svga (800x600) marca: Hitach- fixo ao teto	1
		Lousa digital	1
		Quadro revestido em vidro	1
		Cadeiras escolares	40
		Bureaux com cadeira	1
		Ar condicionado 30.000 Split	2
F-31	64	Micro computadores, Pentium III, 1	30

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

		GHz, 512 MB de memória RAM, monitor de 17" com mesa em madeira	
		Quadro revestido em vidro	1
		Cadeiras escolares	30
		Mesas	15
		Ar condicionado 30.000 Split	2

Horário de Funcionamento das Salas de Aula

Horário Integral – 07h00min / 22h15min

Quadro 19 – Estrutura e Funcionamento das Salas de Aula do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

4.1.7. Biblioteca

Importante fonte de apoio técnico à formação acadêmica, a biblioteca do IFPE possui espaços para estudo individual e em grupo. A biblioteca opera com um sistema informatizado, possibilitando acesso via terminal ao seu acervo.

A política de empréstimos prevê um prazo máximo de 8 (oito) dias para o estudante e 15 (quinze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos.

A biblioteca do IFPE – *Campus Recife* funciona de segunda à sexta-feira, no horário das 8h00min às 21h00min, atendendo assim os 3 turnos de aula. Além desta, os docentes e discentes possuem acesso às Bibliotecas Virtuais (Biblioteca Virtual da Ebrary, Biblioteca Virtual da Pearson, Portal de Periódicos da Capes e Biblioteca Domínio Público), algumas com acesso livre em qualquer lugar, e outras com acesso exclusivo pelos terminais do IFPE.

Em relação à política de atualização do acervo, a cada dois anos são solicitadas edições atualizadas dos livros constantes na bibliografia do curso e, anualmente, dos livros acrescentados por ocasião de reformulação curricular e/ou atualização do Projeto pedagógico do Curso.

4.1.7.1. Infraestrutura da Biblioteca: mobiliário e equipamentos

BIBLIOTECA DO IFPE – <i>Campus Recife</i> - 736 m²		
ITEM	Área do Acervo (climatizada)	288 m²
	Área de Estudos (climatizada)	240 m²
	Área Lab. Informática (climatizada)	32 m²
	Área Administrativa	176 m²

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Mobiliário		
1	Estantes do acervo – dupla face	98
2	Mesas para estudo	32
3	Cadeiras	91
4	Arquivo	0
5	Armários	6
6	Escaninhos	9
7	Estantes "guarda-bolsas"	6
8	Estação de trabalho	3
9	Mesas / Balcões	14
10	Carrinhos de reposição dos livros	4
Equipamentos		
1	Computadores com acesso a internet	9
2	Computadores com acesso acervo	2
3	Computadores de uso interno	3
4	Computadores no balcão de atendimento	2
5	Impressora Kyocera KM 2820	1
6	Impressora HP Laser Jet 1020	1
7	Ar condicionados (ACJ) 30000 BTU's	1
8	Ar condicionado Split - Carrier	5
9	Ar condicionado Split - Eletrolux	4
10	Micro- ondas Home Leader	1
11	Frigobar Eletrolux 79Litros	1
Recursos Humanos		
1	Bibliotecário / Documentalista	4
2	Auxiliar Administrativo	3
Horário de funcionamento da Biblioteca		
8h00min / 21h00min – segunda a sexta-feira.		

Quadro 20 – Estrutura e Funcionamento da Biblioteca

4.1.7.2. Arcevo Bibliográfico

Nº	TÍTULO	AUTOR	EDIÇÃO	LOCAL	ANO	EDITORA	Nº EXEMPLARES
1	Administração do Turismo	ACERENZA, M. A.		Bauru-SP	2001	Edusc	8

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

2	Administração: teoria, processo e prática.	CHIAVENATO, I.		Rio de Janeiro	2006	Elsevier	8+ Biblioteca Pearson
3	Administração para empreendedores	MAXIMIANO, A. C. A	2	São Paulo	2013	Pearson Prentice Hall	8 + Biblioteca Pearson
4	Plano de Marketing para micro e pequena empresa.	LAS CASAS, A. L.	6	São Paulo	2011	Atlas	8
5	Administração para não empreendedores	CHIAVENATO, I.	2	Barueri-São Paulo	2011	Manole	8
6	Turismo: Planejamento e Gestão	PETROCCHI, Mário.		São Paulo	1998	Futura	5
7	Gestão de Hotelaria e Turismo	DIAS, Reynaldo; PIMENTA, Maria Alzira		São Paulo	2005	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
8	Turismo uma visão empresarial.	RUSCHMAN, Doris. : SOLHA, Karina Toledo		Barueri-São Paulo	2004	Manole	Biblioteca Pearson
9	Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens	PEARCE, Douglas G.	1	São Paulo	2003	Aleph	16
10	Introdução a Geografia do Turismo	CRUZ, R. C. A.		São Paulo	2003	Roca	13
11	Fundamentos Geográficos do Turismo	TELES, Reinaldo M. de Sá		São Paulo	2009	Elsevier	0
12	A busca pela natureza: turismo e aventura	BRUHNS, Heloisa Turini		Barueri-São Paulo	2009	Manole	Biblioteca Pearson
13	Turismo, meio ambiente e sustentabilidade	FABRICIO, Ana Carolina Baggio		Curitiba	2015	Intersaberes	Biblioteca Pearson
14	Turismo e meio ambiente no Brasil	RABINOVICI, Andrea; ZYSMAN, Neiman (orgs)		Barueri-São Paulo	2009	Manole	Biblioteca Pearson
15	Turismo e Desenvolvimento Local	RODRIGUES, Adyr Balastreri	2	São Paulo	2002	HUCITEC	5
16	Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.	RUSCHMANN, Dóris.		São Paulo	2015	Papirus	5
17	História do Brasil	VICENTINO, Cláudio		São Paulo	1997	SCIPIONE	14
18	Turismo e Civilização: mergulhando no berço da humanidade	TRIGO, Luiz Gonzaga Godói		São Paulo	2002	Contexto	12
19	Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo	BARRETO, Margarita		São Paulo	2012	Papirus	Biblioteca Pearson
20	Historia das viagens e do turismo	BARBOSA, Ycarim Melgaço		São Paulo	2002	Aleph	6
21	Constituição da República Federativa do Brasil 1988	BRASIL.			1988	Ministério da Educação	6
22	Breve história do turismo.	NELI, Neto		Disponível em: < http://www.lunaeamigos.com.br/meioambiente/brevehistoriadoturismo.htm >	Acesso em: 24		Disponível em: < http://www.lunaeamigos.com.br/meioambiente/brevehistoriadoturismo.htm >

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

23	História do turismo.	GRAND-TOUR.		Disponível em: < http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo/grand_tour.asp >.	Acesso em: 24 jun. 2009.		Disponível em: < http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo/grand_tour.asp >.
24	Espanhol para o turismo	WILDNER, Aana Kaciara; OLIVEIRA, Leandra Cristina de; SOBOTKA, Mary Anne Warken.		Florianópolis	2014	IFSC	0
25	Espanhol para hotelaria	ZIPMAN, Suzana.		São Paulo	2013	Disal Editora	0
26	Cartilhas: o Brasil que você procura - 2013.	BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO		Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/cartilhas_o_brasil_que_voce_procura.html >	Acesso em 07 mar 2016		Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/cartilhas_o_brasil_que_voce_procura.html >
27	Los géneros discursivos en la lengua del turismo: una propuesta de clasificación.	CALVI, Maria Vittoria.		Disponível em <u>http://www.aelfe.org/documents/01_19_Calvi.pdf</u>	Acesso em 07 mar 2016		Disponível em <u>http://www.aelfe.org/documents/01_19_Calvi.pdf</u>
28	El lenguaje turístico y los modelos básicos de la práctica turística.	LUCAS, Lucía-Clara Serrano.		Disponível em: <u>http://ocw.um.es/humanidades/traduccion-para-el-turismo-y-el-ocio/material-de-clase-1/turismo-i-tema-2-el-lenguaje-del-turismo-y-los-modelos-textuales-basicos.pdf</u>	Acesso em 07 mar 2016		Disponível em: <u>http://ocw.um.es/humanidades/traduccion-para-el-turismo-y-el-ocio/material-de-clase-1/turismo-i-tema-2-el-lenguaje-del-turismo-y-los-modelos-textuales-basicos.pdf</u>
29	Gramática de Espanhol Para Brasileiros	MILANI, Esther Maria.	4ª Ed	São Paulo	2011	Ed. Saraiva	8
30	Diccionario de la lengua española	REAL ACADEMIA ESPAÑOLA		Madrid	1997.	Espasa-Calpe	0
31	Cultura: um conceito antropológico	LARAIA, Roque de Barros		Rio de Janeiro	2012	Zahar	8
32	O que é sociologia	MARTINS, Carlos B.		São Paulo	2000	Brasiliense	28
33	Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das	KIPPENDORF, J.		São Paulo	2001	Aleph	16
34	viagens.						
35	Modernidade Líquida	BAUMAN, Zygmunt.		Rio de Janeiro	2001	Jorge Zahar editores	8
36	Introdução à Sociologia	DIAS, Reinaldo.		São Paulo	2003	Atlas	Biblioteca Pearson
37	Turismo e etnicidade	GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo	v. 9, n. 20, p. 141-159	Porto Alegre	2003	http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008 .	Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008 .

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

38	Antropologia, sociologia e estudos do Turismo: contribuições para um diálogo interdisciplinar	SANTOS, Rafael José dos	ano 2, n. 2, p. 23-46, 2. sem	São Paulo.	2005	Revista Hospitalidade	Disponível em: http://www.rev Hosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/viewFile/220/236
39	“Turismo e Consumo Visual”	URRY, J. e CROSHAW		Lisboa	1995	Revista Crítica de Ciências Sociais	Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pwQKjcpA6k4J:www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php%3Fid%3D570+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
40	Estrutura do mercado turístico	MONTANER, M. J.		Brasil	2001	Roca	32
41	Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.	BARRETO, Margarita			2012	Papirus	8
42	Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas.	ANSARAH, M. G. Reis; PANOSSO NETTO, A.	1º	e-book	2015	Manole	8 + Biblioteca Pearson
43	Planejamento Turístico	RUSCHMANN, D. V. M; SOLHA, K. T.	1º	e-book	2015	Manole	Biblioteca Pearson
44	Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.	RUSCHMANN, D. V. M; SOLHA, K. T.	1º	e-book	2015	Manole	Biblioteca Pearson
45	Teoria do Turismo: Conceitos, Modelos e Sistemas.	LOHMANN, G. PANOSSO NETO, A.	2º	Brasil	2012	Aleph	8
46	Turismo: planejamento e gestão.	PETROCCHI, M.	2º	São Paulo	2003	Pearson Prentice Hall	5 + Biblioteca Pearson
47	Compreendendo o Turismo: um panorama da atividade.	DE STEFANI, C; OLIVEIRA, L. C. F. M.	1º	Curitiba	2015	InterSaberes	Biblioteca Pearson
48	The Richmond Simplified Grammar of English	AMOS, Eduardo & PRESCHER, Elizabeth			2010	Ed. Richmond	0
49	New English File Elementary	OXEDEN, C. LATHAN-KOENIG, SELIGSON, P.			2004	Oxford University Press	0
50	Encounters. English here and now	HOLDEN, Susan.			2012	Macmillan	0
51	OXFORD UNIVERSITY PRESS.	Disponível em: < http://elt.oup.com/student/englishfile/elementary/?cc=br&sellLanguage=ptl >.		Disponível em: < http://elt.oup.com/student/englishfile/elementary/?cc=br&sellLanguage=ptl >.	Acesso em: 07 mar. 2015.		Disponível em: < http://elt.oup.com/student/englishfile/elementary/?cc=br&sellLanguage=ptl >.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

52	Welcome to Brazil volume 1	POHL, Alison & STOTT, Trish.			2010	Oxford	0
53	DICTIONARY.COM.				Disponível em: < http://dictionary.reference.com/ >.	Acesso em: 07 mar. 2015.	Disponível em: < http://dictionary.reference.com/ >.
54	Metodologia científica.	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.	6º	São Paulo	2011	Atlas	9
55	Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos	RUIZ, João Álvaro.	6º	São Paulo	2006	Atlas	8
56	Metodologia do trabalho científico.	SEVERINO, Antônio Joaquim.	23º	São Paulo	2007	Atlas	18
57	Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa	APPOLINÁRIO, Fábio	2º	São Paulo	2012	Cengage Learning	Biblioteca Pearson
58	NBR 6023:2002 – Documentação – Referências	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.		Rio de Janeiro	2002		Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf
59	NBR 10520:2002 – Documentação – citação em documentos.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS		Rio de Janeiro	2002		Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf
60	NBR 14724:2011 – Trabalho acadêmico – apresentação.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS		Rio de Janeiro	2011		Disponível em: http://www.direitouerj.org.br/2005/download/outros/abnt_nbr14724.pdf
61	NBR 15287:2011 – o projeto de pesquisa.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS		Rio de Janeiro	2011		Disponível em: http://pt.slideshare.net/ilarye/nbr-152872011
62	Texto e Gramática.	MOURA, Maria Helena.		São Paulo	2006	Contexto	Biblioteca Pearson
63	Gramática da língua portuguesa.	INFANTE, Ulisses; CIPRO NETO, Pasquale		São Paulo	2008	SCIPIONE	8
64	O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda.	SILVA, Maurício.		São Paulo	2009	Contexto	Biblioteca Pearson
65	Gramática	FARACO, Carlos Emílio.		São Paulo	1999	Atlas	11
66	Técnicas Básicas de redação.	GRANATIC, Branca	13º	São Paulo	1995	Scipione	16
67	Para entender o texto: leitura e redação.	FIORIN, José Luiz.	17ª	São Paulo	2007	Ática	Biblioteca Pearson

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

68	Comunicação Empresarial sem complicação.	MATOS, Gustavo Gomes de.	2º	Barueri, SP	2009	Manole	Biblioteca Pearson
69	Estatística Aplicada ao Turismo.	COSTA, Sérgio Francisco.		São Paulo	2003	Aleph	2
70	Estatística Aplicada	LARSON, Ron.		São Paulo	2010	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
71	Estatística Aplicada a Todos os Níveis. [livro eletrônico]	CASTANHEIRA, Nelson Pereira.		Curitiba	2012	InterSaberes	Biblioteca Pearson
72	Estatística Aplicada.	DOWING, de Clark J.	2º	São Paulo	2010	Saraiva	15
73	Estatística básica: probabilidade e inferência.	MORETTIN, Luiz Gonzaga.		São Paulo	2010	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
74	Anuário Estatístico 2015.	Ministério do Turismo		Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_Turismo_2015_Ano_base_2014_Divulgacao_2.pdf>.	Acesso em 07 mar 2016		Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_Turismo_2015_Ano_base_2014_Divulgacao_2.pdf>.
75	Métodos Quantitativos	CASTANHEIRA, Nelson Pereira		Curitiba	2013	InterSaberes,	Biblioteca Pearson
76	Direito, turismo e consumo.	PAIVA, Rafael Augusto de Moura.		Rio de Janeiro	2012	Renovar	8
77	Manual de direito aplicado ao turismo.	PINTO NIETO, Marcos.		Campinas, SP	2004	Papirus	6
78	A responsabilidade jurídica das agências de viagem: jurisprudência nacional, legislação do Brasil e da comunidade europeia.	ATHENIENSE, Luciana Rodrigues.		Belo Horizonte, MG	2004	Del Rey	8
79	Curso de direito do consumidor.	ALVES, Ronaldo Alves de.		Barueri, SP	2006	Manole	Biblioteca Pearson
80	Direito aplicado à Hotelaria	LONGANESE, Luiz André.		Campinas, SP	2004	Papirus	1
81	Agências, Viagens e Excursões: Regras Jurídicas, Problemas e Soluções	MAMEDE, G.		Barueri, SP	2003	Manole	12
82	Cidades turísticas: identidades e cenários de	SILVA, Maria da Glória Lanci da.		São Paulo	2004	Aleph	8

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	lazer.						
83	Introdução à Geografia do Turismo	CRUZ, Rita de Cássia A. da.	v8, n.1, p. 36-44, jan-dez	São Paulo	2001	Rocca	13
84	Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a avenida atlântica e a procura do prazer.	RIBEIRO, Miguel Ângelo.		Rio de Janeiro	1997	Revista Território. http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_7_ribeiro.pdf	Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_7_ribeiro.pdf
85	Turismo e Desenvolvimento Local.	RODRIGUES, Adyr Balastrieri.	2	São Paulo	2002	HUCITEC	5
86	Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil.	CORIOLOANO, Luiza Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. P.		Ceará	2008	Revista da Gestão Costeira Integrada 8(2):259-275 (2008)	Disponível em: http://docplayer.com.br/3036474-Impactos-socio-ambientais-no-litoral-um-foco-no-turismo-e-na-gestao-integrada-da-zona-costeira-no-estado-do-ceara-brasil.html
87	As Interfaces do Turismo nas Praias de Jericoacoara e Tatajuba: políticas, conflitos e gestões.	CORIOLOANO, Luzia Neide; MENDES, Eluziane Gonzaga.	v.20, n.1	Ceará	2009	Revista Turismo em Análise	Disponível em: http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/38/38
88	Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação.	RODRIGUES, A. A. B	n. 67, p. 16-25	São Paulo	1989	Boletim Paulista de Geografia	0
89	A virada da Canoa: as implicações ambientais do turismo na dinâmica espacial de Canoa Quebrada (Dissertação, Mestrado em Geografia)	SANTOS, Márcia Moura.		Recife	2000	CFCH – UFPE	Disponível em: http://www.repositorio.ufrb.edu.br/.../Disserta%C3%A7%C3%A3o%20SQE%20-%20M%C3%A1rcia%20
90	Introdução ao Lazer	MELO Victor Andrade de; ALVES JR. Edmundo de Drummond.	2º	Barueri, SP	2012	Manole	5
91	Dialética do Lazer	PADILHA, Valquíria (org.).		São Paulo	2006	Cortez	8
92	Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução avaliação.	PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhaes (org.).		Campinas, SP	2014	Papirus	Biblioteca Pearson
93	Lazer e Cultura Popular.	DUMAZEDIER, Jofre.		São Paulo	2014	Perspectiva SESC	8
94	Sociologia empírica do lazer	DUMAZEDIER, Jofre.		São Paulo	2008	Perspectiva SESC	16
95	Lazer, entretenimento e recreação.	IUBEL, Simone Cristina.		Curitiba	2014	InterSaberes	Biblioteca Pearson
96	Lazer, Formação e Atuação Profissional.	MARCELLINO, Nelson Carvalho de		Campinas,SP	2013	Papirus	Biblioteca Pearson

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

		(org.)					
97	Repertório de Atividades por Ambientes - Vol. I.	MARCELLINO, Nelson Carvalho de (org.)		Campinas,SP	2013	Papirus	Biblioteca Pearson
98	HISTÓRIA DA PINTURA	WENDY,Becket.		São Paulo	2002	Ática	6
99	História da Arte	GOMBRICH, E.H.	16º	Rio de Janeiro	2000	LTC	8
100	Arte Moderna.	ARGAN, Giulio		São Paulo	1992	Cia das Letras	8
101	Descobrimo a história da arte.	PROENÇA, Graça.		São Paulo	2000	Ática	2
102	Introdução a Historia da Arte	DANA, Arnold		São Paulo	2009	Ática	Biblioteca Pearson
103	Breve História da Arte	BAUMGART, Fritz			1999	Martins Fontes	4
104	Como usar Artes Visuais na sala de aula	PEREIRA, Katia Helena.	2	São Paulo	2009	Contexto	Biblioteca Pearson
105	Memória e Identidade.	CANDAU, Joel		São Paulo	2012	Contexto	Biblioteca Pearson
106	Informática: Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Office Excel 2010	ALVES, William Pereira.	1º	Tatuapé-SP	2011	Érica	0
107	Usabilidade na web	DIAS Claudia.	2º	Rio de Janeiro	2006	Alta Books	1
108	Não me faça pensar: uma abordagem de bom senso a usabilidade na web.	KRUG, Steve	2º	Rio de Janeiro	2009	Alta Books	0
109	Direitos do idoso de acordo com o Estatuto do Idoso	BRAGA, Pérola Melissa Vianna.		São Paulo	2005	Quartier Latin	0
110	Estudo dirigido de Informática Básica	MANZANO, André Luiz N.G, MANZANO, Maria Izabel	7º	Tatuapé-SP	2011	Érica	0
111	Informática: Conceitos básicos.	VELLOSO, Fernando de Castro.	8º	Rio de Janeiro	2004	Elsevier	1
112	Internet: Guia de Orientação	MANZANO, André Luiz N.G, MANZANO, Maria Izabel.	1º	São Paulo	2010	Érica	0
113	Acessibilidade e inclusão social.	FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira.		Rio de Janeiro	2008	Descubra	0
114	Francês para o Turismo (Apostila)	MENDONÇA, Carmen Lúcia da Silva		Recife	2015		Impressa Semestralmente para os Alunos
115	Traducteur multilingue.	TV5MONDE		Disponível em:<http://www.tv5monde.com/cms/chaine-francophone/outils/p	Acesso em 07 mar 2016.		Disponível em:<http://www.tv5monde.com/cms/chaine-francophone/outils/p-7550-Traducteur-

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

				-7550-Traducteur-Alexandria.htm?terme=donc&sl=fr&tl=fr >			Alexandria.htm?terme=donc&sl=fr&tl=fr >
116	Mode d'emploi etudiant	PHONETIQUE.		Disponível em: http://phonetique.free.fr/index.htm .	Acesso em 07 mar 2016.		Disponível em: http://phonetique.free.fr/index.htm .
117	Conjugaison	LE FIGARD.FR		Disponível em: http://leconjugueur.lefigaro.fr .	Acesso em 07 mar 2016.		Disponível em: http://leconjugueur.lefigaro.fr .
118	Apprendre et enseigner le français.	LE POINT DU FLE.		Disponível em: http://www.lepointdufle.net .	Acesso em 07 mar 2016.		Disponível em: http://www.lepointdufle.net .
119	LES CHIFFRES ET LES NOMBRES DE 1 A 20			Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UsEz58BbIMY .	Acesso em 07 mar 2016.		Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UsEz58BbIMY .
120	Redação empresarial	MEDEIROS, João Bosco		São Paulo	2007	Atlas	4
121	Técnicas de negociação e comunicação	VASQUES, Enzo Fiorelli (Org.).		São Paulo	2014	Pearson Education do Brasil,	Biblioteca Pearson
122	Etiqueta social e empresarial.	WERNER, Adriane.		Curitiba	2014	InterSaberes	Biblioteca Pearson
123	Manual de redação da presidência da república.	BRASIL.	2ª	Brasília	2002	Senado	Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
124	Como falar em público: técnicas de comunicação para apresentações.	BLIKSTEIN, Izidoro		São Paulo	2006	Ática	Biblioteca Pearson
125	Falar em público e convencer: técnicas e habilidades	BLIKSTEIN, Izidoro		São Paulo	2016	Contexto	Biblioteca Pearson
126	Cerimonial e protocolo	LUKOWER, Ana.	4	São Paulo	2015	Contexto	Biblioteca Pearson
127	Organização de eventos: procedimentos e técnicas	MATIAS, Marlene.	5	Barueri-São Paulo	2010	Manole	Biblioteca Pearson
128	Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produções e clusters.	BENI, Mário Carlos (org).		Barueri, SP	2012	Manole	10
129	Análise Estrutural do Turismo	BENI, Mário Carlos.	12ª	São Paulo	2007	SENAC	0
130	Turismo e Cultura: discussões contemporâneas. [livro eletrônico]	BARRETTO, Margarita.		Campinas, SP	2015	Papirus	Biblioteca Pearson
131	Turismo e desenvolvimento regional: dimensões,	TOMAZZONI, Edegar Luis.		Caxias do Sul, RS	2009	Educs	Biblioteca Pearson

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	elementos e indicadores.						
132	Turismo e impactos socioambientais	FONTELES, J. O.		São Paulo	2004	Aleph	8
133	Fundamentos do turismo.	IGNARRA, L.R.		São Paulo	2003	Pioneira Thomson Learning	9
134	Metodologia da pesquisa em lazer e turismo	VEAL, A		São Paulo	2011	Aleph	5
135	Pesquisa em Turismo: Planejamento, métodos e técnicas	DENCKER, A. F. M.	1ª		1998	Futura	8
136	Metodologia da pesquisa-ação	THIOLLENT, Michel	17º	São Paulo	2009/2011	Cortez	04/fev
137	Metodologia da Ciência	APPOLINARIO, F.	2ª	São Paulo	2012	Cengage Learning	0
138	NBR 10520:2002- Documentação e citação em documentos	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS		Rio de Janeiro	2002	http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf	Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf
139	NBR 15287:2011 – o projeto de pesquisa	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS		Rio de Janeiro	2011	http://pt.slideshare.net/ilarye/nbr-152872011	Disponível em: http://pt.slideshare.net/ilarye/nbr-152872011
140	Oficina do empreendedor	DOLABELA, F.		São Paulo	1999	Cultura editores associados	4
141	O segredo de Luísa	DOLABELA, F.		Rio de Janeiro	2008	Sextante	16
142	Empreendedorismo	CHIAVENATO, Idalberto		São Paulo	2015	Saraiva	Biblioteca Pearson
143	Empreendedorismo e responsabilidade social	ARANTES, Elaine Cristina		Curitiba	2014	Intersaberes	Biblioteca Pearson
144	Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.	CHIAVENATO, Idalberto	4	São Paulo	2012	Manole	Biblioteca Pearson
145	O empreendedor: empreender como opção de carreira.	DEGEN, Ronald Jean.		São Paulo	2009	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
146	O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial	DEGEN, Ronald Jean		São Paulo	1989	Makron Books,	Biblioteca Pearson
147	Fundamentos do Marketing Turístico.	DIAS, R.		Brasil	2013	Prentice Hall	6
148	Marketing de Lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe.	KOTLER, Philip [et. al].		Brasil	2006	Prentice Hall	8
149	Plano de Marketing: um roteiro para a ação.	AMBRÓSIO, Vicente.	2ª	São Paulo	2012	Pearson Education do Brasil	Biblioteca Pearson
150	Mercado Turístico: Áreas de Atuação	BAHAL, Miguel			2003	Rocca	5

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

151	Marketing Turístico.	VAZ, Gil Nuno.	1ª		1999	Editora Cengage	8
152	Comunicação Integrada de Marketing: conceitos, técnicas e práticas.	OGDEN, James R	2ª	São Paulo	2007	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
153	Comportamento do Consumidor: conceitos e casos	SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio.		São Paulo	2005	Prentice Hall	Biblioteca Pearson
154	Turismo e Patrimônio Cultural	FUNARI, P. P.	5ª	São Paulo	2003/2009	Atlas	4 + 4
155	Patrimônio Turístico do Brasil	PORTO, A. F.		Curitiba	2015	InterSaberes	Biblioteca Pearson
156	Turismo e Cultura: discussões contemporâneas. [Livro eletrônico]	BARRETO, M.		Campinas	2015	Papirus	Biblioteca Pearson
157	Turismo, memória e patrimônio cultural.	PORTUGUEZ, A. P.			2004		10
158	As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade	SILVA, F. F	2	São Paulo	2012	EDUSP	8
159	Olhar multidisciplinar sobre efetividade da proteção do patrimônio cultural	CUREAU, S.		Belo Horizonte	2011	Fórum	8
160	Patrimônio Cultural: consciência e preservação	PELEGRINI,, Sandra C.A		São Paulo	2009		9
161	Patrimônio Cultural	MIRANDA, Marcos Paulo Souza		Belo Horizonte	2013	Deyrey	8
162	Segurança, saúde e ergonomia.	WACHOWICZ, Marta Cristina		Curitiba	2012	Intersaberes	Biblioteca Pearson
163	Prática da Qualidade da Segurança do Trabalho: uma experiência brasileira.	OLIVEIRA, Celso Luiz; MINICUCCI, Agostinho	1ª	São Paulo	2001	LTR	0
164	Saúde e Segurança.		4ª	Curitiba	2014	Intersaberes	Biblioteca Pearson
165	Norma Brasileira de Regulação 9050/2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.				http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf	Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf
166	EDITORA INTERSABERES (Orgs.)	1ª	Curitiba	2014	Intersaberes		Biblioteca Pearson
167	ISO 31.000:2009.	2ª	Rio de Janeiro	2009		http://www.iso31000qsp.org/2010/09/visualize-nova-nbr-iso-31000-de-gestao.html	http://www.iso31000qsp.org/2010/09/visualize-nova-nbr-iso-31000-de-gestao.html
168	MINISTÉRIO DA				http://		http://

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	EDUCAÇÃO.				portalmec.gov.br/secad/arquivos/pdf/10_cd_al.pdf		portalmec.gov.br/secad/arquivos/pdf/10_cd_al.pdf
169	OLIVEIRA, João Cândido.	Vol. 17, nº 02 , ano 2003.	São Paulo		Revista Perspectiva		
170	Transporte e turismo: perspectivas globais	PAGE, Stephen J.		São Paulo	2001/2008	Bookman	05/mai
171	Transportes turísticos.	PALHARES, Guilherme Lohmann		São Paulo	2003	Aleph	5
172	Sistemas de transporte turístico	DE LA TORRE, F.		São Paulo	2002	Roca	8
173	Agências de viagens e transportes	DE LA TORRE, F.		São Paulo	2003	Roca	12
174	Transportes e modais: com suporte de TI e SI.	RAZOLINI FILHO, E.		Curitiba	2012	InterSaberes	Biblioteca Pearson
175	Transportes no turismo	RONA, R.		Barueri- SP	2002	Manole	8
176	Transportes Turísticos	SANTOS JUNIOR, O. D.		Curitiba	2014	Intersaberes	Biblioteca Pearson
177	Sistemas logístico de transportes	SCHUTLER, M. R.		Curitiba	2013	Intersaberes	Biblioteca Pearson
178	Turismo planejamento estratégico e a capacidade de gestão- desenvolvimento regional, rede de produções, e clusters	BENI, M. C.		Barueri-SP	2012	Manole	10
179	Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas	LOHMAN, G. & NETTO, A.		São Paulo	2012	Aleph	8
180	Planejamento do Turismo: Política e desenvolvimento do Turismo no Brasil	DIAS, R.	1ª		2003	Atlas	8
181	Turismo e Planejamento Sustentável - A Proteção do Meio Ambiente. Campinas	RUSCHMANN, Doris van de Meene.		Campinas, SP:	2004/2012	Papirus	5 + Biblioteca Pearson
182	Pernambuco para o mundo - Planejamento Estratégico 2008 a 2020	SETUR/PE		Recife	2008		Disponível em: http://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/63182/mod_resource/content/0/Pernambuco%20-%202008%20-%202020.pdf
183	Organização de eventos: manual para planejamento e execução.	CESCA, C. G.	11ª	São Paulo	1997/2008	Summus	05/nov
184	Cerimonial para executivos:	MARTINEZ, Marina		Porto Alegre	2001		4

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	guia para execução e supervisão de eventos empresariais						
185	Decreto 70274/72. Dispõe sobre a Ordem Geral de Precedência e Ordem de Precedência nos Estados.	Brasil		Brasília	1972	Senado	Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm
186	Manual de Eventos.	BRENOL, Andrade Renato.	3	Caxias do Sul	2007	EDUSCS	Biblioteca Pearson
187	Criatividade em eventos	MELO NETO, Francisco Paulo de	5	São Paulo	2012	Contexto	Biblioteca Pearson
188	Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos: dimensões teóricas e práticas.	MALEN, Cheryl		São Paulo	2013	Manole	Biblioteca Pearson
189	Orçamento Empresarial: novos conceitos e técnicas.	PADOVEZE, Clóvis Luís		São Paulo	2009	Pearson Education do Brasil	Biblioteca Pearson
190	Introdução à administração financeira e orçamentária	LUZ, Adão Eleutério da		Curitiba	2015	Intersaberes	Biblioteca Pearson
191	Planejamento e controladoria financeira.	FILHO, Valter Pereira Francisco		São Paulo	2015	Pearson Education do Brasil	Biblioteca Pearson
192	Administração Financeira	SANVICENTE, Antonio Zorato	3	São Paulo	2013	Atlas	8
193	Gerência financeira para micro e pequenas empresas: um manual simplificado	SOUSA, Antonio de.		Rio de Janeiro	2007	ELSEVIER	2

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

194	Finanças corporativas: conceitos e aplicações.	FERREIRA, José Antônio Stark.			2005	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
195	Gestão Financeira: uma abordagem introdutória.	CHIAVENATO, Idalberto.	3	São Paulo	2014	Manole	Biblioteca Pearson
196	Administração financeira: uma abordagem brasileira	MEGLIORINI, Evandir		São Paulo	2009	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Pearson
197	Gestão Integral dos destinos turísticos sustentáveis	VALLS, J.		Rio de Janeiro	2006	FGV	8
198	Marketing de Lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe	KOTLER, P.		São Paulo	2006	Prentice Hall	8
199	Gestão de polos turísticos.	PETROCCHI, Mário.		Brasil	2001	Futura	5
200	Turismo e desenvolvimento sustentável	CESAR, P.A.B.	1ª	Brasil	2011	Portal Educação	8
201	Pernambuco para o mundo-Planejamento Estratégico 2008 a 2020	SETUR/PE		Recife	2008		0
202	Gestão Ambiental e Sustentabilidade no turismo	PHILIPPI JR, Arlindo		Barueri, SP	2010	Manole	10
203	Turismo Meio ambiente e sustentabilidade	FABRÍCO, Ana Carolina Baggio.		Curitiba	2015	Intersaberes	Biblioteca Virtual Pearson
204	Ecoturismo no Brasil	ZYSMAN, Neiman		Barueri, SP	2005	Manole	Biblioteca Virtual Pearson
205	REVISTA DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE			Disponível em: < http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas >	Acesso em 7 mar 2016.		Disponível em: < http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas >
206	Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente	RUSCHMANN, Doris		Campinas, SP	2015	Papirus	Biblioteca Virtual Pearson
207	Gestão ambiental	CURI, Denise		São Paulo	2012	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Virtual Pearson
208	Gestão ambiental e mercado empresarial	BERTÉ, Rodrigo		Curitiba	2013	Intersaberes	Biblioteca Virtual Pearson
209	Agências de Turismo: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos	PAZINI, R	1	Curitiba	2014	Intersaberes	Biblioteca Virtual Pearson
210	Gestão de Agências de Viagem: orientações para	PAZINI, R		Curitiba	2014	Intersaberes	Biblioteca Virtual Pearson

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

	you open and administer your business						
211	Elaboração de roteiros turísticos: do planejamento à precificação de viagens	DE STEFANI, Cláudia.		Curitiba	2014	InterSaberes	Biblioteca Virtual Pearson
212	Agências, viagens e excursões: regras jurídicas	MAMEDE, G.		Barueri, SP	2003	Manole	12
213	Agências de Turismo - Planejamento e Gestão.	PETROCCHI, M.		Brasil	2003	Futura	5
214	Comércio Eletrônico: estratégia e gestão	TURBAN, E; KING, D.		São Paulo	2004	Prentice Hall	Biblioteca Virtual Pearson
215	Programa de regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil	BRASIL, M. T		Brasília	2005	Ministério do Turismo	Disponível em< http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf >
216	Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão	LINDBERG, K.	2º	São Paulo	2002	SENAC	8
217	Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos	PINTO, A. C. B.		Campinas	2004	Papirus	5
218	Turismo rural e desenvolvimento sustentável	ALMEIDA, J. A. & FROELICH, J.M & RIEDL, M.		Santa Maria	2004	UFSM	5
219	Turismo de Aventura: reflexões e tendências.	UVINHA, R. R.		São Paulo	2005	Aleph	Biblioteca Virtual Pearson
220	Planejamento Turístico: política e processos	HALL, R.E.		São Paulo	2004	Contexto	5
221	Turismo e ambiente: reflexões e propostas.	RODRIGUES, A. B.		São Paulo	2002	Hucitec	5
222	Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental	SWARBROOKE, J.		São Paulo	2002	Aleph	18
223	Hotelaria: planejamento e gestão	PETROCCHI, Mário.	3	São Paulo	2007	Futura	8
224	Assassinatos na hotelaria: ou como perder seu hóspede em oito capítulos.	COIMBRA, R.		Brasil	1998	Casa da Qualidade	8
225	Gestão de operações hoteleira	HAYES, David K.		São Paulo	2005	Prentice Hall do Brasil	Biblioteca Virtual Pearson
226	Hotelaria hospitalar e humanização no atendimento em hospitais: pensando e fazendo	GODOI, A. F.		São Paulo	2004	Icone	1
227	Supervisão e liderança em turismo e hotelaria	VAN DER WAGEN, Lynn		São Paulo	2001	Contexto	5
228	A pequena hotelaria e o entorno municipal: guia de montagem e administração.	YÁZIGI, Eduardo.		São Paulo	2000	Contexto	6

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

229	Inteligência social: o poder das relações humanas	GOLEMAN, D.		Rio de Janeiro	2006	LTC	5
230	Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo	PRETTE, A. ; PRETTE, Z.	4	Rio de Janeiro	2007/2014	Vozes	8
231	Psicologia do turismo	ROSS, G.		São Paulo	2001	Contexto	5
232	Brasil. Ministério do Turismo. Cartilha Turismo Acessível.	BRASIL		Brasília	2009	Ministério do Turismo	0
233	Técnicas de negociação e apresentação	VASQUES, Enzo Fiorelli		São Paulo	2014	Pearson Education do Brasil	Biblioteca Virtual Pearson
234	O império do efêmero			São Paulo	2009	Companhia das Letras	8
235	Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro	ROBBINS, Stephen		São Paulo	2010	Pearson Prentice Hall	Biblioteca Virtual Pearson
236	Administração de Recursos Humanos	DESSLER, Gary		São Paulo	2014	Pearson Education do Brasil	Biblioteca Virtual Pearson
237	Gestão de pessoas em turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação	PIMENTA, M. A.		Campinas, SP	2006	Alínea	3
238	As pessoas na organização	FLEURY, M. T. L.		São Paulo	2002	Gente	8
239	Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações	CHIAVENATO, Idalberto		Barueri, SP	2014	Manole	Biblioteca Virtual Pearson
240	Iniciação à Administração de Recursos Humanos	CHIAVENATO, Idalberto		Barueri, SP	2010	Manole	Biblioteca Virtual Pearson
241	Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos	Iris Barbosa Goulart		São Paulo	2010	Casa do Psicólogo	Biblioteca Virtual Pearson
242	Interação humana e gestão: a construção do psicossocial das organizações e do trabalho	ZANELLI, José Carlos		São Paulo	2010	Casa do Psicólogo	Biblioteca Virtual Pearson
243	Turismo, políticas públicas e cidadania	GASTAL, S. & MOESCH, M.		São Paulo	2007	Aleph	8
244	Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais.	BURGOS; Raúl; FRENKEL, David; BARRETTO, Margarita.		CAMPINAS SP:	2003	PAPIRUS	0

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

245	Políticas públicas aplicadas ao turismo	SCHINDLER, A.		Curitiba	2014	Intersaberes	Biblioteca Virtual Pearson
246	Produtos Turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização	PANOSSO NETO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis		Barueri, SP	2015	Manole	Biblioteca Virtual Pearson
247	Segmentação do Mercado Turístico	ANSARAH, M. G. & PANOSSO, A.	1º	E-book	2015	Manole	8
248	Os serviços de alimentação: planejamento e administração.	MEZOMO, Iracema de Barros.		Barueri, SP	2015	Manole	Biblioteca Pearson
249	Gestão de negócio em alimentação: princípios e práticas.	PAYNE-PALACIO, June. THEIS, Monica.		Barueri-SP	2015	Manole	Biblioteca Pearson
250	Administração hoteleira: parte II: alimentos e bebidas	DE LA TORRE, Francisco.		São Paulo	2003	Roca	10
251	Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores.	POSSAMAI, Ana Maria de Paris. PECCINE, Rosana.		Caxias do Sul, RS	2011	EDUCS	Biblioteca Pearson
252	Escola de Chefs: técnicas passo a passo para culinária sem segredos.	FARROW, Joanna.		Barueri, SP	2009	Manole	Biblioteca Pearson
253	Higiene e vigilância sanitária de alimentos.	GERMANO, Pedro Manuel Leal. GERMANO, Maria Izabel Simões.		Barueri, SP		Manole	Biblioteca Pearson
254	Preparo de alimentos: um guia prático para profissionais	McWILLIAMS, Margaret.		Barueri, SP	2013	Manole	Biblioteca Pearson
255	Turismo: uma visão empresarial.	RUSCHMANN, Doris. SOLHA, Karina Toledo.		Barueri, SP	2004	Manole	Biblioteca Pearson
256	Recreação na terceira idade.	C. Raul.	5º	Rio de Janeiro	2009	SPRINT	10
257	Lazer e recreação.	RIBEIRO, Olívia Cirstina Ferreira.		São Paulo	2014	Érica	Biblioteca Pearson
258	101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo.	MIRANDA, Simão de.		Campinas, SP	2010	Papirus	9
259	Introdução ao Lazer.	MELO, Victor Andrade de.	2ª	Barueri, SP	2012	Manole	5 + Biblioteca Pearson

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

260	Lazer e cultura popular.	DUMAZEDIER, Joffre; MACHADO, Maria de Lourdes Santos.		São Paulo	2014	Perspectiva SESC	8
261	Repertório de Atividades por Ambientes - Vol. I. Campinas,	MARCELLINO, Nelson Carvalho de (org.)		Campinas,SP	2013	Papirus	Biblioteca Pearson

Quadro 21 – Arcevo bibliográfico**5. REFERÊNCIAS**

BRASIL . Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: . Acesso em: 17/12/2013.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 11.08.2013.

BRASIL. Decreto nº 13.064, de 12 de junho de 1918. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 13/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Decreto Nº 5.773 de 09/05/2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2006.

BRASIL. Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

BRASIL. Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizagem Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: . Acesso em: 11.12.2013.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica industrial. Disponível em: . Acesso em: 13/12/2013.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. . Acesso em: 13/12/2013.

BRASIL. Lei Nº 10.861 de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2012. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei no 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nos 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei n o 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei n o11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei no 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 17/12/2013.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória n o 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013. BRASIL.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n os 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Lei nº 7.044/82, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 13/12/2013.

BRASIL. Lei nº 8.948/94, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 13/12/2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 27/2001, de 02/10/2001. Dá nova redação ao Parecer nº CNE/CP 9/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2001.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 28/2001, de 02/10/2001. Dá nova redação ao Parecer nº CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2001.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 9/2001, de 08/05/2001. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF: 2001.

BRASIL. Portaria Ministerial Nº 851, de 03 de setembro de 2007. Autoriza o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET-PE a promover o funcionamento de sua UNED de Ipojuca - PE. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2013.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: . Acesso em: 12/12/2013.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2002, DE 18/02/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2002.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) nº 16, de 20 de junho de 2008. Dispõe sobre inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. Disponível em: . Acesso em: 17/12/2013

DELORS, J. Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 4ª ed. Tradução: José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2000.

IFPE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Resolução IFPE/CONSUP nº

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE
80/2010. Organização Acadêmica Institucional.

IFPE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Plano Institucional de Capacitação dos Servidores (PIC). Disponível em: . Acesso em: 17/12/2013.

IFPE. Instituto Federal de Pernambuco. Organização Acadêmica do IFPE. Recife: IFPE, 2010.

IFPE. Instituto Federal de Pernambuco. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Recife: IFPE, 2009.

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Acompanhamento do egresso. Universidade Estadual de Londrina, Pró-Reitoria de Planejamento; Coordenação: Ricardo de Jesus Silveira. – Londrina: UEL, (Cadernos de avaliação institucional, 5), 2006.

UFSCar - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia – Campus Sorocaba. São Carlos: UFSCar, s/d. Disponível em:
http://www.sorocaba.ufscar.br/ufscar/mce/arquivo/projetoped/PPP_2010_Pedagogia_Sorocaba.pdf. Acessado em: 14 nov 2010